



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - ESPECIAL 40 ANOS DO GOLPE MILITAR NA ARGENTINA - MARÇO DE 2016 - R\$ 6,00

40 anos do Golpe militar na Argentina



Os 30 mil assassinados
e desaparecidos
são de responsabilidade
da burguesia nacional
e do imperialismo



**Somente a classe operária,
com a revolução e a ditadura
proletárias, limpará
o sangue dos combatentes
e a barbárie capitalista!**

Apresentação

Este número especial do Massas sobre os 40 anos do golpe militar no país vizinho foi elaborado pelo Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Contribuímos com o artigo “Participação da ditadura brasileira nos golpes militares da América Latina” e acrescentamos o Manifesto “40 anos do golpe militar fascista na Argentina”.

A data nos impôs a tarefa de fazer um balanço histórico e programático. O leitor verá que os marxistas argentinos a tomaram em suas mãos e não mediram esforços para cumpri-la. Considerando o caráter embrionário do POR e o estágio de constituição de quadros, podemos avaliar o avanço que significa esta publicação.

Resaltamos o fato de a seção argentina contar com militantes que viveram e atuaram sob os rigores da ditadura militar, quando pertenciam às fileiras de Política Operária, hoje Partido Operário (PO). O relato e suas conclusões do artigo “Nossa militância sob a ditadura” não apenas trazem importantes lições para a construção do partido leninista, como expõem o clima de terror e a ação fascista da burguesia contra os explorados, em particular contra a classe operária, e a sua vanguarda.

Observa-se que a espinha dorsal que articula e sustenta os inúmeros aspectos do balanço consiste em determinar as bases histórico-programáticas da construção do partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional.

Não se pode fazer um estudo analítico desse período que marcou tão profundamente a Argentina e a América Latina sem reconhecer a crise de direção revolucionária. Embora se trate de uma premissa histórico-política, que guia o Programa de Transição da IV Internacional, redigido em 1938, se pode verificá-la em sua plenitude em situações revolucionárias e contrarrevolucionárias da atualidade.

O golpe de 24 de março de 1976 na Argentina sintetizou a profunda crise de direção na América Latina e mundial. A maré revolucionária, marcada pelo Cordobaço, concluiria enclausurada pelo nacionalismo burguês, despedaçada pelos desvios da vanguarda que, em grande parte, assumiu posições ultra esquerdistas, agindo como distintas alas do peronismo, e, finalmente, esmagada pela contrarrevolução.

A capitulação do Partido Comunista Argentino foi assombrosa, como demonstra documentalmente o artigo “A traição do Partido Comunista, que praticamente selou o seu desaparecimento.” No entanto, não é menos assombroso, por outros motivos, a incapacidade das correntes revisionistas do trotskismo, de compreender o lugar do nacionalismo peronista na crise e de suas expressões pequeno-burguesas radicais que recorreram à luta armada à margem das massas e do desenvolvimento do proletariado. O artigo “A IV Internacional nos anos 70, a política dos revolucionários e dos revisionistas” tem o mérito de estabelecer uma sólida base crítica ao “mandelismo” e “morenismo”. Não se isenta de reconhecer a luta revolucionária de Política Operária, embora essa organização tenha se enveredado pelo caminho do revisionismo, ao se transformar em Partido Operário.

É fundamental o trabalho de demonstrar os erros das correntes que se lançaram à pretensa “guerrilha”, na realidade “foquismo”, dando-lhe a devida dimensão no processo da crise do peronismo e do golpe fascista. Nesse sentido, o balanço contrapõe-se às explicações de que a contrarrevolução esteve voltada a liquidar as organizações guerrilheiras, demonstrando que foi desfechada contra o avanço das lutas operárias e populares. Evidentemente, não se trata de desconhecer ou menosprezar a importância das ações armadas nas condições de acirramento da crise do governo peronista e do regime político. Um dos pontos programáticos de maior relevância é a demonstração de que o golpe fascista se gestou no seio do peronismo e da democracia burguesa. 24 de março expôs a profunda polarização entre o proletariado e a burguesia argentina, bem como o imperialismo.

Ainda que de passagem e de forma geral, o balanço revela a clareza da visão do trotskismo boliviano sobre os erros e o conteúdo de classe da luta armada foquista. Sob a direção de Guillermo Lora, o POR não deixou pedra sobre pedra quanto às posições antimarxistas do castro-guevarismo e dos revisionistas do trotskismo. Na Argentina, no período anterior ao golpe e imediatamente posterior, nenhuma organização travou uma luta tão precisa e firme contra as tendências nacional-foquistas quanto o POR boliviano. Nesse sentido, é decisivo para a construção da seção argentina a crítica às limitações de Política Operária e a sua posterior degenerescência programática.

O terror de Estado e suas variantes clandestinas deixaram 30 mil mortos e desaparecidos. A luta para a identificação, julgamento e punição aos responsáveis constitui um capítulo especial. Sem que o movimento estivesse sob a política do proletariado, não foi possível levar às últimas consequências o acerto de contas com o principal agente da contrarrevolução, ou seja, a burguesia e o imperialismo. No entanto, o pouco que se alcançou foi uma conquista dos explorados. É importante manter no alto a denúncia contra os genocidas e viva a campanha pela constituição de um Tribunal Popular, para expor e defender no seio das massas o programa da revolução proletária, que traz em si o método materialista histórico necessário para caracterizar corretamente a etapa última do capitalismo imperialista e suas tendências destrutivas.

Uma força que se comporta como um camaleão e que teve grande importância no golpe fascista é a Igreja. O balanço vai a fundo em suas considerações, revelando o poder material e político da hierarquia católica colocado a serviço da manutenção da ordem capitalista e dos interesses do imperialismo. Impressiona a defesa que se fez do uso do terror do Estado para acabar com a revolta dos explorados e conter as ações dos foquistas. Não apenas a defesa, como demonstra o artigo “A hierarquia da Igreja foi um pilar da ditadura”, mas também as delações e perseguições aos próprios padres e freiras que se identificavam com a causa dos oprimidos. Forças Armadas, Polícia, Igreja e Associações Empresariais convergiram para desfechar o golpe genocida.

De nossa parte, tivemos limitada participação na elaboração do Especial 40 anos do golpe. Procuramos revelar a participação da ditadura militar brasileira no golpe argentino, como parte de uma sequência de golpes na América do Sul. Em nossas considerações, procuramos explicar o caráter fascista do golpe, suas causas históricas e seu conteúdo imperialista. É imprescindível demonstrar a relação entre a crescente penetração dos monopólios e do capital financeiro na estrutura econômica dos países semicoloniais, que tiveram um grande impulso no pós-guerra e, particularmente, na década de 50/60, e o esgotamento do nacionalismo burguês. A desnacionalização da economia conduziu à desnacionalização das Forças Armadas, que passam a responder em última instância ao imperialismo. Trata-se de uma contingência histórica a agudização da luta entre o proletariado e a burguesia. Os golpes contrarrevolucionários necessariamente assumem o caráter fascista, não apenas por sua violência, mas também pelos condicionamentos econômicos do capital financeiro parasitário.

Obama visitava a Argentina justamente no aniversário dos 40 anos do golpe. Para a burguesia, foi um gesto auspicioso da potência do Norte. Para os explorados, uma infame provocação à memória dos mortos, desaparecidos e torturados. A petulância de Obama em visitar o Parque da Memória e de jogar flores brancas no ensanguentado Rio da Prata demonstrou o profundo servilismo da burguesia argentina e da ausência de uma direção revolucionária implantada no seio do proletariado. No entanto, as manifestações que se colocaram sob a bandeira anti-imperialista e da independência dos explorados se encarregaram de manter no alto a memória dos que tombaram em luta contra a reação.

Viva a revolução e ditadura proletárias!

Organizemos o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário/POR – 40 anos do golpe fascista da Argentina

À classe operária, aos camponeses, aos explorados e à juventude oprimida

Em 24 de março, a derrubada do governo de Isabel Perón completa 40 anos. O peronismo tem uma longa e profunda história na Argentina. Encarnou o nacionalismo burguês. Suas raízes se encontram no início dos anos 40. É com o golpe de 1943 que o general Juan Domingo Perón se eleva ao poder. Três anos depois é eleito presidente da República Argentina. Nas eleições de 1951, é reeleito e deposto por um golpe militar em 1955. Os anos seguintes também são marcados por crises e mudança de governos pela via do golpe. Perón volta do exílio e torna-se presidente eleito em 1973, pelo Partido Justicialista. Com a sua morte, assume sua mulher Isabel. A decomposição política do peronismo exalava por toda a Argentina. Gestou-se mais um golpe militar, liderado pelo general Jorge Rafael Videla. No entanto, distinto dos demais por seus traços fascistas, pró-imperialistas e genocida.

Sem dúvida, os argentinos recordarão esta data com ódio às prisões, torturas e assassinatos. Recordarão os milhares de mortos, desaparecidos, torturados e mutilados. Os 40 anos do golpe serão motivo de repúdio operário e popular. Certamente, ativistas sindicais e as organizações de esquerda se pronunciarão diante do dia 24 de março de 1976 como uma data que enluta a Argentina. Mas, também o farão o governo Macri, o parlamento e demais instituições da burguesia. Veremos depoimentos dos partidos burgueses, dos capitalistas, da Igreja e dos burocratas sindicais, isto é, de todos os que apoiaram e colaboraram com o golpe e a ditadura.

Nesse marco comparcerá mais uma vez a tese burguesa de que não existe a luta de classes em se tratando da defesa da democracia e da condenação do terrorismo de Estado que desgraçou o país. Porém, é necessário rejeitar essas manobras e dizer que o golpe comandado pelo general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Orlando Agostí configurou um golpe contrarrevolucionário, visando a proteger a grande propriedade privada dos meios de produção, os interesses do imperialismo e o domínio da burguesia sobre a maioria dos argentinos. As massas exploradas avançavam contra o regime burguês. Potenciava-se a luta de classes com os precedentes levantes operários e estudantis na cidade de Córdoba, em 1969. É preciso, portanto, rejeitar e denunciar a tentativa de atribuir ao golpe fascista um desatino das

Forças Armadas. Em absoluto, a junta militar que aboliu a democracia e estabeleceu a ditadura foi um instrumento da burguesia argentina e do imperialismo. É dever revolucionário distinguir os exploradores dos explorados e rejeitar a defesa da democracia burguesa, como se não servisse ao exercício da ditadura da classe capitalista. É evidente que as forças reacionárias e os golpes se gestam nas entranhas da débil democracia burguesa.

Os empresários que lucraram com a ditadura e entregaram seus operários à repressão, os funcionários cúmplices da repressão e que sobreviveram enquistados no seio das instituições burguesas (deputados, senadores, juízes, etc.), a grande imprensa que se pôs servilmente a serviço dos genocidas, a sobrevivência da burocracia vendida e serviçal ao terrorismo de Estado, assim como a burguesia imperialista que organizou o golpe e sustentou a ditadura, hipocritamente dirão que houve excessos na derrubada do governo constitucional e os generais violaram os “direitos humanos” e a “democracia”.



A ditadura será apenas lembrada pelos capitalistas como um trágico episódio que respondeu às condições de um passado longínquo. E que já não existe o perigo de novos golpes porque as Forças Armadas se tornaram um instrumento da democracia. O presidente Mauricio Macri se colocará como mais um defensor das instituições, ocultando que sua família ergueu um império empresarial parasitando as obras públicas e licitações espúrias da ditadura. Nada dirá sobre sua família que serviu de apoio às medidas econô-

micas antinacionais e antipopulares que empurraram para a pobreza e a miséria milhões de argentinos. Que constituíram junto ao restante das frações burguesas e as novas camadas das classes médias que parasitaram do orçamento público uma sólida base social para a ditadura. E fundamentalmente nada dirão de sua cumplicidade em manter a estrutura repressiva herdada da ditadura e que sobrevive no seio das instituições para esmagar os explorados e manter a ditadura da classe que ele representa, como aliás o fizeram os partidos que o precederam na chefia do Estado.

Diferentemente da burguesia, as massas exploradas lembrarão com ódio o golpe e a ditadura, aos genocidas e seus cúmplices. Dos 30 mil assassinados e desaparecidos, 30% eram operários, 21% estudantes, 18% empregados, 5,7%

docentes e 10,7% profissionais. Nos anos que precederam o golpe, a ofensiva dos explorados impedia os capitalistas de avançarem em seus planos de atacar as condições de da maioria. A classe operária expressava sua força social revolucionária ocupando as fábricas. Ganhavam influência as tendências classistas e antiburocráticas nos sindicatos. Começava a se erguer o embrião de um organismo capaz de disputar o controle da produção aos capitalistas: as Coordenadoras Interfábricas, que constituíam um germe de duplo poder operário diante do regime burguês.

A burocracia sindical, por sua vez, demonstrava-se incapaz de frear as tendências classistas nos sindicatos e eram expulsos das fábricas e das comissões internas. E o governo peronista era incapaz de centralizar as forças burguesas e seu partido achava-se profundamente dividido em frações antagônicas.

A ascensão operária e popular, no entanto, se desenvolvia em meio à crise de direção revolucionária e ao agravamento das tendências contrarrevolucionárias no seio da burguesia. Ou a classe operária avançava à luta de classes e extraía de seu seio uma vanguarda capaz de projetá-la à luta pelo poder, ou a burguesia barrava sua ascensão revolucionária afogando-a em sangue. A situação em que se defrontou a revolução e a contrarrevolução pôs à luz dos trágicos fatos a crise de direção revolucionária.

A burguesia se colocou pelo objetivo de abortar as experiências de independência da classe operária e dizimar sua vanguarda. Para o imperialismo, tratava-se de criar as condições para impulsionar seus planos de desnacionalização, aprofundando a submissão do país aos seus ditames e avo-

lumando o saque das riquezas naturais. Nesse marco, ganhou força e abriu-se caminho para a política contrarrevolucionária da burguesia mundial. Fortaleceu-se a coordenação das forças de segurança das semicolônias através do Plano Condor, em torno do qual se uniram os aparatos das ditaduras militares e de governo reacionários latino-americanos, amparados e coordenados pelos Estados Unidos. A ditadura na Argentina expressou, em sua essência, a violência contrarrevolucionária imperialista, aplicada às particularidades da luta na Argentina. Os governos miliares do Brasil – do general Emílio Garrastazu Médici e general Ernesto Geisel – estiveram envolvidos nos golpes militares da década de 70 na América do Sul. A burguesia brasileira deve ser responsabilizada por ter apoiado o golpe genocida.

Em seu fundamento, o golpe foi definido pelo poder dos monopólios que controlam os ramos chaves da economia argentina e da América Latina. Está aí porque o imperialismo condicionou o curso geral das medidas econômicas da ditadura. Não se pode desvincular o caráter genocida do golpe e o uso dos métodos do terrorismo de Estado dos ditames dos monopólios. Repetimos: o golpe e da ditadura fascista responderam à preservação da grande propriedade privada monopolista, ameaçada pelo avanço do proletariado e dos explorados contra o regime burguês.

O movimento pelo fim da ditadura ganha força após a Guerra das Malvinas em 1982. No entanto, assume a forma e o conteúdo burguês da redemocratização. No ano seguinte, a Argentina passava a ter um governo eleito. A União Cívica Radical (UCR) pró-imperialista volta ao poder. O presidente Raúl Afonsín se viu obrigado a se pronunciar sobre os cri-



mes da ditadura. Nem bem ameaçou a processar alguns dos militares, enfrentou uma revolta dos quartéis, cujos insurretos ficaram conhecidos por “caras pintadas”. O governo procurou aplacar a insubordinação limitando as punições a membros do alto escalão das Forças Armadas. Evidenciava assim que o retorno do regime constitucional somente seria possível se não tocasse a fundo nas instituições da ditadura, a principal delas eram as Forças Armadas. O peronismo conquistou o poder com a eleição de Carlos Menem, em 1999. Mais uma vez, o governo foi obrigado a se curvar diante dos militares. Se não fosse a permanente luta popular pela aparição dos desaparecidos e pela punição aos genocidas, levada a cabo por organizações de direitos humanos, ativistas sindicais e correntes de esquerda, não haveria sequer um processo limitado, como de fato ocorreu. O número de genocidas presos não ultrapassa uma centena. Enquanto que 5 mil são os presos políticos sob os governos eleitos, como resultado da ação repressiva aos movimentos populares, desde a democratização burguesa.

O longo período de democracia burguesa que se abriu em 1983 tem demonstrado que serve muito bem aos interesses gerais da burguesia, em um momento que o proletariado ainda não se recuperou dos golpes desfechados pela repressão e da gigantesca desorganização de sua vanguarda. O peronismo completamente desfigurado acaba de dar lugar à direita entreguista, representada pelo empresário Mauricio Macri. É um sintoma de que a crise política continuará avançando e a burguesia exigirá um governo de ferro para enfrentar as massas, que em 2002 ganharam as ruas, derrubaram uma sucessão de governos, até o poder peronista com a eleição de Néstor Kirchner, em 2003. A Argentina durante todo esse período esteve acossada pelos credores internacionais. O governo Macri acaba de fazer a concessão mais vergonhosa aos “fundos abutres”. Esse é mais um acontecimento que mostra a incapacidade da burguesia de impor a independência do País. O domínio imperialista foi uma das causas fundamentais do golpe fascista de Videla e da constituição da ditadura militar. E continuou tendo a mesma presença no regime constitucional. Não há dúvida de que a luta pela independência da Argentina é decisiva para acabar com a influência peronista sobre os explorados, quebrar a espinha dorsal dos partidos serviçais do imperialismo e varrer do poder a burguesia entreguista. É por essa via que se limpará o sangue dos mártires que enfrentaram o golpe de 24 de março.

A vanguarda tem pela frente a tarefa de resolver a crise de direção revolucionária. O que significa pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista, condição para que a classe operária conquiste a independência e se torne a força social capaz de dirigir a revolução de maioria nacional. Essa tarefa depende de uma profunda compreensão das experiências com o nacionalismo burguês, em sua forma política peronista, e com as do foquismo, que arrastou parte significativa da vanguarda ao aventureirismo pequeno-burguês. A todo momento devemos denunciar o genocídio e honrar a memória daqueles que tombaram lutando. A melhor forma para isso é organizar a luta dos explorados sobre a base do programa da revolução proletária. A conquista do poder pela maioria nacional permitirá que a ditadura do proletariado acerte contas com o passado de rios de crimes e derramamento de sangue praticados sob a ditadura de classe da burguesia.

A vanguarda proletária e todas as correntes que se reivindicam da revolução têm o dever de dizer aos explorados que não haverá justiça nem se avançará na punição contra os genocidas e seus cúmplices até que a classe operária, dirigindo a maioria nacional oprimida, expulse o imperialismo, exproprie-se da grande propriedade privada, destrua a estrutura repressiva do regime burguês e avance à punição dos crimes de seus exploradores com os Tribunais Populares. Certamente, o proletariado e sua vanguarda não terão de começar do zero. Na base de sua conformação como classe independente estão as experiências já percorridas pelas gerações anteriores. O que exige, portanto, preparar-se para a revolução proletária e entroncar com o seu partido marxista-leninista-trotskista, que já existe como embrião no Partido Operário Revolucionário (POR) da Argentina.

Classe operária, camponeses, explorados e juventude oprimida da Argentina e da América Latina:

É a nossa tarefa fortalecer e estender o quadro organizativo da direção política do proletariado revolucionário, que existe como embrião no Partido Operário Revolucionário e no Comitê de Enlace!

É necessário não confiar na justiça burguesa nem acreditar que a democracia dos capitalistas apurará os crimes da ditadura. Para apurar e punir verdadeiramente os crimes da burguesia e de todos seus agentes (políticos, sindicais, militares, etc.) teremos de por em pé os Tribunais Populares!

Cedo ou tarde os explorados limparão a Argentina da dor e do sangue que a cobriram!

Viva a Revolução Proletária!



Fora Obama!

Fora o imperialismo da Argentina e da América Latina!

Obama é o representante do país que oprime a Argentina. Para os EUA, somos uma colônia. A história dos “abutres” é uma clara demonstração de qual é a relação com nosso país.

Os EUA têm uma responsabilidade criminal no golpe da Argentina, que prepararam e apoiaram, como os que deram no Chile, Uruguai e Bolívia, e por orquestrar o Plano Condor. Toda a repressão esteve centralizada com ativa participação da CIA.

Os EUA têm responsabilidade criminal na Guerra das Malvinas, tendo apoiado militarmente a Grã Bretanha para derrotar a Argentina, com centenas de mortos e feridos.

Os EUA têm uma responsabilidade criminal nos golpes militares na Argentina, contra Irigoyen em 1930, contra Perón em 1955, contra Illía em 1966, contra Isabel Perón em 1976.

Sua presença na Argentina em 24 de março, no aniversário dos 40 anos, é uma provocação, deve ser repudiada. O governo busca ocultar a grande repercussão que terão as marchas do 24 de março em todo o país, que entre suas denúncias colocarão às claras sua política repressiva. E até tentará condicionar o curso das mobilizações.

Os EUA são quem exerce hoje a maior ofensiva terrorista em escala mundial contra os povos oprimidos. Implantou bases militares no mundo todo. E encabeçou os bombardeios e as ações militares que custam vidas de centenas de milhares de pessoas. Em sua decomposição, alenta as formas mais bárbaras de opressão, sustenta os regimes mais selvagens contra as massas.

O governo dos EUA é nosso inimigo. É inimigo da nação.



24 de março de 1976 – 40 anos do golpe militar na Argentina

A mesma classe continua no poder

A burguesia e o imperialismo recorreram várias vezes a golpes militares no século passado. O de 1976 foi o mais sangrento contra a classe operária e os oprimidos. Se a Argentina pôde conhecer um período mais longo de democracia eleitoral, sem golpes militares, nestes últimos 32 anos, se deve em grande medida ao esmagamento da vanguarda operária e popular.

Devemos ter plena consciência do papel que jogou esse golpe na história do país, na história da luta de classes e, particularmente, na da classe operária. O golpe foi desfechado em 24 de março de 1976, mas a brutal repressão contra o movimento operário e dos oprimidos começou em 1974, sob a ação da Tríplice A (Aliança Anticomunista Argentina). É necessário um balanço do porquê ocorreu tamanho retrocesso, do papel que tiveram as direções políticas e qual foi sua responsabilidade.

A definição do golpe de 1976 como golpe militar, ou cívico-militar, é limitada. É de fundamental importância assinalar o caráter de classe do golpe. A burguesia e o imperialismo são os responsáveis pelo golpe. Prepararam e ordenaram-no, estão na sua base material, beneficiaram-se, fizeram grandes negócios. Os militares foram seus fiéis executores, apoiados pela Igreja. A ditadura militar foi a expressão mais sangrenta da ditadura do capital, e uma **continuidade da ditadura do capital**, que se expressava sob o governo peronista de 1973-1976 e que continuará sob os governos posteriores a 1983. Todos têm em comum o fato de serem expressões do regime capitalista, de uma mesma classe social no poder. Quando já não podem dominar por um meio, recorrem a outro, para preservar o essencial - a propriedade privada dos grandes meios de produção.

Esta é a explicação do porquê os governos democrático-burgueses preservar o aparato repressivo, procuram limitar o máximo a punição dos responsáveis do massacre e cuidam muito bem de não avançar sobre todos os responsáveis pelo golpe, de ocultar a raiz do fenômeno. Trabalham para deformar e desfigurar os verdadeiros motivos do golpe, apresentando-o como uma guerra, como uma via para derrotar as guerrilhas, desenvolvendo a “teoria dos dois demônios”. Somente a persistente mobilização popular conseguiu impor a punição a um setor das forças repressivas e denunciar a cumplicidade empresarial, política, sindical e eclesiástica.

Foi um golpe da burguesia em seu conjunto, não apenas das corporações que se beneficiaram diretamente com alguns negócios, ou aquelas que tiveram um papel primordial na repressão aos trabalhadores que empregavam. As associações empresariais e os partidos patronais sustentaram a ditadura, inclusive com funcionários.

A história da Argentina é marcada por mais de um século de repressão violenta, sangrenta e intensa contra os levantes operários. A exemplo da repressão a organização dos 1º de Maio no início do século passado, à greve nas fábricas Vasena, na Patagônia Rebelde, em Tucumán, nas plantações de maçãs, da repressão da chamada Revolução Libertadora, do Plano Conintes, das

ações da Tríplice A, que custaram milhares de vidas.

Compreender a natureza do golpe, o seu caráter de classe, ajudará as massas a superarem as ilusões democráticas, que se fortaleceram de tanto assimilar a ideia de que a democracia burguesa era um ponto final, em que todos os problemas da sociedade se resolveriam. E que, em seu nome, os explorados deveriam sacrificar suas reivindicações, para evitar que se voltasse no tempo da ditadura. Assim, se apresenta como essencial a antítese democracia-ditadura, ocultando que é uma continuidade do regime de dominação capitalista.

O golpe colocará no governo Martínez de Hoz, como ministro da economia, Presidente do Conselho Empresarial Argentino, que há vários meses vinha preparando seu programa de governo, apresentado formalmente à Junta Militar doze dias antes. Trata-se do setor mais vinculado às multinacionais, ao grande capital nacional e aos exportadores. Seu programa somente podia ser aplicado se esmagasse o movimento operário e popular. Suas políticas deixaram profundas marcas na economia do país. Políticas que foram praticadas a fundo no governo de Menem.

O golpe fez parte de uma vasta operação do imperialismo em nível continental, especialmente dos Estados Unidos, denominado *Plano Condor*, para acabar com os processos de radicalização social, impedir o triunfo de alguma revolução e impor suas diretrizes econômicas. O imperialismo também teve ativa participação nas “saídas democráticas” das ditaduras.

Não haverá justiça até que a revolução social triunfe, que acabe com as bases materiais do capitalismo, bases materiais do golpe e da repressão sangrenta. Que desmantele todo o aparato repressivo. Que puna todos os capitalistas, os ideólogos do golpe, a hierarquia eclesiástica que acompanhou e aprovou a metodologia do terror, a todos os políticos e sindicalistas cúmplices. Que expulse o imperialismo que preparou o golpe. Enquanto isto não ocorrer, não será possível “*Um Nunca Mais*”. Afirmamos que a tragédia poderá se repetir quando a burguesia não tiver outro caminho e as massas não tiverem resolvido sua crise de direção.

Sob a democracia burguesa não será possível resolver esta tarefa. O máximo que se pode obter são as punições de alguns setores militares, que vão para o cárcere depois de tantos anos, e se acusarão algumas grandes empresas por sua responsabilidade, como resultado da enorme mobilização popular. No fundamental, a burguesia preservará o essencial do aparato repressivo.

Neste 24 de março, devemos multiplicar as mobilizações em todo o país com estas bandeiras, ganhando as ruas, a Praça de Maio, apontando a embaixada dos EUA, a Sociedade Rural, a Associação de Bancos, a Catedral Metropolitana, os grandes meios de comunicação, a burocracia sindical, os partidos patronais, como os símbolos da ditadura. E também os partidos burgueses e os burocratas sindicais – não deixemos que lavem a cara com a demagogia.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Só poderemos dizer NUNCA MAIS quando acabarmos com a dominação da burguesia e do imperialismo, quando destruírmos seu Estado banhado de sangue

Reproduzimos alguns parágrafos da introdução ao livro *“Nunca Mais”* da CONADEP¹, presidida pelo escritor Ernesto Sábato, publicado em 1984. Esse livro sintetiza a investigação realizada pela Comissão sobre o Desaparecimento de Pessoas e é colocado como um pilar da luta por direitos humanos no país. Integrou esta Comissão a jornalista Magdalena Ruiz Guiñazú. Toda a documentação recolhida, que foi base para os processos, foi de grande importância. O trabalho, objetivamente, impulsionou a luta pelo julgamento e punição dos genocidas, apesar das posições reacionárias de alguns integrantes da Comissão que se expressaram na introdução do informe:

1) Desde o início, sustentou-se *teoria dos dois demônios*: apresenta a repressão como parte do enfrentamento entre terrorismos de extrema direita e de extrema esquerda. Afirma que o terrorismo estatal foi uma resposta aos delitos do terrorismo. Contribui para ocultar em todo o texto o porquê de semelhante repressão selvagem, apesar de contar com milhares de testemunhos de todo tipo. Contribui para ocultar quem ordenou o genocídio e quais foram os objetivos. Não nos referimos aos bens que roubaram os militares que participaram das operações, que está muito bem mencionado no livro. Referimos-nos que a repressão genocida foi obra de uma classe social, a burguesia, que preparou o terreno e deu as indicações e as ordens para que se levasse adiante.

2) A burguesia e o imperialismo necessitavam uma ditadura sangrenta para acabar com as conquistas sociais, atacar os salários e as comissões paritárias, privatizar setores da economia e promover a maior penetração do capital multinacional. É uma classe social que se beneficiou de conjunto com o golpe: forte retrocesso que foi imposto ao movimento popular, os assassinatos de seus melhores homens, os desaparecimentos, os exílios ou prisões, destruição de suas organizações, ou ilegalidade, confisco de suas conquistas. Todas as câmaras empresariais e os partidos políticos da burguesia apoiaram o golpe.

3) O informe apresenta como *“inocentes do terrorismo”* à maioria das vítimas, como se o plano não tivesse sido destina-

do conscientemente a exterminar com toda a vanguarda operária, juvenil e intelectual. E pior, sugere que se a repressão genocida apenas tivesse sido utilizada contra guerrilheiros, poderia ter sido aceita. As vítimas tinham militância sindical, política, popular e estudantil.

4) Pretender apresentar a repressão como um produto do enfrentamento entre setores extremos, armados, tese que sustenta interessadamente toda a burguesia, seus meios de comunicação e seus partidos, é uma canalhice.

5) O imperialismo, especialmente o ianque, fez parte da preparação dos golpes em todo o continente, operando com os exércitos, as empresas multinacionais e com seus diplomatas. A repressão foi organizada para destruir as organizações sindicais, políticas, sociais e populares nos países conflagrados.

Não foi somente obra de “perversos” e “loucos”, foi um trabalho inteligente para destruir o rico processo de politização, participação, organização e mobilização que se reproduzia em escala continental.

6) O texto faz uma apologia do Estado italiano e sua Justiça, como um exemplo a se imitar. Rechaçamos toda forma de repressão por parte do Estado burguês, que sempre é expressão da ditadura de classe do capital. Não importa que forma tenha. O Estado italiano, diante de um movimento popular como o que existia aqui, teria igualmente atuado.

7) Conclama a confiar na Justiça, nos *“juízes constitucionais”*, em vez de dizer que a Justiça foi cúmplice do regime que liquidou a Constituição e todas as liberdades democráticas e que, portanto, a única política democrática seria aquela que destituisse todos, desconhecesse todas as leis e atos jurídicos editados pela ditadura. A única atitude democrática era a de organizar a mobilização permanente das massas, para recuperar tudo o que se perdeu durante a ditadura, colocar em pé autênticos Tribunais Populares para ir a fundo na investigação e punição de todos os genocidas.

8) A repressão genocida foi levada adiante por centenas de centros clandestinos, por milhares de oficiais e suboficiais das forças de segurança, que intervieram diretamente nos assassinatos, torturas e desaparecimentos. As Forças Armadas atuaram como um conjunto, não era suficiente questionar o alto comando dizendo que havia inocentes. Aqueles que se negaram a reprimir foram separados das forças ou arcaram com consequências piores. Estas Forças Armadas são irrecu-



1 Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, criada em 1983, sob o governo do presidente Raúl Alfonsín.

peráveis para a Nação. Nasceram para enfrentar o colonialismo britânico e espanhol, no entanto, tornaram-se um braço armado da burguesia e do imperialismo contra a Nação.

9) Apresentar esta verdade de classe, inquestionável, leva a questionar a burguesia, o imperialismo e todas as instituições do Estado, seus partidos, a igreja, os burocratas sindicais colaboracionistas e a Justiça que colaborou com a ditadura. Não poderá haver Justiça caso não seja consequente com esta verdade. Somente haverá JUSTIÇA quando expropriarmos os capitalistas e destruímos seu Estado, sua ditadura de classe. Essa será nossa vingança de classe, definitiva. A democracia burguesa, antes de 1976, gestava em seu seio a besta fascista, como ainda hoje gesta.

10) Os mesmos que detinham o poder sob a ditadura continuam tendo hoje. São eles que mandam de fato: um punhado de grandes empresas, de proprietários de terras e banqueiros, que têm em suas mãos os principais meios de produção. Enquanto não acabarmos com todos eles, não podemos dizer “Nunca Mais”. Certamente, recorrerão ao golpe fascista quando seus sagrados interesses se vejam ameaçados pela rebelião dos mais pobres, dos explorados, dos marginalizados. Pelo contrário, na introdução do livro “Nunca Mais” se faz uma exaltação da democracia como se o golpe não tivesse sido planejado e preparado na democracia, como se a democracia não tivesse preservado o essencial do aparato repressivo, desconhecendo que a democracia a que se refere é a forma que encobre a ditadura do capital.

Alguns parágrafos da introdução mencionada:

«Durante a década de 70, a Argentina foi convulsionada por um terror que provinha tanto da extrema direita como da extrema esquerda, fenômeno que tem ocorrido em muitos outros países. Assim aconteceu na Itália, que durante longos anos sofreu com a implacável ação das formações fascistas, das Brigadas Vermelhas e de grupos similares. Mas essa nação não abandonou em nenhum momento os princípios do direito para combatê-la, e o fez com absoluta eficácia, mediante os tribunais ordinários, oferecendo aos acusados todas as garantias da defesa em juízo; e na ocasião do sequestro de Aldo Moro, quando um membro dos serviços de segurança propôs ao General Della Chiesa torturar a um detido que parecia saber muito, ele lhe respondeu com palavras memoráveis: “a Itália pode se permitir perder a Aldo Moro. Não pode, em troca, implantar a tortura”.

Não foi desta maneira em nosso país: aos delitos dos terroristas, as Forças Armadas responderam com um terrorismo infinitamente pior que o combatido, porque desde 24 de março de 1976 contaram com o poderio e a impunidade do Estado absoluto, seques-

trando, torturando e assassinando a milhares de seres humanos.

Nossa Comissão não foi instituída para julgar, pois para isso estão os juízes constitucionais, senão para indagar o destino dos desaparecidos no curso destes anos infelizes da vida nacional. Mas, depois de ter recebido milhares de declarações e testemunhos, de ter verificado ou determinado a existência de centenas de lugares clandestinos de detenção e de acumular mais de cinquenta mil páginas documentais, temos a certeza de que **a ditadura militar produziu a maior tragédia de nossa história, e a mais selvagem. E, se bem devemos esperar da justiça a palavra definitiva, não podemos calar diante do que temos ouvido, lido e registrado; tudo aquilo que vai muito mais além do que se possa considerar como criminoso para alcançar a tenebrosa categoria dos crimes de lesa-humanidade.**

... a luta contra os “subversivos”, com a tendência que tem toda caça às bruxas ou de demonizá-los, havia se convertido em uma

repressão insanamente generalizada, porque o epíteto de subversivo tinha um alcance tão vasto como imprevisível. No delírio semântico, encabeçado por qualificações como “marxismo-leninismo”, “apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos”, tudo era possível: desde gente que lutava em defesa de uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam a favelas para ajudar a seus moradores. Todos caíam na incursão investigativa: dirigentes sindicais que lutavam por uma



simples melhoria de salários, meninos que tinham sido membros de um centro estudantil, jornalistas que não eram partidários da ditadura, psicólogos e sociólogos por pertencerem a profissões suspeitas, jovens pacifistas, freiras e sacerdotes que haviam levado os ensinamentos de Cristo a bairros miseráveis. E amigos de qualquer um desses, e amigos desses amigos, gente que havia sido denunciada por vingança pessoal e por ter sido sequestrados sob tortura. Todos, **em sua maioria inocentes do terrorismo** ou mesmo os quadros combatentes da guerrilha, porque estes se entregavam à batalha e morriam no enfrentamento ou se suicidavam antes de se entregar, e poucos chegavam vivos às mãos dos repressores.

As grandes calamidades são sempre elucidativas, e, sem dúvida, o mais terrível drama que em toda sua história sofreu a Nação durante o período que durou a ditadura militar, iniciada em março de 1976, **servirá para fazermos compreender que unicamente a democracia é capaz de preservar a um povo de semelhante horror, que só ela pode manter e salvar os sagrados e essenciais direitos da criatura humana.** Unicamente assim poderemos estar seguros de que **NUNCA MAIS** em nossa pátria se repetirão fatos que nos tem feito tragicamente famosos no mundo civilizado”.

O Golpe objetivou quebrar profundamente a experiência de 20 anos de organização, politização e luta da classe operária, extirpar a sua vanguarda e encerrar a situação pré-revolucionária aberta com o Cordobaço

Objetivo: Acabar com a radicalização social e impedir que passasse a um estágio superior; e aplicar outra política econômica, cuja condição era bloquear a resistência da classe operária e impor-lhe um brutal retrocesso. O imperialismo vinha preparando há algum tempo a operação para acabar com o que considerava uma influência do comunismo e do castrismo na América Latina, e impedir que viesse a ocorrer uma outra Cuba.

A operação da burguesia para voltar à democracia e permitir a participação do peronismo, inclusive com Perón, criou fortes ilusões, que pouco serviram para conter o processo de radicalização social, mas que aumentaram a confusão e divisão. Cresceram as lutas operárias sob o governo de Perón. Produziram-se o “Villazo” e a Plenária da Villa Constitución (em 1974, com Perón ainda vivo), e em 1975 a combativa greve geral de junho, imposta à burocracia na defesa das paritárias e contra o Rodrigazo.

O índice de sindicalização do movimento operário era um dos mais elevados do mundo. Os estudantes constituíam centros e federações. O movimento estudantil crescia em participação nas lutas sociais. Os camponeses organizaram as Ligas Agrárias. Os bairros se organizaram.

A burguesia não podia conviver com uma classe operária politizada, que questionava a exploração do trabalho, o regime de propriedade e que não se acovardava diante dos golpes repressivos, por isso queria destruir, desarticular, quebrar esse processo, para liquidá-lo. A magnitude, a amplitude e a profundidade da repressão estiveram relacionadas ao elevado grau de consciência e organização alcançados. O objetivo do golpe foi o de destruir as organizações políticas e sociais. Proibir sua organização e luta. Colocar completamente o movimento operário e popular na ilegalidade.

“Acabar com a guerrilha fabril” foi o grito de guerra de Balbín, presidente da UCR, dizendo à cúpula militar que tinha autorização para dar o golpe.

O General Delía Larocca, comandante do III Corpo do Exército dizia em uma reportagem realizada em novembro de 1975: *“Isto de guerrilha fabril constitui uma especial preocupação para nosso país. Devíamos nos perguntar se os dirigentes ou aqueles que estimulam e executam estas ações clandestinas têm consciência de que tais prejuízos não têm ponto de retorno e que significam uma traição covarde para o país e para a empresa que os emprega. Advertimos em tudo isto uma intolerável conduta que protagoniza grupos infiltrados na classe trabalhadora, que até procuram armar-se contra os empresários. Os senhores têm alguma informação de que alguma vez o empresário adquiriu armamentos ou instrumentos para assassinar seus operários? A subversão, neste caso, consiste em atentar contra a produção nacional e se tem êxito com o absenteísmo, a sabotagem industrial ou impondo o controle operário da produção...”*

Para que a burguesia pudesse arrancar as conquistas das

massas, obtidas em muitos anos de organização e dura luta, era preciso golpeá-las profundamente, impedi-las de qualquer resposta.

O informe da Conadep identificou que 30,2% dos desaparecidos eram operários; 17,9%, empregados; 5,7%, docentes; 10,7%, profissionais; 21%, estudantes. Identificou também sequestros coletivos de operários nos locais de trabalho, como no estaleiro Astarsa, onde houve a prisão de 60 trabalhadores, “os repressores tinham em mãos uma lista do pessoal da empresa”.

O processo de luta histórico do movimento operário argentino, desde a resistência peronista (1955/56) até as coordenadoras fabris de 1975, com forte tendência para a independência política, faz parte, por sua vez, do processo de luta mundial das massas, no marco da crise capitalista – insolúvel dentro dos limites do capitalismo – que necessita para a sua sobrevivência atacar as condições de vida das massas em nível mundial, incluindo as massas das próprias nações desenvolvidas, como podemos verificar com o que ocorre nos Estados Unidos, Europa, Japão, etc.

A Revolução Cubana teve grande influência, como a independência da Argélia, a Guerra do Vietnã, o Maio Francês, a Primavera de Praga e as crescentes lutas no Chile, Bolívia e Uruguai.

1949: Revolução Chinesa, constituição da República Popular da China.

1953: Morre Josef Stálin, que preparava uma nova depuração partidária.

1959: Revolução Cubana, que teve enorme repercussão em todo continente.

1961: Rompimento das relações entre Rússia e China.

1962: Crises dos mísseis instalados pela Rússia em Cuba.

1959/64: começa a guerra do Vietnã que terminará em 1975.

1967: Guerra dos Seis Dias declarada por Israel contra os países árabes vizinhos. Assassinato de Che Guevara na Bolívia.

1968: intervenção militar russa na Checoslováquia, a primavera de Praga. Levante de operários e estudantes na França “Maio de 68”, o “Maio Francês”.

1970: Salvador Allende assume a presidência no Chile.

1973: Perón assume como presidente.

A resistência peronista começa antes da efetiva derrocada de Perón em 1955, por defender e recuperar o governo. Finaliza em fins de 1956, depois dos assassinatos e fuzilamentos (varredura de José León Suarez, fuzilamentos entre outros do general Valle). As sabotagens, as bombas, as greves, os comandos especiais, milhares de pequenas ações voltadas a desgastar a ditadura não tinham conseguido generalizar-se e criar as condições para um levante. O movimento se concentra em recuperar o funcionamento normal da CGT. O termo “resistência peronista” seria utilizado para todo o período que chega até a

volta de Perón em 1973. Caracterizado pela proscrição do peronismo e proibição a Perón de retornar ao país.

O Congresso Operário de La Falda (Córdoba 1957) formulou um programa político que procurava expressar as aspirações nacionais e democráticas necessárias para desenvolver e conquistar a independência política, econômica, social, cultural, científica e tecnológica, colocando as tarefas que a burguesia era incapaz de levar adiante, sem entender que a classe operária devia tomar o poder para realizá-las. Entendia-se que essas transformações podiam ser realizadas nos marcos do capitalismo.

Dizia o programa: “Elaboração do grande plano político-econômico-social da realidade argentina, que reconheça a presença do movimento operário como força fundamental nacional, através de sua participação hegemônica na estruturação e direção do mesmo”. Fortalecimento do estado nacional popular, voltado à destruição dos setores oligárquicos antinacionais e de seus aliados estrangeiros, tendo presente que a classe trabalhadora é a única força argentina que representa em seus interesses os anseios do país”.

Em 14 de novembro de 1958, Arturo Frondizi implanta o Plano Conintes (Comoção Interna do Estado) essencialmente para enfrentar as lutas operárias e as mobilizações estudantis. Destaca-se a luta do frigorífico Lisandro de la Torre, finalmente derrotada e ocupada pelo exército com tanques de assalto, helicópteros e centenas de militares.

O congresso de Huerta Grande (1962), convocado pelas 62 organizações peronistas, voltam a enunciar as tarefas que o nacionalismo burguês deveria dar conta, combinadas com as reivindicações claramente operárias:

“1. Nacionalizar todos os bancos e estabelecer um sistema bancário estatal e centralizado; 2. Implantar o controle estatal sobre o comércio exterior; 3. Nacionalizar os setores chaves da economia: siderurgia, eletricidade, petróleo e frigoríficos; 4. Proibir toda exportação direta ou indireta de capitais; 5. Desconhecer os compromissos financeiros do país, assinados sem conhecimento do povo; 6. Proibir toda importação concorrente com nossa produção; 7. Expropriar a oligarquia latifundiária sem nenhum tipo de indenização; 8. Implantar o controle operário sobre a produção; 9. Abolir o segredo comercial e fiscalizar rigorosamente as sociedades comerciais; 10. Planificar o esforço produtivo em função dos interesses da Nação e do Povo Argentino, fixando linhas de prioridades e estabelecendo tetos mínimos e máximos de produção”.

A CGT dos Argentinos, fundada no Congresso normalizador Amado Olmos, entre 28 e 30 de março de 1968, encabeçada pelo dirigente gráfico Raimundo Ongaro, opunha-se a conciliar com o regime de Onganía, como propunha Augusto

Timoteo Vandor, e retoma os programas de La Falda e Huerta Grande, e radicaliza suas posições:

“4. A história do movimento operário, nossa situação concreta como classe e a situação do país nos levam a questionar o fundamento mesmo desta sociedade: a compra da força de trabalho e a propriedade privada dos meios de produção”.

- Nós trabalhadores, autênticos criadores do patrimônio nacional, temos direito de intervir não só na produção, mas também na administração das empresas e na distribuição dos bens.

- Os monopólios que arruinam nossa indústria e que durante muitos anos vem nos despojando, devem ser expulsos sem compensação de nenhuma espécie.

- Só uma profunda reforma agrária, com as expropriações que ela necessita, pode efetivar o postulado de que a terra é de quem a trabalha.

Olmos, criticando os burocratas peronistas, que qualificava de colaboracionistas e participacionistas, dizia: “Há dirigentes

— disse —, que têm adotado as formas de vida, os automóveis, as casas, os investimentos e os gostos da oligarquia a quem dizem combater. Desde já com uma atitude desse tipo não podem encabeçar a classe operária... Que fiquem com seus animais, seus quadros, seus automóveis, seus velhos juramentos falsificados, até o dia iminente em que uma explosão de decência os arranque da última poltrona e das últimas representações traídas”.

Porém, ao mesmo tempo, de definir reivindicações e críticas tão audazes, revela nas próprias palavras de Olmos o papel que

se reserva para a classe operária: “O trabalhador quer o sindicalismo integral, que se projete **até o controle do poder**,...” um poder que naturalmente estaria nas mãos da burguesia.

A CGT dos Argentinos foi uma das principais forças que intervieram no Cordobazo. Um mês depois da convocatória a uma greve nacional em 30 de junho de 1969 (horas depois da morte de Vandor na sede da UOM) que levou a um enfrentamento direto com o governo, seu sindicato sofreu intervenção e foram presos os seus principais dirigentes. Praticamente, depois disso acabaram desaparecendo no começo da década de 1970. O grêmio gráfico continuou sendo a única referência da CGTA. Outros grêmios se integraram às 62 organizações, o grêmio de Farmácia era dirigido pelo PB, e Tosco permaneceu com sua corrente combativa.

O Cordobazo em 1969 expressou, pela primeira vez, a união dos estudantes com a classe operária em luta contra a ditadura que pôs abaixo os planos e objetivos de Onganía de exercer o governo por 50 anos. Também acabou com o projeto de Vandor de herdar o peronismo. Expressou um salto qualitativo. Abria-se uma nova situação política no país caracterizada por fortes tendências em direção para a independência da classe operá-



ria, com o surgimento de numerosas correntes classistas que se convertiam em referência para todo o movimento operário.

A convocatória a uma paralisação ativa conduzida pelo secretário geral da CGT dos Argentinos de Córdoba, Miguel Ángel Correa, do sindicato da madeira e dos mecânicos (Smata), com Elpidio Torres, recebe a imediata adesão dos estudantes universitários, da juventude dos bairros e setores da classe média, transformando-se em uma completa paralisação e uma massiva mobilização. A polícia reprimiu e diante do enfrentamento durante todo o dia, o exército conseguiu controlar o levante ao anoitecer. No dia seguinte, as duas CGTs declararam a greve geral. “Nem golpe, nem eleições, insurreição” foi a consigna que levantaram, que expressava aquela corrente classista dirigida por René Salamanca (Smata), os sindicatos autônomos Sitrac-Sitram, Agustín Tosco da Luz e Força, com influências nas cidades industriais de Villa Constitución, San Nicolás, Zárate e Campana.

Rosariazos: em 16 de maio de 1969 começa a mobilização devido à morte do estudante Adolfo Bello, em Corrientes. A CGTA declara estado de alerta e convoca uma plenária para o dia 20. No dia 21, a CGTA e os estudantes convocaram uma marcha de protesto, que partiria da “cozinha popular” instalada em frente ao local da CGTA. Raimundo Ongaro foi um dos oradores. Reuniram-se mais de 4.000 pessoas. Quando iniciaram a mobilização, foram barbaramente reprimidos, tiros da polícia matam o operário metalúrgico e o estudante Luis Norberto Blanco, de 15 anos.

Em 23 de maio, um grupo de 38 sindicatos fez uma massiva paralisação industrial. Mais de 7.000 pessoas acompanharam o enterro de Blanco. Quando Ongania visitou o monumento à bandeira, a CGTA o declarou persona non grata.

Em Villa Constitución, a Lista Marrom (chapa sindical) ganhou a regional da UOM. Com um programa anti-burocrático, anti-patronal e anti-imperialista, a lista encabeçada por Alberto Piccinini e formada pelos trabalhadores metalúrgicos agrupados na plenária ganhou as eleições em 1974, contra a Lista Rosa, encabeçada por trabalhadores da Marathon, apoiada pelas 62 Organizações Peronistas.

Em 20 de março de 1975, através das forças conjuntas re-
crutadas pela SIDE, que incluíam a polícia federal, provincial, exército e guardas, pelotões de choque, entre os quais os guardas brancos, que iam armados e eram pagos pelas metalúrgicas dirigidas por Martínez de Hoz, e membros da Tríplice A. 4.000 policiais e 500 bate-paus pagos pelo Ministério de Bem-Estar Social tomaram a cidade. Uma caravana de um quilômetro e meio de vários Ford Falcon e patrulheiros policiais tomavam as ruas. Vários delegados e quase toda a comissão interna foram detidos. As ordens eram claras: afogar em sangue os operários e ativistas de Villa Constitución. Efetuaram-se detenções em zonas circunvizinhas chegando até Rosário onde prenderam outros delegados. A sede da UOM foi fechada e seus dirigentes encarcerados. Inclusive seus advogados. Foi o começo do que se chamou “Operação Rocamora” ou “Serpente Vermelha do Paraná”.

Diante deste ataque, 7000 metalúrgicos da Villa se organizaram e declararam a greve que duraria 59 dias, exigindo a liberdade de seus companheiros e a restituição da comissão interna. Finalmente, obrigados, os trabalhadores encerraram a

greve.

Villa Constitución foi o laboratório de ensaio, o ensaio piloto onde se preparou e ajustou os elementos repressivos do Estado burguês que logo implementaram por toda nação sob a ditadura militar de 1976.

As coordenadoras fabris de 1975: Em maio de 1975, o governo e a CGT negociaram um aumento massivo e uniforme de 38%. O ministro da economia Gómez Morales renunciou por discordar. Em 2 de junho, assumiu em seu lugar Celestino Rodrigo para aplicar um choque econômico que acelerava a inflação, aumentava os serviços e contraía os salários; desvalorização do peso em 230%, em benefício dos exportadores de cereais, dos pecuaristas e que aumentava a concentração do grande capital industrial multinacional. Após essas altas, o governo ofereceu 45% de aumento salarial.

Em 14 de junho, retornaram-se as paritárias depois de dois anos de congelamento. Os sindicatos negociaram aumentos que iam de 80 a 200%. Diante deste resultado, Isabel Perón decidiu anular as paritárias e outorgar um aumento de 50%.

Durante todo este período havia mobilizações, encontros entre ativistas e delegados, que começaram a ultrapassar os limites dos sindicatos ocupados pela burocracia em que nenhum trabalhador confiava. Começou a se buscar formas organizativas que potenciasssem os trabalhadores e quebrassem o controle da burocracia a partir do sindicato, do aparato. Isto sem criar novas organizações sindicais, mas novos reagrupamentos sindicais que congregassem todos os setores de trabalhadores que viam a necessidade de se organizar para lutar em conjunto, para assim ter forças suficientes para defender suas condições de vida.

Assim, nasceram as **coordenadoras** inter-fabris. Suas composições foram substancialmente de delegados e comissões internas em alguns sindicatos. Foi uma organização de baixo para cima, buscaram uma real representação dos trabalhadores sob o exercício pleno da democracia operária. Tudo se resolvia em assembleia, todos interviam e todos resolviam, todos participavam e todos eram responsáveis pelo resultado. O que potenciava a organização já que todos sentiam essas decisões como próprias, não impostas de fora.

As **coordenadoras** floresciam como cogumelos depois da chuva no norte, sul, capital e oeste da grande Buenos Aires. As mobilizações de milhares de trabalhadores se intensificavam em todo país com epicentro em Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé. Somavam-se permanentemente trabalhadores de várias fábricas, recuperavam-se sindicatos das mãos da burocracia, afiançava a organização sindical, seu funcionamento em assembleias nos locais de trabalho e nos sindicatos que deviam incorporar as decisões das assembleias, dos delegados de oficinas, fábricas, etc. Implementavam-se medidas de controle operário da produção em numerosas fábricas. Se recorreu a ocupação de fábricas. Iam se convertendo em um germe de organização soviética.

Diante da pressão dos trabalhadores, a burocracia da CGT chamou uma paralisação com concentração na Praça de Maio para o dia 27 de junho de 1975, objetivando desviar a luta contra os planos econômicos do governo, para pedir a homologação das **paritárias**, apoiando Isabel. Para salvar o governo peronista de ser considerado pelas massas operárias como o

inimigo central.

O governo não cedia e os trabalhadores acentuaram suas lutas e mobilizações, ameaçando passar e passando por cima da direção da CGT e efetivamente confrontando o governo. A CGT convocou uma nova greve geral de 48 horas para 7 e 8 de julho. Foram 15 dias praticamente com o país paralisado, com massivas e permanentes marchas em todo o país. As concentrações na Praça de Maio e nas principais praças do país adquiriram um claro conteúdo político. As Coordenadoras que vinham ganhando espaço - apoiadas na ação direta conjunta e solidária sob os princípios da democracia operária e defesa de seus interesses - começavam se transformar em uma referência de direção do movimento operário. Praticamente, todas as correntes que se declaravam da esquerda revolucionária participaram desta construção unitária.

Esta experiência de luta do movimento operário, especialmente desde o Cordobazo de 1969 até as coordenadoras de 1975, expressou seus avanços e limitações em seu processo de conquista de independência política. Na busca intuitiva, semiconsciente desta conquista histórica, em orfandade ideológica, política e organizativa, dado a inexistência de seu partido revolucionário, foi derrotada e decapitada pela ditadura militar de 1976.

Conclusão: Esta experiência histórica dos trabalhadores ocorreu sob a direção política do peronismo com Perón à cabeça, no exílio e no país. A dura experiência dos trabalhadores sofrida na própria carne sob o governo de Perón: cassação do governador Bidegain, na província de Buenos Aires, de Baca, do governador de Córdoba Obregón Cano sob condução policial; da organização e funcionamento dos grupos de tarefas mais conhecidos como Tríplice A sob sua direção, do assassinato do deputado Ortega Peña, e em seguida a sua morte continuaram cumprindo seus objetivos até militarizar todo o país em 1976. Sem a intervenção de Perón, jamais a burguesia teria conseguido impor esta descomunal regressão histórica às massas trabalhadoras.

A luta por “Perón volta”, foi um acordo político entre Perón e os agrupamentos especiais (Montoneros, FAP, etc.) generalizou a luta da juventude (a tendência revolucionária da juventude peronista) e demonstrou todo seu potencial ao dirigir este processo que culminou com a volta efetiva de Perón em 1972. A mobilização da juventude foi de massa. Exercia enorme influência e arrastou em suas mobilizações vastos setores da classe operária. Começaram a inserir-se no movimento operário através da juventude trabalhadora peronista (JTP) e do peronismo de base (PB).

Esta foi uma experiência de luta dirigida por correntes com orientação foquista (Montoneros, FAR, FAP, FAL, etc.) que no fim das contas acabou por debilitar o movimento operário que avançava em sua luta expulsando a burocracia. Valeram-se de valiosos ativistas e militantes com grande influência entre os operários, que tiraram das fábricas. Seu aventureirismo revo-

lucionário, próprio da pequena burguesia, acabou por servir aos objetivos da ditadura militar, que dizimou o movimento operário massacrando ou desaparecendo com seus dirigentes e ativistas mais proeminentes para impor um extraordinário retrocesso social, que padecemos até hoje.

Esta experiência política das massas transformava-se muito lentamente em consciência de classe nas coordenadoras de 1975. As massas operárias se lançavam à luta aberta contra a burocracia sindical e contra o governo peronista de Isabel. Daí que a sua estruturação independente como classe assentaria os cimentos da construção efetiva de seu partido revolucionário. Este processo foi abortado pela ditadura de 1976.

A militarização e repressão nas fábricas, como descrevemos anteriormente, tiveram graus extremos também na Ford, Mercedes Benz e no Ingenio Ledesma. Toda a burguesia apoiou as operações para extirpar o ativismo operário das fábricas (a “guerrilha fabril”) e contou com a aberta cumplicidade da burocracia traidora que entregou os companheiros. Alguns deles

militaram abertamente em organizações de ultradireita, como o Comando de Organização, na Juventude Sindical Peronista, com vínculos com as Tríplice A e as forças armadas, outros viraram agentes da inteligência nas fileiras do movimento operário.

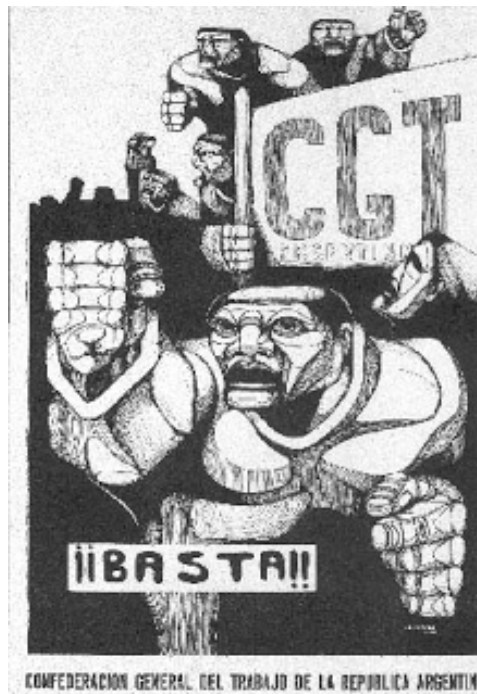
Este ciclo histórico de enorme politização e luta radicalizada, de organização e choque violento contra o Estado e as patronais, não puderam – nem poderiam por si mesmos – resolver a construção do partido revolucionário, resolver o problema dos problemas: a construção da direção revolucionária que levará à vitória.

A esquerda estava submetida à política foquista, de um lado, e ao pacifismo conciliador, de outro; pelas correntes nacionalistas que se disciplinavam pelo movimento peronista e não queriam “tirar os pés do prato”; pelo sindicalismo

combativo que não enxergava a importância do partido.

Esteve ausente o partido-programa, que colocasse a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, que demonstrasse que as tarefas democráticas e nacionais que a burguesia não resolveu no passado só podiam ser cumpridas pela classe operária no poder. Que não há outra via para a construção do socialismo a não ser tomando o poder pela classe operária por meio da revolução social, destruindo o Estado da burguesia. Que a classe operária não podia ser substituída, com seus métodos, sua experiência, sua organização e consciência por grupos especiais armados, que atuavam à margem dessa evolução e que decidiam por conta própria a realização de ações militares, que não poucas vezes foram nefastas para as lutas que se estavam travando.

A tarefa de construir a direção revolucionária continua pendente. Trabalhamos nessa direção, resgatando as experiências, as tradições mais valiosas da classe, traduzindo-as em programa político.



A burguesia e o imperialismo prepararam o golpe durante o governo peronista (eleito pelo voto)

Não se trata de tal ou qual corporação que esteve por trás do golpe (Acindar, Bidas, Ledesma, Ford, Mercedes Benz, Fortabat, Clarin, La Nación, etc.), foi um golpe da burguesia e do imperialismo. Não houve nenhuma fração da burguesia que se opusesse, que resistisse ao golpe. O grande capital nacional e internacional sinalizou claramente para os militares que deviam tomar o poder. Foram eles que tomaram a decisão política. Embora o imperialismo norte-americano participasse ativamente, no quadro de uma ação em escala continental, enfatizamos que a burguesia foi sócia ativa do golpe, como o demonstra o papel das associações empresariais e a totalidade dos seus partidos políticos. Suas colocações voltavam-se especialmente para uma mudança da política econômica e a pôr ordem na sociedade. Tarefas que sabiam que não poderiam ser resolvidas por meios constitucionais, legais, por meio dos seus partidos políticos.

O golpe instaurou um governo que expressava a reação política, como último recurso do capitalismo para deter a irrupção revolucionária das massas, que haviam dado desde 1969 um salto qualitativo em sua intervenção, abrindo caminho em direção à independência de classe e, que em 1975, davam claros sinais de ruptura com o governo peronista passando por cima da burocracia sindical. No cenário político estavam presentes as duas tendências que concentravam a luta de classes. De um lado, a tendência do proletariado que procurava libertar a si e a toda sociedade e, de outro, o imperialismo que, diante dessa ameaça, tomou o comando para centralizar a ofensiva repressiva.

Desde o início de 1975, as entidades agropecuaristas começaram um plano de mobilização contra o governo. A Sociedade Rural, as Confederações Rurais Argentinas e a Confederação Intercooperativa Agropecuária (Coninagro), dando continuidade à campanha desenvolvida desde meados de 1974, constituíram um comitê de ação agropecuária e organizaram um “lock out” patronal no mercado de carnes para o dia 3 de março de 1975, exigindo a liberação dos preços do setor. Em maio, a Federação Agrária Argentina (FAA) e a CRA organizaram uma paralisação agropecuária para os dias 19, 20 e 21, conseguindo uma alta adesão que levou à queda do ministro de economia Alfredo Gómez Morales. O presidente da Sociedade Rural, na sua mensagem anual, dizia: “o país se encontrava numa grave crise devido às po-

líticas implementadas pelo governo peronista e exigia a liberalização da economia, Não deve continuar com estas lamentáveis experiências coletivistas, Deve se colocar em funcionamento a economia através da livre iniciativa dos homens, respeitando a propriedade e os incentivos individuais”.

Dizia que a política do governo peronista “era um excelente caldo de cultura para o desenvolvimento de concepções extremistas; existem provas da penetração subversiva em nível dos produtores médios e pequenos, através de entidades que constituem ramos políticos do extremismo”.

As entidades patronais do setor agropecuário suspenderam a comercialização da carne entre 19 e 29 de setembro desse ano. A luta se intensificou quando em 24 de outubro a CRA e FAA iniciaram um “lock out” agrário, que se estenderia por 18 dias. Para Jorge Aguado da CAR-BAP (que depois seria governador da Província de Buenos Aires sob a ditadura e depois gerente geral do grupo Macri), estava em jogo “a destruição da nacionalidade e do ser argentino”, e dizia que a “a situação que vivemos deve dar lugar à paz civilizada de amanhã, e que o tempo que dedicamos a esta árdua luta na defesa dos direitos e interesses gerais nos permitirá viver, em breve, uma realidade cheia de justiça e liberdade”. “São os homens que a compõem os que devem salvar as instituições para que estas salvem a República, mas, se os homens não agirem em função do verdadeiro interesse nacional como membros das instituições, ninguém se surpreenderá de que tanto o governo quanto as instituições legislativas, políticas, empresariais ou sindicais desapareçam, esmagadas pelo peso de sua própria incapacidade ou inoperância”.

A SRA (Sociedade Rural Argentina) exigia de Cafiero (ministro de economia desde 14 de agosto de

1975 até fevereiro de 1976) a desvalorização da moeda devido à defasagem cambial em relação aos custos internos.

Em 16 de fevereiro de 1976, os empresários organizaram um “lock out” patronal. Durante o ano de 1975, as organizações patronais agropecuárias organizaram 4 paralisações e convocaram outra para o dia 27 de março de 1976.

Em 28 de janeiro de 1976, a APEGE (Assembleia Permanente de Entidades Gremiais Empresariais, fundada em agosto de 1975), reuniu-se em assembleia na Bolsa de Comércio. Compareceram mais de 700 delegados. Estiveram presentes a Câmara Argentina de Sociedades Anônimas, Confederações



Rurais Argentinas, Câmara Argentina de Comércio, Federação Industrial da província de Córdoba, Sociedade Rural, Câmara Argentina da Construção, União Comercial Argentina, Federação Econômica Bonaerense, etc. Nos seu manifesto afirmam: *"Este agrupamento (...) veio preencher um prolongado vácuo com sua aparição, após um prolongado e penoso período em que a única voz que se ouvia é a que está comprometida com o esquema coletivista, estatizante e demagógico que padecemos, motivo do descalabro econômico, político, social e moral que ameaça nossa nação". (...) "a empresa privada só se salvará se os empresários forem capazes de assumir sua defesa com inteligência, desprendimento e valentia". Entre seus objetivos se declarava: "O restabelecimento da ordem e da segurança, a supressão de obstáculos legais que afetem a produção, a produtividade e a comercialização, (...) a contenção da inflação e adoção de medidas fiscais que aliviem a pressão tributária".*

A assembleia resolveu por unanimidade: *"Que se no prazo entre uma semana e um mês, o governo nacional não atendesse as exigências empresariais, modificando substancialmente sua atual política econômica, se determinará uma paralisação patronal geral, a suspensão do pagamento de impostos, retenção de tributos fiscais e contribuições sindicais e outros tributos".* Esta ameaça se materializou na paralisação empresarial de 16 de fevereiro.

No primeiro aniversário do *"lock out"*, publicou-se uma matéria paga apoiando a ditadura: *"neste aniversário, a APEGE considera um dever inevitável expressar seu reconhecimento às Forças Armadas e de segurança pela decisão, coragem e eficácia com que assumiram a responsabilidade de restabelecer a ordem"*. Martínez de Hoz encabeçava a organização empresarial que havia tomado a iniciativa de organizar a APEGE.

Por que se abandona ou não se lhe dá a devida importância a esta caracterização da ditadura militar? É necessário armar politicamente a nova vanguarda compreendendo este fenômeno central da nossa história recente, não limitando-o à questão democrática. As massas necessitam superar a ilusão de que há uma contradição essencial entre ditadura e democracia burguesa.

A burguesia mediante todos os meios, seus ideólogos e seus partidos querem apagar a linha de continuidade de classe entre a democracia, o golpe e o retorno à democracia. Essa linha de continuidade se expressa na preservação do Estado dos capitalistas, a preservação da grande propriedade privada e a ditadura do capital sob formas diferentes.

Se não se compreende esta questão não se pode compre-



ender porque o aparato repressivo não se desmantela, não se abrem os arquivos da repressão, os serviços de inteligência continuam atuando, milhares de repressores continuam livres e morrerão sem que sequer sejam indiciados por seus crimes, as Forças Armadas e todas as forças de segurança continuam tendo como inimigo o protesto social.

Se não se compreende esta questão não se pode pensar como impor a justiça, uma verdadeira JUSTIÇA, que puna definitivamente os responsáveis deste e de todos os massacres contra o povo.

Se não se compreende esta questão não se pode ajudar as massas a superarem as ilusões democráticas, a compreenderem que a libertação da nação oprimida, a expulsão do imperialismo, liquidação da exploração, colocação de todos os recursos humanos e materiais a serviço dos oprimidos somente poderá ser o resultado da destruição do Estado da burguesia, de sua ditadura, expropriando os grandes meios de produção, transformando-os em propriedade social (de todos em geral e de ninguém em particular).

A burguesia tenta emplacar a ideia de que *"nunca mais"* haverá um golpe, que haverá democracia para sempre. Nada mais falso. Quando as massas ameaçarem derrubar o Estado da burguesia, esta procurará dar um golpe, ou desencadear uma repressão genocida para impedi-lo. Só depende do movimento popular, de sua direção política, de sua organização e preparação para que da próxima vez triunfe o seu movimento. A burguesia amedronta as massas dizendo: *"vejam as consequências de sua radicalização, defendam a democracia burguesa para resolver todos os problemas, assim não se produzirão represálias horroresas como as que vivemos"*.

Ainda que nos últimos anos tenham aumentado as denúncias contra empresas e empresários em particulares, que atuaram contra seus trabalhadores, pondo suas próprias instalações e móveis a serviço da repressão ou entregando listas de delegados e ativistas para serem sequestrados; ainda que se tenha aprovado uma lei e formado uma comissão para investigá-los e investigar seus negócios sob a ditadura, não haverá consequências materiais, não serão presos os empresários, não perderão seu patrimônio. Ajuda a compreender a cumplicidade e responsabilidade das empresas, mas, aparecem como casos individuais. É necessário compreender que a burguesia de conjunto, como classe, impulsionou, sustentou e ordenou o golpe.

O golpe se gestou na democracia, sob o governo peronista

Como todos os golpes militares, o de 24 de março se gestou na democracia.

Perón, do exílio, alentou os setores de esquerda do movimento, o sindicalismo combativo, a juventude, as “formações especiais”. A bandeira “Perón Volta”, “Lute e Volte” congregava as lutas contra a proscrição e perseguição ao peronismo. Era encarnada pelo movimento operário, majoritariamente peronista e por importantes setores da juventude. Todos alimentavam a ilusão de que com a volta do general seriam restauradas todas as conquistas perdidas e se completaria a obra que ficou truncada nos anos de 1955.

Intelectuais e militantes de esquerda se voltaram ao peronismo com a justificativa de que ali estava a classe operária, que, portanto, a partir daí era possível organizar um movimento nacional de libertação. Contribuíram para a radicalização e politização, sob a ideia de que seria possível alcançar o socialismo nacional, a posição de que a revolução somente seria possível se a classe operária conquistasse um papel dirigente no movimento peronista. Acrescentaram-se confusão e divisão na vanguarda operária. Idealizaram Perón e suas virtudes nacionalistas e anti-imperialistas. E procuraram frear ou impedir a tendência de classe à independência política.

A ditadura militar que havia tomado o poder de 1966, que pretendia manter-se por 50 anos, mergulhou na crise política e social, que explodiu com o Cordobaço, em 1969, e levou a outros golpes militares, primeiro o de Levingston, em 1970, e depois o de Lanusse, em 1971, que terminaria com a entrega do governo a Cámpora. Diante da crescente radicalização social, os partidos da burguesia tinham se organizado em torno da “Hora dos Povos”. Exigiam eleições e a volta da vida política. Se uniram ao projeto de Lanusse denominado “Grande Acorde Nacional” (GAN), que colocava Mor Roig no Ministério do Interior, dirigente do radicalismo (UCR), o que permitiria a participação do peronismo sem Perón.

No seio das Forças Armadas, ocorriam disputas em torno da conveniência de manter ou não a proscrição do peronismo e de permitir ou não o regresso de Perón. Alguns entendiam que a volta do peronismo agravaria os choques e tornaria a situação mais incontrolável; outros, pelo contrário, afirmavam que com fim da proscrição os ânimos se aplacariam e se poderia conter o processo de radicalização social, uma vez que permitiria concluir a experiência que foi interrompida com o golpe de 1955. Todas as frações coincidiam que o objetivo era debilitar, desviar, bloquear o processo que as massas viviam.

Em março de 1973, realizaram-se as eleições presidenciais. O peronismo sem Perón ganhou (“Cámpora ao governo, Perón no poder” era a consigna de campanha). Assim, se respondia à artimanha da ditadura para que Perón não pudesse ser candidato. Cámpora, com a Frente Justicialista de Libertação (Frejuli), obteve quase 50% dos votos. Com elevada participação popular, as eleições desencadearam poderosíssimas ilusões nas massas. Cámpora assumiu o governo em 25 de maio.

A vitória do peronismo, depois de 18 anos de proscrição, mobilizou ainda mais aqueles setores que haviam lutado pelo

retorno do peronismo, que assumiram como uma vitória própria e estavam convencidos de que Cámpora era seu governo e que cederia às reivindicações postergadas. Edifícios públicos foram ocupados. Acentuou-se os choques contra os burocratas sindicais e com as forças de segurança. O clima político nas universidades era de agitação. Os presídios foram rodeados por massivas mobilizações. Exigia-se a liberdade aos presos políticos, detidos sob a ditadura. O que obrigou o governo a editar um decreto de anistia. Ao lado de setores de esquerda, a direita peronista também se lançou às ocupações, especialmente dos meios de comunicação. A burocracia sindical publicava notas contra o “trotskismo” e a “pátria socialista”, para atacar seus oponentes no movimento.

O fortalecimento da Juventude Peronista (JP) e, com isso, da Frejuli, permitiu que a Tendência Revolucionária obtivesse 5 importantes governos: Córdoba, Buenos Aires e Mendoza e, em menor escala, Salta e Santa Cruz. Também ocuparia vários cargos no governo de Héctor Cámpora: Juan Carlos Puig, nas Relações Exteriores; Esteban Righi, no Ministério do Interior; José Alberto Taiana, na Educação; a direção da Universidade de Buenos Aires foi atribuída a Rodolfo Puiggrós; e Arturo Jauretche, como presidente da Eudeba.

O agravamento da crise obrigou a burguesia a preparar o retorno de Perón, que estava enfermo, para colocar seu capital político a serviço da disciplina das massas. Perón voltará à Argentina em 20 de junho. Cámpora e o vice-presidente, Solano Lima, renunciaram em 13 de julho. O genro de López Rega e presidente da Câmara dos Deputados, Raúl Lastiri, é nomeado presidente, com o compromisso de convocar as eleições. Durante o dia anterior, o aparato burocrático da CGT e os sindicatos, na maioria das regionais, pronunciaram em favor da candidatura de Perón, em alguns casos contra a “infiltração marxista” no governo. O golpe institucional permite dar poderes no governo a setores mais direitistas.

Esta manobra política fez parte de um processo destinado a expurgar setores de esquerda, tirar-lhes poder, isolá-los do movimento e dividi-los. Procurou-se desmoralizar o setor combativo, que acreditava estar às portas do poder. A JP denunciaria a manobra de López Rega e Rucci (secretário geral da CGT) para apoderar-se do governo, de forma que a candidatura de Perón poria limites a essa manobra. A JP não conseguia ver, ou não queria entender que Perón fazia parte da manobra. Justificava a situação dizendo que Perón estava cercado e que, portanto, devia “romper o cerco”.

O ataque à juventude, aos setores combativos, tinha um terrível antecedente. O massacre de Ezeiza, em 20 de junho de 1973, no dia em que Perón voltava à Argentina, quando se havia preparado um ato para recebê-lo. Foi o primeiro ensaio geral para esmagar fisicamente a esquerda peronista – uma escalada de terror para atemorizar e confundir a população.

As organizações da esquerda peronista tinham a ilusão de que dirigindo milhares, mostrando uma capacidade muito superior à burocracia sindical e outros grupos, Perón os poria a seu lado para governar. Mas para sua surpresa foram rece-

bidos por um aparato de segurança comandado pelo coronel Osinde e com a participação de bate-paus da burocracia e militares, com elementos do Comando de Organização e da CNU, armados de pistolas e metralhadoras, controlando o palco de onde falaria Perón. Os manifestantes pediam um governo que levasse adiante uma transformação social. Perón responderia, no dia seguinte à sua chegada: *“Somos aqueles que dizem as 20 Verdades Justicialistas e nada mais do que isso”* – uma lista de generalidades que não tinha nada de socializante.

As novas eleições realizaram-se em 23 de setembro de 1973. A chapa Perón-Isabel Perón obteve 62% dos votos. Dois dias depois, em uma ação de comando, foi assassinato o secretário geral da CGT, Rucci, agravando-se os enfrentamentos. Os Montoneros, mais tarde, reivindicaram a ação, mas alguns de seus dirigentes a negaram.

Ao mesmo tempo, a Argentina ia sendo fechada por um cerco repressivo. Às ditaduras do Brasil, Paraguai e Bolívia, se somaram às do Uruguai, em junho de 1973 e do Chile, em setembro, mostrando a férrea decisão do imperialismo de arrasar os movimentos sociais radicalizados no continente, centralizando suas operações por meio do “Plano Condor”.

O governo peronista impulsionou uma reforma da lei de associações profissionais que garantisse mais poder à burocracia sindical, permitindo-lhe que intervisse nas regionais ou sindicatos que escapassem de seu controle, chocando-se com setores da JTP, que exigiam maior participação em mecanismos mais democráticos para alcançar a direção sindical.

Em 20 de janeiro de 1974, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), comandado por Mario Roberto Santucho, cercou um regimento do Exército Nacional, em Azul, matando o chefe da unidade e sua esposa. Diante destes fatos, Perón descarregou contra o governador da província de Buenos Aires, Oscar Bidegain, acusando-o de proteger a guerrilha com o *“evidente desprendimento das autoridades estaduais”*. Diante desta repreensão do Governo Nacional, Bidegain renunciou, sendo substituído pelo vice-governador e dirigente da União de Operários Metalúrgicos (UOM), o ultradireitista Victorio Calabro. O atentado contra Rucci e o ataque ao regimento em Azul serviram ao governo de motivos para lançar uma ofensiva repressiva.

Em 20 de janeiro de 1974, Perón tinha prometido que tomaria as *“medidas pertinentes para atacar o mal pela raiz. Aniquilar o quanto antes este terrorismo criminoso, é uma tarefa que compete a todos”*. Convoca cerca de 30 deputados críticos, aos quais inculmina e anuncia que acelerará a aprovação pelo Congresso do projeto enviado em outubro, que endurece o Código Penal. Oito deputados se afastaram do bloco e seriam expulsos. Co-

meçava um processo aberto de ruptura de Perón com os Montoneros, que culminou com a retirada do 1º de Maio da Praça, chamando-os de “imberbes”.

Em 29 de janeiro de 1974, Perón convocou o serviço ativo dos comissários Alberto Villar e Luis Margaride, como sub-chefe da Polícia Federal e Superintendente da Segurança Federal. Villar tinha sido proposto por López Rega. Em seu prontuário, constava ter organizado as brigadas anti-guerrilhas da Polícia Federal, sob a ditadura militar de Onganía, percorrendo o país para reforçar as polícias estaduais diante da população.

A Tríplice A foi uma criação de Perón, não é uma iniciativa de López Rega, ainda que tivesse jogado um importante papel em sua estruturação. O coronel Osinde fazia parte de seu ministério, que destinou boa parte do orçamento para a compra de armas. A Tríplice A (que Walsh identificaria sob a ditadura como “as três Forças Armadas”) foi integrada por militares afastados, policiais, burocratas, bando de direita, que assassinaram dezenas de ativistas operários, jovens, camponeses, o deputado Ortega Peña (em 31 de julho de 1974), etc.

O coronel Antonio Navarro passou à história por prota-

gonizar o golpe policial conhecido como “Navarraço”, destituindo o então governador Ricardo Obregón Cano e o vice-governador Atilio López (dirigente do Córdobaço). A polícia tomou o Palácio do Governo, em 27 de fevereiro de 1974. O “movimento” contava com o apoio de Juan Domingo Perón. Começava a se forjar a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), que em Córdoba se chamaria “Comando Libertador da América”.

Nessa mesma tarde, grupos de civis tomaram

as emissoras LV2 – A Voz do Povo – e LV3 – Rádio Córdoba –, emitindo comunicados de apoio ao chefe do complot. Uma das transmissões sustentava que Navarro representava “uma garantia da ordem” e era “o veículo necessário para o processo de libertação”.

No dia 28, o presidente da Câmara de Deputados Estadual, Mario Dante Agodino, assumiu interinamente o governo. Na mesma hora, chegava a notícia de um atentado contra a casa de Obregón Cano.

Em 16 de setembro, o dirigente sindical e ex-governador de Córdoba, Atilio López, foi covardemente assassinado pelos sequazes da Tríplice A. Crivaram-lhe 132 disparos.

O brigadeiro Raúl Lacabanne foi designado como interventor no estado de Córdoba, em fins de 1974. Com o apoio de José López Rega, levou adiante um plano de terror e perseguição contra a oposição política e sindical.

O que propunha esse golpe? Em primeiro lugar, estabelecer o maior controle sobre o movimento operário e, em particular,



derrotar sua vanguarda. O movimento operário se achava dividido em Córdoba, entre “ortodoxos”, “legalistas”, “independentes” e classistas. Os três últimos setores, opositores ao Pacto Social, controlavam os sindicatos estratégicos: a UTA, Luz e Força, SMATA, entre outros.

Córdoba tinha um enorme peso na política nacional, não somente por sua tradição de luta recente, mas também por abrigar alguns dos dirigentes mais importantes do movimento operário, como Tosco ou Salamanca. “Impor ordem” em Córdoba, repercutia nacionalmente.

Posteriormente, faria o mesmo em Mendoza – em junho de 1974 com o julgamento político e a posterior destituição do governador Alberto Martínez Baca. Em Salta, em 11 de março de 1976, com o estado sob intervenção, Miguel Ragoni foi sequestrado, tornando-se no único ex-governador desaparecido da República Argentina. Em Santa Cruz, com a destituição e prisão de seu governador, Jorge Cepernic (7 de outubro de 1974).

Em 14 de agosto de 1974, Oscar Ivanissevich assumiu o Ministério da Educação, substituindo Taiana, duas semanas depois da morte de Perón, permanecendo no cargo por um ano. Seu objetivo explícito era o de “eliminar a desordem” na universidade e realizar a depuração ideológica, tal como prescrevia o “documento reservado” do “Conselho Superior do PJ”, conhecido a poucos dias da execução de José Ignacio Rucci, em 25 de setembro de 1973. O fascista Ottalagano foi nomeado reitor da universidade.

O governo emitiu 4 decretos de aniquilamento. O primeiro, de 5 de fevereiro de 1975, assinado por Maria Estela Martínez de Perón, que começava a “operação independência”, para combater o “foco insurrecional”, declarado no estado de Tucumán. Os outros três, foram assinados em 6 de outubro pelo presidente interino Luder, para levar a todo o país a política repressiva “anti-subversiva”.

“O comando Geral do Exército começará a executar as operações militares que sejam necessárias para neutralizar e/ou aniquilar a ação de elementos subversivos que atuam no estado de Tucumán”.

O decreto ordena que a Polícia Federal se coloque sob o comando do Exército e orienta que o governo do estado de Tucumán faça o mesmo com sua polícia.

O decreto 2.770 cria dois Conselhos: o Conselho de Segurança Interna, subordinado ao Presidente e integrado por ministros e pelos três chefes militares, objetivando dirigir “os esforços para a luta contra a subversão”. E o Conselho de Defesa, presidido pelo Ministro da Defesa e integrado pelos chefes do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Era o que mais interessava aos militares por suas funções e que permitia, entre outras atribuições, conduzir a luta contra todos os aspectos e ações da subversão, planejar e determinar o emprego das Forças Armadas, de segurança e policiais.

O decreto 2.771 dispunha que o Ministério do Interior assinasse convênio com os governadores para que a polícia e o serviço penitenciário de cada estado passassem para o controle do Conselho de Defesa.

O decreto 2.772 ordenava às Forças Armadas, sob o Comando Superior da Nação que seria exercido através do Conselho de Defesa, a execução das operações militares e de segurança que fossem necessárias para aniquilar a ação dos elementos

subversivos em todo o território do país.

Os três decretos foram ratificados pelo Congresso da Nação, em 29 de outubro de 1975. Tanto o decreto dos 261 de 5 de fevereiro, como o 2.772, de outubro, foram conhecidos publicamente em 24 de setembro de 1983, quando o Diário La Prensa os publicou, em 24 de setembro de 1983.

O historiador Marcelo Borrelli explicou que os decretos obedeciam à visão do “bloco civil que pedia uma repressão ordenada e legal, mas dura e efetiva. Esta visão se alinhava com a opinião de setores civis que defendiam que a única forma de acabar tanto com a violência guerrilheira como a da repressão paramilitar de bandos de ultradireita era colocando-a nas mãos legais das Forças Armadas. Assim acabar-se-ia com a anarquia e se pôr-se-ia fim à violência por meio de uma força pertencente ao próprio Estado”. O certo é que os bandos de ultradireita e as “mãos legais” eram as mesmas mãos, como se pôde comprovar.

Os decretos efetivamente tiveram o efeito de deslocar a ação paramilitar da Tríplice A, que praticamente desapareceu no primeiro trimestre de 1976 e cujos membros seriam integrados nos grupos de tarefas que realizavam a repressão clandestina durante a ditadura militar. Mas também serviram de cobertura para que se consolidassem os grupos cívico-militares que já estavam planejando o golpe de Estado e para que as Forças Armadas aumentassem a quantidade de operações praticadas fora da lei. Borrelli conta que os decretos foram exigidos pelas Forças Armadas, sob a chantagem de não dar um golpe de Estado.

Três dias depois da sanção dos decretos, o Diário Clarín, que, como órgão vinculado ao MID, havia participado da coalizão do governo até que começasse a se afastar em meados de 1975, publicou um editorial em que sustentava: “Não há dúvida de que nosso país se encontra hoje em guerra. Tampouco devem existir vacilações quanto a que a empresa armada e violenta da subversão deve ser combatida com as armas que a República depositou em suas forças militares”.

Os sindicatos reconquistados sofreram intervenções, seus dirigentes, ameaçados. A militância sindical, da juventude e política começou a funcionar em condições de semi-clandestinidade para se proteger e proteger a atividade. A invasão dos sindicatos e locais de trabalho eram feitos com mais frequência. O objetivo era aterrorizar a população para isolar os setores mais combatidos. Desde o início do governo peronista, do retorno da democracia burguesa, começou a violenta repressão aos trabalhadores e à esquerda em geral. Com o golpe, se dará um salto qualitativo dos níveis da repressão. Os esquadrões da ultradireita que aterrorizavam a vanguarda se incorporarão à repressão centralizada pela ditadura.

Aqueles que diziam e dizem que “não se soube cuidar da democracia”, depois de tantos anos de proscrição do peronismo e de Perón, ocultam que o propósito da “democratização” e do “retorno” estava a serviço da contenção e derrota da crescente radicalização social. O governo peronista iniciou a tarefa que a ditadura completaria. Por um lado, com o duro ataque à classe operária, à sua organização, à sua mobilização e, por outro, a implementação dos planos de ajuste que o grande capital nacional e o imperialismo exigiam diante do fracasso do “Pacto Social”.

A cúpula da igreja foi um pilar da ditadura

Introdução

A igreja jogou um papel sinistro na ditadura militar. “As forças armadas recorrem aos sacerdotes buscando orientação espiritual e consolo”, explicava o embaixador norte-americano Robert Hill, em setembro de 1976. Não foi apenas cumplicidade, mas seu papel ativo e de apoio físico na derrota que sofreu a classe operária, o que nos obriga a aprofundar a compreensão de sua atuação. No contexto da situação em que o país atravessava a igreja esteve (com raras exceções) do lado da classe dominante, esteve ao lado das Forças Armadas, da burguesia com o objetivo de liquidar conquistas que o proletariado havia alcançado em abnegados anos de luta. Colocou-se ao seu lado para sustentar o regime de exploração. Fazer outra coisa teria significado ir contra as condições objetivas que permitem sua continuidade como instrumento de reprodução ideológica.

Como parte do contexto internacional, 24 dias após a revolução cubana, o papa Roncalli (João XXIII) convocou o Concílio Ecumênico do Vaticano II, com o objetivo de fazer uma revisão dos pilares em que se assentava a igreja. De 1962 a 1965, já sob a tutela de Montini (Paulo VI) decidiu-se encontrar uma forma de se aproximar da população. A igreja teria de ser capaz de atender às mudanças que aconteciam, adaptar a disciplina eclesial às necessidades e métodos do momento. Após as revoluções chinesa e russa, metade da população do planeta vivia em Estados Operários (degenerados), e a igreja não podia ficar alheia a essa realidade. Indo mais longe ainda, a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, de 1968, em Medellín, pronunciou-se pela “opção pelos pobres”.

Preparando o terreno

A Argentina, desde a sua Constituição Nacional de 1853, no seu artigo 2º, sustenta o culto Católico Apostólico Romano. Neste sentido, as Forças Armadas consideram o catolicismo como elemento integrante da nação e um instrumento de controle social. Joseph Comblin, sacerdote belga de prolongada permanência na América Latina, representante da teologia da libertação (em consonância com a Conferência de Medellín) defendia que “a cruzada do nacionalismo militar recebe o apoio da hierarquia católica. Mais do que em nenhum outro lugar, Argentina é o país da aliança sagrada entre os bispos e os militares”. Ao contrário do Chile, por exemplo, onde a igreja impulsionaria o “Vicariato da Solidariedade”, concentrando as denúncias do pinochetismo.

Sob o governo de Maria Estela Martínez de Perón, a igreja costurava sua rede de influências e dava sua aprovação a qualquer tentativa de golpe militar. Victorio Bonamín – pró-vigário castrense – pronunciou diante de Roberto Viola em setembro de 1975 uma homilia em que exortou a tomada do poder: “Quando há derramamento de sangue há redenção, Deus está redimindo mediante o Exército à Nação. Deus não quer algo mais das Forças Armadas, que vá além de sua função de cada dia? Do mesmo modo, o arcebispo de Córdoba, Raúl Primatesta, defendeu que “a mão esquerda de Deus é paternal, mas pode ser pesada”. Por “esquerda”, ele se referia à repressão clandestina que já era generalizada ao pronunciar estas palavras em janeiro de 1976.

O massacre em companhia sagrada

A cúpula do Episcopado assistiu à ascensão presidencial de Jorge Rafael Videla e os bispos de cada província acompanharam o juramento por Deus e os Santos Evangelhos dos respectivos interventores militares. A carta pastoral “País e Bem Comum” de maio de 1976 sustentava que era “um erro pretender que os organismos de segurança

agissem com pureza química dos tempos de paz, enquanto que corre sangue a cada dia”. De acordo com Adolfo Tortolo, que era arcebispo de Paraná, deviam tomar-se “medidas violentas” contra a subversão e chegou a preanunciar em dezembro de 1975 a ditadura militar como um “processo de purificação”. Por isso, não é estranho que reunidos com a cúpula militar no mesmo dia 24 de março chamou a “cooperar positivamente” uma vez que a igreja pensava “que o governo das Forças Armadas é uma exigência da conjuntura”. O comandante das operações navais, Luis Maria Mendia, justificava sua ação pela “assistência muito próxima, dos capelães, para confortá-los na luta cristã” que travava. A cumplicidade neste sentido é alarmante. Deve destacar-se igualmente que o papel desempenhado pelo rabinato e por outras religiões só foi menor pela minúscula dimensão e nula influência dessas coletividades em contraste com a hegemonia da Igreja Católica.

A Conferência Episcopal reunida com a Junta Militar chegou a defender em 15 de setembro de 1976 que eram “conscientes de que o fracasso levaria com muita probabilidade ao marxismo e, por isso mesmo, acompanhamos o atual processo de reorganização do país, empreendido e encabeçado pelas Forças Armadas, o acompanhamos com sua compreensão, a seu tempo com adesão e aceitação”.

Em 1984 se divulgaram alguns escritos da igreja durante a ditadura. “Reflexão cristã para o povo e a pátria”, de 1977, foi publicado com vários trechos suprimidos, tentando ocultar responsabilidades. O texto parece escrito com as posições mais ecléticas, sem coerência nenhuma e sem nexo entre parágrafos. Tentavam salvar as aparências com mornas denúncias que não passavam de tinta e papel, intercaladas com horrorosas justificativas. Ali podia se ler “compreendemos a difícil tarefa que na prática significa cuidar do bem comum, atingido pela guerrilha terrorista que violou constantemente a mais elementar da convivência humana”, acrescentando que “quando se vivem circunstâncias excepcionais e de extraordinário perigo para o ser nacional, essas leis poderão ser também excepcionais e extraordinárias, sacrificando, se for preciso, direitos individuais em benefício do bem comum”. Pode se entender, portanto, a necessidade de modificar o texto original, escondendo o conteúdo que poderia demonstrar a cumplicidade com a ditadura.

Honrosas exceções

Para a maioria dos representantes eclesiais, como Antonio Plaza, arcebispo de La Plata, “o comunismo se infiltrou em todos os estamentos, inclusive na igreja, e este governo vem com uma foice cortar essa erva daninha”. Devido a esta última manifestação, Roberto Viola, na orientação principal ao exército 504/77, anexo 5, sobre o âmbito religioso, expressou que “O Exército atuará seletivamente sobre organizações religiosas coordenadamente com organismos estatais para prevenir ou neutralizar situações conflituosas utilizadas pela subversão, detectar e erradicar seus elementos infiltrados e apoiar as autoridades e organizações que colaboram com as forças legais”.

Dessa forma, criava-se o marco legal para os misteriosos acidentes automobilísticos do bispo Enrique Angelelli (La Rioja) ou Carlos Ponce de León, “o bispo vermelho” (San Nicolás), em que perderam a vida. O primeiro havia colaborado ativamente na organização de cooperativas agrárias e divisão de latifúndios. O segundo, atuando numa região vital do movimento operário, havia apoiado os trabalhadores da empresa estatal SOMISA, do grupo econômico Acindar e da multinacional italiana Techint.

Assim também se criou o marco legal para a perseguição de Jaime Nevares (Neuquén), que defendia a independência da igreja católica diante do governo, e que com o Ponce de León e Jorge Novack (Quil-

mes), pediram ao Videla a liberdade de todos os presos políticos sem processo e a publicação das listas de todos os presos e o lugar onde estavam cada um. O texto foi redigido por Emilio Mignone, incansável lutador contra a ditadura e pela aparição de sua filha Mônica Mignone, sequestrada.

Se justificava também a perseguição aos poucos que levantaram a voz contra a ditadura militar a partir de seu lugar na igreja. Dessa forma, foram perseguidos Antonia Brasca (Rafaela), Miguel Hesaybe (Viedma), Alberto Devoto (Goya), Vicente Zaspe (Santa Fé), estes dois últimos, também mortos em “acidentes” de carro. Também foram fustigados os integrantes do movimento de sacerdotes do terceiro mundo (MSTM), como já haviam sido perseguidos pelo “democrático” governo peronista, Carlos Mugica. Justificava também o massacre de San Patricio, o sequestro das freiras francesas ou o sequestro de catequistas, com a direta cumplicidade de Jorge Bergoglio. O que se escrevia nos papéis era referendado nos fatos... amplamente.

Jorge Bergoglio, o papa cúmplice

Em 23 de maio de 1976 foram presos no bairro de Baixo Flores os sacerdotes Orlando Yorio e Francisco Jalics. Junto com eles também foram sequestrados um grupo de catequistas (entre eles estava Monica Mignone, filha de Emilio Mignone, fundador do Centro de Estudos Legais e Sociais e vice-presidente da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos). Os dois eclesiásticos foram mantidos durante 5 meses como “desaparecidos”. Foi Jorge Bergoglio quem os qualificou de “suspeitos de contato com a guerrilha” (por Yorio) e “atividade dissolvente em congregações religiosas femininas” (por Jalics).

Estando sob sua responsabilidade, Bergoglio advertiu-lhes que deviam abandonar o trabalho que realizavam no Baixo Flores. Essa advertência estava em plena consonância com o Evangelho, segundo Massera, exposto na ESMA (escola de mecânica da armada, tenebroso centro de tortura) enquanto estava preso Yorio: “Você não é um guerrilheiro, não está na violência, mas não percebe que ao ir morar ali (na vila) se une a pessoas, se une aos pobres e unir-se aos pobres é subversão”. Tendo se negado abandonar o trabalho realizado no bairro, o futuro papa lhes propôs que saíssem da “Companhia de Jesus” (congregação jesuíta), que ele dirigia.

Jalics manifestou anos depois no seu livro “Exercícios de contemplação” que “muita gente com convicções políticas de extrema direita via com maus olhos nossa presença na favela (...) nós sabíamos de onde soprava o vento e quem era o responsável por estas calúnias”.

Contudo, Jorge Bergoglio não só negou tudo como insistiu na sua inocência. Alegou que se reuniu com Massera e Videla para conseguir que os libertassem. A universidade de Salvador, na qual Bergoglio tinha direta responsabilidade, homenageou e encheu de honrarias ao almirante Massera um ano depois, em novembro de 1977. No final da ditadura militar, Ricardo Brinzoni (ex Chefe do Exército) revelou que foi Bergoglio o inspirador da “memória completa”. Essa consigna tinha o objetivo de congelar a reivindicação social de justiça, que crescia progressivamente.

A auto anistia e o fim

“Os membros da junta serão glorificados pelas gerações futuras”, assim

expressava Monsenhor Bonamín, em 3 de novembro de 1981. A tentativa de limpar a cara das Forças Armadas era ao mesmo tempo, uma tentativa de livrar-se da responsabilidade. A igreja teve de trabalhar muito para conseguir este propósito. Foi na Conferência Episcopal desse mesmo ano, na redação de “Igreja e comunidade nacional” que o trabalho de reconciliação, de livrar os militares depois do desastre cometido, ganhou nova força. A igreja precisava reacomodar-se no novo cenário nacional que se desenhava. “Precisamos alcançar essa forma superior do amor que é o perdão”.

João Paulo II visitou a Argentina nos primeiros dias de junho de 1982, em plena guerra das Malvinas. Promoveu durante sua permanência um serviço de Reconciliação, para que os partidos pactuassem com a ditadura as condições da sucessão. Em 1979, já tinha sustentado que “apesar da propaganda contrária, Videla era um homem muito bom”. Ecoando a mensagem papal, José Miguel Medina (bispo de Jujuy), o novo vigário castrense em substituição a Tortolo, pediu “reiterar o chamado à autêntica reconciliação, mas insistindo na necessidade de recorrer a uma espécie de esquecimento ou anistia” (carta a Galán, 3/08/1982). Para este denunciante “dos setores marxistas”, “algumas vezes a repressão física é necessária, é obrigatória, e, por isso, lícita” (abril de 1982).



A junta elaborou igualmente uma lei de auto anistia ao mesmo tempo que um novo documento episcopal aparecia. Ambos foram rejeitados pelas Mães da Praça de Maio, que o consideraram carente de compromisso, ainda menor do compromisso escasso que tiveram anteriormente. Foi respondido com um “jejum evangélico” por Adolfo Perez Esquivel e uma manifestação de cerca de 40 mil pessoas diante do Congresso pelos desaparecidos, em 19 de agosto de 1983. Se iniciava a derrota do chamado “mútuo perdão”.

No informe da Conferência Episcopal sobre a vida da igreja entre 1979 e 1983 se afirma: “é forçoso reconhecer que houve uma relação estreita (talvez demasiado) com o governo militar, e isto foi observado tanto no plano geral ou nacional quanto nas províncias”. Com escandalosa cumplicidade, sabendo-se co-autora em muitos casos, a igreja não condenou. Não afastou ninguém. O que fez foi

acolher, ocultar e confundir. Apesar de seu papel criminoso durante a ditadura militar e no posterior ocultamento, não conseguiu evitar que anos depois, em 2003, o padre Christian Von Wernich, por exemplo, perseverantes anos de militância, fosse condenado à prisão perpétua por delitos de Lesa Humanidade no centro clandestino de detenção “El Pozo de Quilmes”, entre outros. Miguel Regueiro e Eugenio Zitelli, capelães de San Nicolás e Rosário, respectivamente, juntamente com José Mijalchuk, Aldo Vara, Luis Antonio Manceñido e Alberto Zanchetta foram outros que passaram pela justiça burguesa.

A igreja colaborou ativamente com a última ditadura militar. Sua “doutrina social” o impulsionava a fazê-lo com qualquer governo que não a hostilizasse como instituição. Desde 1976 não só não houve hostilidade senão que pelo contrário, a igreja inculcou a doutrina do extermínio. Fez parte como instituição das perseguições, torturas e assassinatos. Videla numa entrevista em 2012 dissipou todas as dúvidas: “A igreja nos assessorou sobre a forma de manejar” o tema dos desaparecidos. A relação entre a ditadura e a igreja foi “excelente, muito cordial, sincera e aberta”.

O fracasso do nacionalismo burguês

O plano econômico do peronismo, estruturado ao redor do “Pacto Social” entre o governo, a CGE (Confederação Geral Econômica) e a CGT (Confederação Geral do Trabalho), foi assinado em 8 de junho de 1973. O objetivo era reativar a indústria, baixar a inflação, incrementar as exportações e melhorar o poder aquisitivo dos trabalhadores. Fazia parte do plano, o congelamento dos preços, um ajuste salarial (\$200 mensais) a fim de deter os conflitos com os trabalhadores e de suspender as paritárias durante dois anos.

Nos primeiros meses, a inflação foi reduzida à metade, aumentou-se o poder aquisitivo, reduziu-se o desemprego e também se melhorou a balança comercial, resultado de uma boa colheita. O mercado interno se expandiu, devido a maior gasto estatal. No entanto, em fins de 1973 avolumava-se o déficit fiscal, devido aos subsídios aos capitalistas e às pressões para desvalorização da moeda. Havia setores empresariais que desabasteciam os mercados convencionais e criavam um mercado negro, para escapar do controle de preço. Os trabalhadores, diante do crescimento da inflação, impulsionaram as lutas pelo reajuste salarial, rompendo o acordo da CGT. O governo se negava a desvalorizar. Pretendia continuar baixando a inflação e tinha dito que seu objetivo era levá-la à zero. Em março de 74, Perón interveio chamando os setores a cooperar. Viu-se obrigado a ajustar seu “Pacto Social”, que começava a naufragar. Transcorrido apenas alguns meses de governo e diante da impotência de conter a crise econômica e política, Perón ameaçou com a renúncia.

A crise econômica mundial do petróleo foi um problema adicional, encarecendo os insumos importados, vitais para o funcionamento da indústria. A Europa deixa de importar carne da Argentina.

No retorno ao governo, o peronismo não desenvolveu nenhuma reforma estrutural, apenas uma quantidade de pequenos ajustes apresentados em um pacote de 20 leis, a fim de limitar o capital financeiro e os grandes proprietários de terra. O fracasso no plano econômico levou à renúncia do ministro da economia, substituído em outubro de 1974 por Gómez Morales, responsável pela aplicação de um plano econômico liberal, que acarretou a perda de poder aquisitivo dos salários. O ministro levou adiante a desvalorização da moeda, que elevou o dólar de \$10 a \$15,53. Em maio de 1975, Gómez renunciou. Celestino Rodrigo foi o sucessor. Aplicou um severo “plano de ajuste”, conhecido como “Rodrigazo”. O ajuste gerou um pico de inflação e uma resposta da classe operária inédita no governo peronista.

Diante do fracasso de sua política, que se evidenciava já em vida de Perón, o governo adotou uma linha econômica ortodoxa, de forte ajuste a favor dos setores mais concentradores da economia. Porém, o embate popular arrancou concessões que o impediu de estabilizar a economia conforme os objetivos do capital.

Não foi a ditadura quem encerrou com a política “industrialista”, de “crescimento de mercado interno” e “distribuição de renda”. O governo eleito em 1973, já não pode sustentá-la em fins de 1974. O nacionalismo burguês mostrou toda sua impotência, foi incapaz de levar adiante as tarefas nacionais. O primeiro governo de Perón de 1946 a 1955, com grande respaldo popular, já se mostrou contrário em pôr fim à grande propriedade da terra, questão chave que condicionou o atraso argentino e impediu o desenvolvimento da grande indústria. As bandeiras de independência econômica, justiça social e soberania política

ficaram no esquecimento.

As tíbias medidas adotadas em 1973, para reativar e impulsionar a indústria, se diluíram rapidamente. As tarefas anunciadas pelos setores peronistas mais combativos, no documento de *La Falda* de Huerta Grande da CGT dos Argentinos, permaneceram como puro desejo. Na fase imperialista, é impossível uma semicolônia se desenvolver independentemente, alcançando as formas plenas do capitalismo. O limitado desenvolvimento industrial esteve vinculado desde cedo ao capital agrário. Não houve uma burguesia industrial potente, capaz de impulsionar as grandes transformações da economia. Os conflitos da burguesia nacional com o imperialismo se centram na repartição da mais-valia. Visa a ficar com uma maior porção da mais-valia, dando lugar a conflitos que às vezes podem ser mais duros.

O fato da Argentina ser uma semicolônia do imperialismo, inicialmente dominada pela Inglaterra e depois pelos Estados Unidos, coloca permanentemente o choque de interesses. A burguesia, através de seus partidos e movimentos, defende formalmente a soberania e a independência. Procura ganhar a maioria nacional se mostrando como a mais capaz de conduzir o destino da nação, base material para o desenvolvimento da política nacionalista, burguesa e pequeno burguesa. Política esta cada vez mais insustentável, devido à agudização do caráter antinacional da burguesia covarde e submetida ao imperialismo. Embora haja diferenças, tanto a burguesia como o imperialismo possuem um interesse em comum, perpetuar a relação de propriedade que constitui a fonte de seus superlucros.

A tarefa mais importante cumprida por Perón, depois de 18 anos de exílio, foi disciplinar a classe operária. Apoiou-se na ilusão de que o velho líder enfrentaria o grande capital e resolveria as grandes necessidades nacionais e populares. Embora não tivesse contido as massas, foi útil para confundir, dividir e ludibriar uma parte importante da vanguarda durante um bom tempo. Com isso, facilitou o trabalho repressivo de seu governo e da ditadura. A burguesia nacional e o imperialismo tinham uma tarefa em comum, urgente, derrotar as massas. A isso dedicaram todo empenho. A causa premente era defender a grande propriedade privada dos meios de produção, ameaçada pelo levante dos explorados.

As massas não puderam esgotar a experiência com o nacionalismo. Fundamentalmente, pelo escasso desenvolvimento do partido revolucionário. Esta é a condição necessária para derrotá-lo politicamente, expondo a incapacidade da burguesia nacional em resolver os problemas nacionais. Demonstrando que somente a classe operária no poder poderá cumprir as tarefas democráticas: acabar com a dominação imperialista, expulsando as multinacionais; desconhecendo a dívida externa e todos os pactos diplomáticos e militares que prendem a nação. Recuperar todos os recursos naturais e os setores vitais à economia. Acabar com a concentração de terra em mãos de poucas centenas de empresas/famílias, por meio da expropriação. Nacionalizar os bancos e o comércio exterior. Expropriar as empresas de caráter estratégico para a planificação da economia e mantê-las sob o controle operário etc. O cumprimento destas tarefas depende de pôr em pé o Partido da Revolução, onde se preserve a independência de classe. A consciência da estratégia do proletariado depende do rompimento de toda tutela da burguesia.

A política econômica da ditadura militar

Introdução

O plano econômico desenvolvido pela última ditadura militar, delineado por seu ministro de economia José Alfredo Martínez de Hoz, está subordinado e é consequente com os objetivos políticos do golpe: destruir fisicamente a classe operária, suas organizações, impor um retrocesso salarial selvagem, efetuar uma imensa transferência de riqueza para os setores mais concentrados dos grandes capitalistas, abrir a economia de acordo com a exigência do capital financeiro, aprofundar o atraso e o caráter semicolonial da nação, a estrangeirização, concentração e centralização da economia em um punhado de grandes capitais multinacionais e nacionais.

Assim como a repressão começou muito antes do golpe e se organizou sob o governo de Isabel Perón, o plano econômico desenvolvido pelos militares também se gestou sob o governo peronista. Frente ao esgotamento do ciclo econômico que se registrou nos anos 74-75, o governo peronista, através de seu ministro de economia Celestino Rodrigo, procurou impor um retrocesso salarial à classe operária e uma liberalização ao movimento de capitais para favorecer a especulação.

O proletariado respondeu com as jornadas de junho e julho de 75, enfrentando pela primeira vez o peronismo, a quem considerava seu governo. A burguesia se convenceu de que o peronismo já não era suficiente para conter o ascenso de massas e recorreu à bota militar.

Contexto econômico internacional

Em nível internacional, a década de 70 está marcada pelo esgotamento do crescimento econômico possibilitado pela imensa destruição de forças produtivas sob a Segunda Guerra Mundial. Marcado pela primeira crise do petróleo (1973) e a recessão nas principais potências de 1974, com uma massa gigantesca de capitais que não encontra onde investir, se acentua a necessidade dos países imperialistas de aprofundar o domínio e saque sobre os países atrasados e semicoloniais, assim como se desenvolvem as tendências bélicas e a destruição de forças produtivas.

Contexto nacional: esgotamento do ciclo econômico

Depois de 11 anos de crescimento a altas taxas, a economia argentina chegou ao limite que lhe impõe a propriedade privada dos grandes meios de produção. A instalação no período prévio de multinacionais na produção industrial (sobretudo petroquímica, petróleo e automotiva) lhe deu maior dinamismo à economia na medida em que as exportações de grãos foram incorporando manufaturas, o que permitia alargar o ritmo da crise, que se manifestava na balança de pagamentos.

No entanto, ao mesmo tempo em que a presença destas grandes multinacionais dava mais oxigênio e tempo ao ciclo econômico, aprofundavam-se suas contradições. O que ocorre é que, para sustentar um determinado ritmo de crescimento industrial, o país deve importar as máquinas e bens intermediários que não se produzem localmente. A magnitude destas importações vai crescendo junto com o crescimento econômico, enquanto que a contrapartida delas, as exportações com as quais se pagam, são relativamente estáveis (ou inclusive podem diminuir o aumento do consumo interno) e sumamente dependentes dos preços internacionais. Assim, chegando a um determinado ponto, os dólares que entram pelas exportações não alcançam pagar as importações. Esta situação se acelera

porque, de um lado, as grandes empresas multinacionais exigem transferir uma parte de seus lucros para suas matrizes, e, de outro, o capital financeiro exige o pagamento dos juros da dívida externa. Desta maneira, uma massa cada vez maior de riqueza é retirada da economia em forma de dólares, provocando a queda das reservas internacionais.

A crise mundial desatada a partir de 1973 levou a Europa a proteger suas fronteiras, reduzindo as quantidades e preços das exportações argentinas. Somado ao aumento do preço do petróleo, a Argentina chegou a 1975 tendo perdido 2/3 de suas reservas internacionais, praticamente esgotadas em 1976, ficando a um passo da quebra.

O sinal mais claro do esgotamento foi a política econômica que o ministro de Economia Celestino Rodrigo anunciou em 4 de junho de 1975: desvalorização de 160%, 181% de aumento no preço da gasolina comum, 75% de aumento dos preços do transporte urbano e outros similares, que significaram um ajuste para os trabalhadores.

OS PRINCIPAIS OBJETIVOS ECONÔMICOS DO GOLPE Impor um retrocesso brutal à classe operária

Uma das primeiras medidas adotadas pela ditadura foi o congelamento dos salários do setor público, que com a enorme inflação significou uma redução da ordem de 40%, deixando claro aos empresários qual era o nível que Martínez de Hoz considerava “em equilíbrio”.

Continuando com a redução salarial sob o governo peronista (Rodríguez), cerca de 3,3%, em apenas um ano, a Junta Militar conseguiu reduzir o salário real dos trabalhadores em 40%, diminuindo sua participação no PIB de mais de 45% para 30%, e a 25%, em 1977.

Como nunca antes na história, ocorreu um processo de expulsão de operários da indústria, registrando-se 27 trimestres ininterruptos de queda no emprego fabril (1976-1982), inclusive em períodos onde houve aumento da produção. Para 1983, foi reduzido em mais de um terço (34,3%) a contratação de pessoal existente antes do golpe militar.

A jornada média de trabalho aumentou em 5,9%. A produtividade média cresceu em 37,6% per-capta e 29,9% por hora trabalhada.

Favorecer o desenvolvimento do capital financeiro, beneficiar os setores mais concentrados do capital

As retenções às exportações de produtos agropecuários que oscilavam entre 10% e 50% foram reduzidas à metade. Reduziram-se as tarifas das importações.

Em agosto de 1976, se sanciona um novo regime de investimentos estrangeiros que lhe outorga os mesmos direitos que as empresas nacionais e inclusive permite negócios da empresa multinacional consigo mesma, com suas filiais como se fosse “outra empresa”.

O Fundo Monetário Internacional mostrou imediatamente sua simpatia pela ditadura, aprovando um empréstimo de mais de 100 milhões de dólares (o que não havia conseguido o ministro de economia do governo peronista), revelando a mudança de atitude dos centros financeiros internacionais, que

apoiaram abertamente os militares. Depois, em agosto de 1976, o FMI aprovou um crédito de 250 milhões de dólares (o maior negociado até este momento com um país latino americano) e um consórcio emprestou 750 milhões de dólares. Em outubro, um conjunto de bancos internacionais concedeu um empréstimo de 1 bilhão de dólares, a ser pago em quatro anos.

O endividamento externo constituiu um dos eixos fundamentais em torno do qual a equipe econômica da ditadura possibilitou uma transferência imensa de riqueza para os setores mais concentrados do capital local e estrangeiro.

De um lado, os grandes empresários tomaram empréstimos em dólares no exterior, que depois colocavam na forma de ativos financeiros no mercado interno. Como as taxas internas eram superiores às internacionais, dado que a política do governo era que o setor público contraísse dívida do mercado financeiro interno, obtinham enormes lucros com artifícios financeiros em pouco tempo, e logo os enviavam ao exterior, o que era garantido pelo endividamento externo do Estado. Finalmente, no final da ditadura, se estatizaram as dívidas dos empresários. Calcula-se que até 1983 se transferiram ao Estado dívidas de US\$ 8 bilhões.

A Reforma Financeira de 1977 foi o artifício legal por meio do qual se armou a armadilha. O objetivo foi o de reduzir drasticamente o controle estatal sobre o mercado financeiro, fundamentalmente a liberação da fixação das taxas de juros, a liberdade para entrar e sair capital rapidamente. A “tablita” de 1978 tinha o objetivo de dar segurança aos grandes capitais em suas especulações, dado que lhes garantia de antemão qual seria a evolução da cotação do dólar.

Como o dinheiro não gera riqueza por si mesmo, esta transação financeira não é mais do que a contrapartida daquilo que descrevemos previamente: o imenso ataque e retrocesso imposto à classe operária.

Privatizações

Como política geral da ditadura, definiu-se que todos os organismos estatais deveriam encontrar a forma de privatizar, parcial ou totalmente, suas atividades. O processo se levou a cabo de maneira diferente segundo o tamanho das empresas.

As empresas que anteriormente tinham sido privatizadas e que se encontravam sob intervenção e eram administradas pelo Estado, por terem se quebrado, foram privatizadas ou liquidadas. O mesmo ocorreu com aqueles pequenos estabelecimentos estaduais ou municipais (como cinemas ou hotéis). Tratou-se de cerca de 120 empresas produtivas ou comerciais. Além disso, os organismos do Estado se desvincularam de suas posses acionárias de outras 207 empresas e cessaram sua participação parcialmente em outras 29.

No entanto, essas empresas não são as mais significativas economicamente. Apenas 14 empresas públicas representavam entre 61% e 77% da atividade global das empresas estatais. As grandes empresas do Estado, como YPF, não podiam ser privatizadas de um dia para o outro. Por isso, a equipe econômica da ditadura desenvolveu o que se chamou “privatização periférica”, ou seja, a contratação de outras empresas por atividades que originalmente realizava a empresa estatal, ou a concessão de explorações.

Provavelmente, a maior entrega tenha sido a do petróleo.

Sob a ditadura, cerca de 20 grupos empresariais ingressaram na atividade petrolífera local ou se consolidaram nela. Ou ficaram à sombra de YPF, explorando as jazidas em atividade que a empresa estatal lhes transferia, ou por meio de concessão de certas atividades.

A extração de petróleo pelo setor privado representou 25,6% do total nacional em 1976; 31,6%, em 1978, e 40%, em 1980. O incremento absoluto de 5 milhões de toneladas de petróleo do período pelas empresas privadas representa o incremento total nacional, ou seja, que a atividade da YPF permaneceu constante. Em geral, pode dizer-se que YPF passou a desenvolver novas jazidas petrolíferas (com seus riscos), enquanto transferia ao setor privado outros mais antigos. Além disso, os contratos efetuados pela YPF somaram entre 1 bilhão a 1,3 bilhões de dólares anuais, o que coloca praticamente todas as empresas consorciadas entre as maiores do país.

Do mesmo modo, se operou com o gás do Estado, que concedeu diversas atividades (a principal é a obra do gasoduto Centro-Oeste) e plantas de tratamento de gás, com ferrovias que realizaram contratos de reparação de material automotivo em vias privadas e subcontratação de manutenção, telefonia, estradas, saneamento, iluminação, obras públicas por pedágio, etc.

A ditadura aprofundou o caráter atrasado e semicolonial da nação

Em 1982, os militares cumpriram boa parte de seu plano de destruição econômica da nação e entrega de suas riquezas à especulação do capital financeiro. Os salários foram reduzidos quase à metade, aumentou-se drasticamente o desemprego, centenas de empresas estatais foram privatizadas, as maiores empresas estatais foram postas a serviço dos interesses das multinacionais, a dívida externa passou de 8 bilhões de dólares a 45 bilhões de dólares, sendo que uma soma semelhante foi transferida para o exterior.

O nível de produção industrial de 1983 foi de 15%, menor do que o de 1974, ou seja, houve destruição física de forças produtivas.

Um punhado de grupos de capitais nacionais e estrangeiros domina o grosso da economia argentina. Por meio de créditos destinados à renegociação dos vencimentos da dívida externa, o capital financeiro internacional potencia sua influência sobre a política econômica do país.

A política econômica não se pode atribuída apenas à ditadura, não é o plano de um ministro, é o plano da burguesia em decadência, que chega até nossos dias

A continuidade econômica entre “ditadura” e “democracia” é clara. Alfonsín e todos os governos que lhe sucederam convalidaram a dívida externa, mostrando que para ser Presidente da Nação há que começar por considerar os interesses do capital financeiro. Pouco lhes importou que os bancos e organismos de crédito internacionais tenham feito negócios com um governo de fato, ou que boa parte da dívida corresponda à estatização de empresas privadas que tinham tomado empréstimos com suas próprias matrizes. O primeiro ministro de economia de Alfonsín, Bernardo Grinspun, renunciou depois de uma fracassada tentativa de investigar as origens da dívida, depois da ameaça dos EUA de bloquear o ingresso de insulina no país e com a demonstração, em 1985, fechando o laboratório que a produzia localmente. A evolução de

juros pagos pela dívida externa que se acumularam entre 1975 e 2001 se expandiu em 16% ao ano cumulativamente, chegando ao final do período a 117 bilhões de dólares. No mesmo período, se calcula que a fuga de capitais foi de 138 bilhões de dólares.

O processo de desindustrialização continuou sob o governo de Alfonsín (o PBI de 1990 é praticamente o mesmo que o de 1974) e o de Menem, chegando à crise de 2001. O processo de concentração, centralização e estrangeirização da economia continuou e inclusive se acelerou sob os governos de Menem e dos Kirchner. Em um processo que

se apoiou na derrota da classe operária que levou a cabo a ditadura, os governos “democráticos” foram mais longe que esta quanto às privatizações e à entrega das principais riquezas nacionais ao imperialismo.

Todos os governos “democráticos” trabalharam para que a classe operária e o conjunto dos oprimidos jamais voltem a recuperar os níveis salariais e a participação no produto interno bruto de 1974. O plano econômico da ditadura é o plano econômico de uma classe social decadente, incapaz de desenvolver as forças produtivas da Nação.

Mais da metade da dívida externa contraída pela ditadura corresponde à estatização de dívidas de empresas privadas

Entre 1979 e 1983, a ditadura estatizou as dívidas de um conjunto de empresas. Entre elas, Sevel de Macri; Acindar, de Martínez de Hoz; Companhia Naviera, de Pérez Compac; Loma Negra, de Fortabat; multinacionais como Techint, IBM, Ford e Fiat, bancos como Banco Rio, Banco Francês, Citibank, entre muitas outras.

O montante estimado da transferência de dívidas para o Estado chega a 23 bilhões de dólares, o que naquele momento significava mais de 50% da dívida externa do país. Como se fosse pouco, uma boa parte destas dívidas privadas, na realidade, tratava-se de “auto empréstimos”, ou seja, as empresas montavam um artifício financeiro pelo qual depositavam uma soma de dinheiro em sua matriz ou em um banco internacional

e depois pediam um “crédito” equivalente.

Sem dúvida, se trata de uma das manobras mais perversas e humilhantes para a classe operária e para nação oprimida. Um verdadeiro crime econômico, uma demonstração clara do caráter burguês do Estado, de quem são seus verdadeiros donos, da ditadura e da “democracia”, que jamais quis investigar e validou semelhante ato de entrega aos grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais.

Só haverá justiça quando o patrimônio de todas as empresas que se beneficiaram com a ditadura seja expropriado sem pagamento e posto a serviço das necessidades da maioria, quando não se pague nem um só centavo a mais da dívida externa.

Lista das empresas beneficiadas e valores estimados em dólares

01 - Cogasco SA 1.348.000.000	27 - Sevel 124.000.000	49 - Pirelli 70.000.000
02 - Autopistas Urbanas SA 951.000.000	28 - Banco de Quilmes 123.000.000	50 - Deere and Company 69.000.000
03 - Celulosa Argentina SA 836.000.000	29 - Parques Interama 119.000.000	51 - Cimento Noa 67.000.000
04 - Acindar SA 649.000.000	30 - Cia. De Perfurações Rio Colorado 119.000.000	52 - Banco Superviele 65.000.000
05 - Banco Rio 520.000.000	31 - Swift Armour 115.000.000	53 - Alimentaria San Luis 65.000.000
06 - Alto Paraná SA 425.000.000	32 - IBM 109.000.000	54 - Loma Negra 62.000.000
07 - Banco de Itália 388.000.000	33 - Banco Sudameris 107.000.000	55 - Selva Oil Incorporated 61.000.000
08 - Banco de Galícia 293.000.000	34 - First National Bank Of Boston 103.000.000	56 - Macrosa 61.000.000
09 - Bidas SA 238.000.000	35 - Astra A Evangelista SA 103.000.000	57 - Sideco Argentina 61.000.000
10 - Alpargatas SA 228.000.000	36 - Mercedes Benz 92.000.000	58 - Chase Manhattan Bank 61.000.000
11 - CitiBank 213.000.000	37 - Banco De Crédito Rural 92.000.000	59 - Bank Of America 59.000.000
12 - Cia. Naviera Perez Companc 211.000.000	38 - Deutsche Bank 90.000.000	60 - Astra Cia. Argentina de Petroleo 59.000.000
13 - Dalmine Siderca 186.000.000	39 - Indústrias Metalúrgicas Pescarmona 89.000.000	61 - Deminex Argentina 57.000.000
14 - Banco Francês 184.000.000	40 - Banco Roberts 89.000.000	62 - Indústrias Pirelli 56.000.000
15 - Papel De Tucumán 176.000.000	41 - Banco General de Negócio 87.000.000	63 - Esso 55 a Penice S A 53.000.000
16 - Juan Mine SA 173.000.000	42 - Alianza Naviera Argentina 82.000.000	64 - Manufactures Hanover Trust 53.000.000
17 - Banco Mercantil 167.000.000	43 - Propulsora Siderúrgica 81.000.000	65 - Petroquímica Comodoro Rivadavia 52.000.000
18 - Aluar SA 163.000.000	44 - Ford 80.000.000	66 - Cia General Fabril Financeira 52.000.000
19 - Banco Ganadero 157.000.000	45 - Astilleros Alianza SA de Construc. 80.000.000	67 - Panedile Argentina 51.000.000
20 - Celulosa Puerto Piray 156.000.000	46 - Masuh SA 80.000.000	68 - Fiat 51.000.000
21 - Banco Crédito Argentino 153.000.000	47 - Continental Illinois National Bank 76.000.000	69 - Banco Pcia. de Bomos Aires 50.000.000
22 - Banco Comercial de Norte 137.000.000	48 - Banco Shaw 73.000.000	Outros 11.116.000.000
23 - Banco de Londres 135.000.000		TOTAL: US\$ 23.000.000.000
24 - Banco Tornquist 134.000.000		
25 - Banco Espanhol 134.000.000		
26 - Sade 125.000.000		

A Guerra das Malvinas

A traição da cúpula militar acelerou sua queda

A burguesia inteira fez parte da aventura bélica

A traição das cúpulas militares ficará para sempre na história, como os tormentos dos soldados, a falta de equipamento, a rendição de Astiz sem lutar, as negociações com os fundos de solidariedade, uma crise que não se esquecerá. A burguesia se faz de desentendida e recorda a Guerra das Malvinas como se fosse uma simples aventura de militares desesperados.

Também ficará na história a intervenção do imperialismo norte-americano, colaborando militarmente com a Inglaterra para derrotar a Argentina.

É necessário render homenagem permanente aos soldados que tombaram na guerra, aos feridos e aos combatentes. Relegados, esquecidos e diminuídos por todos os governos burgueses que não se responsabilizam por seus desastres. No entanto, milhares de soldados sofrem as consequências desta guerra.

Malvinas acelerou a queda da ditadura. E abriu uma situação política extraordinária. O imperialismo, juntamente com a burguesia, comandou o processo de institucionalização, que permitiu a substituição da ditadura de forma ordenada. É imprescindível estudar essa guerra, o papel de todos os partidos, os sindicatos, as correntes que se reivindicavam da classe operária e a política com que interveio a ditadura, porque têm uma grande importância programática. A burguesia como classe confirmou sua covardia e submissão ao imperialismo, rendendo-se. Como se rendeu muitas vezes, posteriormente, diante das pressões do capital financeiro internacional.

Em primer lugar, devemos dizer que reivindicamos em geral as posiciones adoptadas pelo partido Política Operária (que integrava naquele momento a Tendência Quarta-internacionalista-TQI- juntamente com o POR da Bolívia) diante da Guerra das Malvinas. Essa organização, a TQI, que teve uma curta existência, desde 1979 foi antecessora do atual Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), constituídos pelo POR da Bolívia, POR do Brasil, POR da Argentina e Comitê Construtor do POR-Chile. Reproduzimos nesta nota grande parte das caracterizações (extraídas da Revista Internacionalismo, Nº 5).

“Para luchar contra o imperialismo, nenhum apoio à ditadura”, foi a tese central da intervenção de Política Operária.

Galtieri e a Junta Militar supunham que uma ação drástica sobre Malvinas lhes permitiria ganhar popularidade e superar a crise política na qual se encontrava a ditadura.

A ocupação militar não foi uma ação real de independência nacional, uma vez que a política do governo se orientava a entregar a outra potência imperialista o controle militar e econômico das Ilhas. A política geral da ditadura era claramente pró-imperialista, portanto, esta ação não era parte de uma política de emancipação ou de independência nacional. A ação militar teve uma aparência anti-imperialista, mas sua projeção real era de maior submissão ao imperialismo.

A operação pôde ter obtido uma aprovação pelo imperialismo norte-americano, que acompanhou todas as negociações prévias para “recuperar” as Ilhas por via pacífica, na

perspectiva de instalar bases norte-americanas no Atlântico Sul. A ditadura acreditou nisso, devido seu papel servil. Aqueles que tomaram a recuperação das Malvinas como um fato isolado de soberania, ocultando a ativa negociação com o imperialismo por parte da ditadura, se deixaram arrastar pela demagogia burguesa.

Os generais tinham em sua cabeça uma ação militar no Sul, desde o início dos conflitos com o Chile (1978) e era previsível pelo acelerado armamento argentino, a ponto do orçamento militar para 1982 ser previsto em 12 bilhões de dólares (cerca de 20% do PIB -Produto Interno Bruto). A partir do envolvimento no conflito com o Chile, aumentaram as suspeitas e os comentários a respeito de uma invasão das Malvinas.

O que determinou a decisão de invadir: a brutal crise econômica. Um impasse im-

pressionante do conjunto da burguesia, diante da crise econômica, que alinhou a burguesia por trás da ditadura na decisão de invadir. O primeiro interesse da burguesia em promover a questão das Malvinas foi, sem dúvida, paralisar a classe operária. Isso responde a um aspeto político geral e outro de contra-ofensiva à últimas mobilizações operárias, em particular. No geral, se pretendia suscitar um “grande acordo nacional” com a ativa participação da camarilha militar, o que era considerado impossível antes do conflito. Um outro aspecto, trata-se de paralisar todas as reivindicações operárias, primeiro em nome do “esforço de guerra” e depois em nome da “recuperação”.



Nesse plano, se procuraria orientar o entusiasmo “nacional” de setores da pequena burguesia, para pressionar a classe operária.

O segundo interesse estava colocado pela possibilidade de um amplo setor da burguesia impor a chamada “*economia de guerra*”, isto é, uma intervenção estatal que reduzisse as taxas de juros e a concorrência estrangeira, assim como um aproveitamento da maior demanda do Estado em função de um conflito.

Disciplinar a classe operária e esmagar suas reivindicações prementes; forçar uma reativação; obter um mais alto status internacional de acordo com o imperialismo norte-americano; associar-se na exploração petrolífera e pesqueira na área; esses foram os objetivos do capital nacional.

Argentina é uma semicolônia, uma nação oprimida pelo imperialismo, e a questão das Malvinas era (e ainda é) um aspecto de sua opressão. A ditadura militar estava em mãos dos agentes diretos e indiretos das potências que oprimem o país. A questão nacional estava, como hoje, nas mãos da classe operária, de sua capacidade para estruturar uma frente única anti-imperialista, em aliança com as classes oprimidas, que se coloque por acabar com as bases materiais do imperialismo em nosso país: as multinacionais que controlam setores vitais da economia, desconhecer a dívida externa, os acordos militares, diplomáticos e econômicos que submetem a Nação. Nesse sentido, a questão das Malvinas era uma manobra distracionista por parte da ditadura, que, nesse mesmo tempo, colaborava com a repressão em El Salvador, Bolívia e Nicarágua.

Quando uma nação oprimida, como a Argentina, se encontra em uma situação de conflito, inclusive de guerra, contra uma ou várias nações opressoras – em torno, precisamente, de uma indiscutível reivindicação nacional – não significa que o governo burguês, ocasionalmente na direção do Estado, nem a classe burguesa de conjunto, modificou sua natureza histórica antinacional. Colocar, no curso de um conflito, ou guerra nacional, todas classes da nação oprimida, num mesmo plano, é, simplesmente, um crime político. A ditadura e a burguesia têm interesses específicos neste conflito, que não são outros senão os de reforçar sua posição mediante um compromisso conveniente com o imperialismo norte-americano, à custa do inglês e mediante um reforço do controle político da exploração econômica da classe operária, que se obteria mediante uma demagogia realizada em nome da emergência nacional.

Por isso, o fato de um conflito, ou guerra nacional conduzida pelos exploradores nacionais, fardados ou não, não muda, nem sequer atenua, o antagonismo do proletariado contra esses opressores internos, conjunturalmente em choque com o imperialismo.

Para o proletariado, a participação em um conflito ou guerra contra o imperialismo não deve ter um fim nacional em si mesmo, mas sim deve servir para forjar a unidade de todo o proletariado mundial contra o imperialismo. Enquanto a burguesia argentina chama o imperialismo ianque ao entendimento, para firmar o quanto antes um compromisso, traidor aos reais interesses nacionais, a classe operária argentina devia chamar o proletariado anglo-ianque a sabotar a agressão de sua burguesia imperialista e aproveitar a crise para denunciar e provocar a queda dos Reagan e Thatcher.

Como atuaram a burguesia e seus partidos diante da Guerra?

Já dissemos que respaldaram unanimemente a aventura da ditadura. Mas com o desenvolvimento do conflito começou a romper a frente burguesa.

Na medida em que o imperialismo inglês teve de mandar a frota para salvar Thatcher (e o capital financeiro que representa), assim como para salvar a posição mundial do imperialismo inglês – e como a ditadura argentina não podia retirar-se sem algum papel que estampasse a palavra soberania –, a crise internacional se agudizou. Os Estados Unidos entenderam que a via mais segura para controlar a crise era o apoio direto à Inglaterra.

A partir da evidência de que o compromisso com os ianques estava em perigo, todo um setor decisivo da burguesia começa a colocar a capitulação aberta e direta. Durante o período da missão Haig (do governo dos EUA), a posição do grande capital nacional se manifestou por meio de Alsogaray (29/4/82), que colocou que o governo deveria aceitar uma retirada das Malvinas em troca do reconhecimento da soberania em um prazo determinado (5 ou 10 anos). Dois dias depois, o diplomata Lucio García del Solar dá um passo mais à frente e coloca que havia de se conformar, não com o reconhecimento da soberania a um prazo mais longo, mas sim com o “entendimento” de que as negociações conduziram à soberania, “com o apoio norte-americano”. No dia seguinte, Bonifacio del Carril, no diário La Nación, aceita a administração tripartite e começa as negociações sobre a soberania. O grande capital queria um compromisso a qualquer preço com o imperialismo, assim como a ingerência direta do imperialismo ianque.

Em 25 de abril, o MID havia aprovado uma solicitação dizendo que “*não se avaliou as relações de forças internacionais*” e que existia o perigo de “*sair do campo ocidental pela contingência do conflito*”. Em síntese, coloca a posição ianque sem mencionar diretamente a necessidade de retirar-se das Malvinas de forma praticamente incondicional.

Unidade Nacional? A burguesia, que havia lançado o país no conflito abandonava descaradamente até mesmo a menor das reivindicações “nacionais” – e pretendia que o custo da guerra (somado ao da crise pré-existente) – fosse pago pelas massas. Era necessário não ir atrás da impossível unidade nacional que preconizava a CGT, o PC e o peronismo e reconstruir as organizações da classe operária (desde a Comissão interna até a central operária), para lutar contra o entreguismo antinacional e o ataque aos trabalhadores.

Todos os partidos, exceto Política Operária, apoiaram a ocupação das Malvinas. “*Porque uma coisa é apoiar uma reivindicação nacional, outra é apoiar a oportunidade, os métodos e a finalidade política de conjunto com que se faz nessa ocupação... No choque com o imperialismo, chamamos as massas a atacá-lo em todos os planos*”.

A capitulação da ditadura

A ditadura, que durante dois meses assegurou que o arquipélago era impenetrável, usou esse argumento para desenvolver uma política de apaziguamento com o imperialismo. Em vez de expropriá-lo, armar a nação e aliar-se militarmente com as nações que apoiaram a causa, o governo rechaçou a ajuda militar de Cuba, do Peru, da ex-URSS e da Venezuela. Explicou

que não tinha diferenças ideológicas, isto é, de princípio, com o imperialismo, por essa razão não se justificaria empenhar-se em destruí-lo. Dizia que devíamos continuar integrando o sistema de alianças do imperialismo, precisamente o sistema que se mobilizou para nos esmagar como nação. Essa colocação em meio à guerra é a colocação da traição. Pretendia-se exercer a maior pressão sobre o imperialismo ianque para que atuasse de árbitro.

Outra manifestação da entrega dessa luta foi a afirmação de que, *acontecesse o que se acontecesse, "já ganhamos"*, pois *"temos outra imagem internacional"*. Em lugar de aceitar a ajuda da América Latina, trouxeram o Papa. Em lugar de mobilizar a nação com armas, mobilizaram Luján com pregações. A ditadura capitulou diante do agressor imperialista, porque não queria romper os laços estratégicos com ele.

Com sua linha de capitulação, a ditadura contribuiu para evitar que a frente imperialista se rompesse.

Uma vitória argentina nessa guerra era uma vitória da autodeterminação nacional, portanto, a da abolição de toda forma de submissão nacional.

A derrota e capitulação foram consequências da política de prostração diante da frota e da aliança anglo-ianque seguida pelo regime militar desde 2 de abril.

A capitulação teve a marca do desesperado afã de negociar com os ianques. Procuram recomeçar as negociações com as Nações Unidas e abrir um quadro de recomposição de suas relações com o capital estrangeiro. A vinda do Papa e o apoio de Galtieri tiveram dois objetivos diretos: ajudar a desmobilizar o sentimento patriótico nacional, apregoando a paz por cima da soberania e buscar uma paz com "honra", que lhe permitisse salvar a farda do regime e prosseguir seus laços com o imperialismo.

Toda a classe burguesa acompanhou a morte da política de apaziguamento e capitulação diante do imperialismo. A Multipartidária, os Contín, Bittel, Frondizi e companhia disseram mil vezes que apoiavam a atuação das Forças Armadas. Ninguém colocou a necessidade de um enfrentamento nacional com o imperialismo.

Dizíamos: *"O regime militar não tem nenhuma saída. Nem sequer uma saída reacionária. Sua queda é inevitável. O imperialismo começou a promover sua mudança, que fosse o menos possível traumática. A burguesia nacional também procurava mudança, porque esse governo já carecia de autoridade e não estava em condições de arbitrar as diferenças entre setores e menos ainda elaborar um plano de salvação da bancarrota econômica em que se encontra. Para a classe operária e os explorados, esta saída política que se prepara será dar à sua margem. O conjunto da classe dominante quer recompor suas*

relações com o imperialismo."

Impunha-se, em primeiro lugar, criticar à morte qualquer forma de governo de transição que permitisse salvar a continuidade do regime, fosse este civil, como pretendia Alfonsín, civil-militar como colocava o Partido Comunista, ou militar como reivindicava a direita nacionalista.

A paz imperialista

"Não à paz com o imperialismo". A camarilha militar, os exploradores de conjunto, os padres de todos matizes e os infalíveis estalinistas usaram os soldados argentinos que tombaram nas Malvinas, como uma monstruosa chantagem contra toda a população trabalhadora, para que aceitasse um acordo com o imperialismo. A isto chamaram de conquistar a "paz". Assim como não assumimos nenhuma responsabilidade pelo início

do conflito, por parte da ditadura argentina (isto é, com os métodos e objetivos desta classe), não se devia assumir nenhuma responsabilidade com a paz imperialista que se negociava. Existiam os meios para impor a vitória da causa nacional – armamento do país, expropriação do imperialismo e anulação das alianças internacionais. A ditadura e a burguesia rechaçaram e sabotaram métodos.

A única paz válida, duradoura e vantajosa é a que se obterá derrotando o imperialismo em todos os terrenos. Os campeões eclesiástico-militar-estalinista da paz com o imperialismo são os perpetuadores da guerra, porque perpetuam suas causas - a exploração de umas nações por outras e a exploração do homem pelo homem.

Ao pronunciar-se pela "paz", a Multipartidária se transformou em parceira do imperialismo. A viagem do Papa deveria assegurar a efetivação de um acordo nacional entre a Multipartidária e uma nova cúpula militar, para pôr em marcha o processo de "institucionalização". A Multipartidária deixou de ser a frente da patronal nacional golpeada pela ditadura pró-imperialista, para se transformar na frente de mudança da democracia pró-imperialista diante de uma ditadura desgastada pelos choques imprevistos com o imperialismo.

Operação democratizante

Bastou que se apresentasse, de modo claro, como um enfrentamento ao imperialismo, para que as tendências pró-imperialistas da democracia burguesa saiassem em plena luz. Os posicionamentos democráticos formais, que não se devem separar da questão decisiva de libertação nacional, em termos gerais, estão intimamente ligados a esta quando há uma situação concreta de guerra com o imperialismo.

Uma frente que aspirava a democracia política devia colo-



car, inevitavelmente, sua oposição a uma solução negociada, que implicava um condicionamento da soberania; o desconhecimento ou a revisão da dívida externa; a nacionalização do sistema financeiro; o expurgo da camarilha militar e o armamento da nação. Sobre outras bases, não há viabilidade para a democracia e esta se transforma em arma demagógica do imperialismo para recompor as relações da Argentina com o conjunto do sistema imperialista mundial.

A ocupação das Malvinas bloqueou o ascenso e o desenvolvimento do proletariado, desde 2 de abril, por outro lado, a burocracia sindical, a Multipartidária e o PC se empenharam para que as massas não se mobilizassem com seus próprios métodos e seus próprios objetivos contra o imperialismo. As direções operárias desmobilizaram a classe e se integraram ao “acordo nacional” com a ditadura e com o próprio imperialismo – pois defendem a paz negociada e a intangibilidade dos interesses econômicos e políticos deste na Argentina. O principal perigo era que a classe operária fosse levada a apoiar o polo burguês democratizante, que buscava um compromisso com o imperialismo.

Crise internacional

A ocupação das Ilhas Malvinas por parte do governo militar deu lugar a uma crise internacional em que foram envolvidas as principais potências imperialistas. A fragata, destróiers, encouraçados e porta-aviões da frota britânica afundados ou seriamente avariados pela aviação argentina; o imenso custo da mobilização militar do imperialismo em relação a seu objetivo; bem como a magnitude da crise internacional provocada pela crise no Atlântico Sul não refletiram somente a importância da superioridade aérea, a questão do porte dos navios de guerra ou o valor crucial da eletrônica. O que se expressou nessa guerra era a imensidão da crise política do imperialismo mundial.

Os agentes nacionais do imperialismo no Atlântico Sul se transformaram, repentinamente, com os aviões e foguetes que lhes entregou o imperialismo, em inimigos militares do exército imperialista. Tudo ocorreu por uma simples razão de que seis anos de implacável exploração e saque da economia argentina pelo grande capital internacional e seus agentes locais, bem como o colossal impasse de conjunto da burguesia argentina, minaram a tal ponto as bases da ditadura e do Estado burguês que a primeira se viu obrigada a empreender uma aventura internacional contra um dos imperialismos menores, transformando uma causa nacional do país submetido, contra o imperialismo mundial, em uma crise extraordinária. Ou essa causa nacional acabava com a ditadura militar e com o regime burguês (nenhum setor da burguesia nacional manifestava a menor disposição de manter a luta contra o imperialismo até às suas últimas consequências), ou o Estado capitalista con-

seguia fazer frente à enorme crise colocada, o que teria como consequência a liquidação das reivindicações nacionais.

Os princípios proletários

A guerra colocou um problema central para a classe operária e os revolucionários em todo o mundo e, em particular, nos países opressores. Esteve em jogo a aplicação prática e concreta do internacionalismo proletário. Os partidos operários e socialistas da Europa se alinharam com sua burguesia imperialista. Acreditaram que pintando Galtieri de “pequeno ditador” se consagravam como democratas, quando a opressão principal é a dos democratas imperialistas, precisamente os que levaram o governo ao pequeno ditador.

Nesse momento, chamamos os autênticos revolucionários europeus a repudiar seus governos, defender o direito argentino às Malvinas e fazer todos os esforços para sabotar os ânimos da guerra da “democrática” coroa britânica, histórica carcereira dos povos.

Leon Trotsky deixou uma lição muito clara no que se refere à caracterização de uma guerra entre um país oprimido e um imperialista:

“No Brasil, reina agora um regime semifascista que todo revolucionário deve ver com ódio. Suponhamos, no entanto, que amanhã a Inglaterra entre em conflito militar com o Brasil... Neste caso, estarei do lado do Brasil ‘fascista’ contra a ‘democrática’ Inglaterra. Por que? Porque o conflito entre eles não será uma questão de democracia ou fascismo. Se a Inglaterra saísse vitoriosa, poria outro fascista no Rio de Janeiro e colocaria dupla cadeia ao Brasil. Se, ao contrário, o Brasil fosse vitorioso, daria um poderoso impulso à consci-

ência nacional e democrática do país e conduziria ao desmoronamento da ditadura de Vargas. A derrota da Inglaterra daria, ao mesmo tempo, um golpe no imperialismo britânico e um impulso ao movimento revolucionário do proletariado britânico. É preciso alguém verdadeiramente ter a cabeça vazia para reduzir os antagonismos mundiais e os conflitos militares à luta entre fascismo e democracia. Sob todas as máscaras, alguém precisa saber como distinguir os exploradores, os escravistas e saqueadores!” (Leon Trotsky, Entrevista a Mateo Fossa, em Escritos, setembro de 1938).

“Se há guerra, a nação deve tomar as armas e fazer a guerra por todo país”

A Inglaterra e a França pressionaram o imperialismo ianque para que forçasse a retirada da Argentina, caso contrário seria um mal precedente para suas outras possessões coloniais.

Se se ocorre uma guerra, a política anti-imperialista é guerra à morte, guerra revolucionária ao imperialismo. Não somente uma guerra naval no Sul, mas um ataque às propriedades imperialistas em todo o território nacional, confisco do capital estrangeiro e, sobretudo, armamento dos trabalhadores.

A política da ditadura foi explícita: respeito à propriedade



dos opressores e não fez nada para impedir o boicote econômico das metrópoles, pediu uma mediação dos Estados Unidos.

O apoio à reivindicação nacional não deve confundir-se com o apoio político à ditadura, que era uma condução inconsequente, traidora e inclusive antinacional, da luta pela reivindicação nacional.

“Independência operária e anti-imperialista diante da ditadura”. Pretendeu-se arrastar os trabalhadores argentinos por trás da ditadura, aproveitando a questão das Malvinas, apagando seus crimes, esquecendo seu entreguismo e sua agressão aos trabalhadores, especialmente depois da grande jornada de 30 de março. A Multipartidária, um setor da burocracia sindical como Miguel, Triaca e Ubaldini e até o PC defenderam um governo de “unidade nacional”.

Colocou-se que, pelo contrário, para ter toda a liberdade para lutar contra o imperialismo e para impedir que se negociem as Malvinas, é necessário não apoiar a ditadura antinacional. E se colocou um programa para manter a independência: 1) denúncia da capitulação diante do imperialismo; 2) intervir sobre o capital estrangeiro que está sabotando ou especulando contra a economia nacional; 3) no caso da guerra, estendê-la a todo o país, atacando e confiscando o grande capital imperialista e, sobretudo, chamando os trabalhadores a se armarem; 4) atendimento imediato de todas as reivindicações colocadas pelos sindicatos e outras organizações de trabalhadores e atendimento das reivindicações do movimento dos familiares e mães dos desaparecidos; 5) impulsar a formação de uma frente única anti-imperialista, que impulse praticamente este programa.

A intervenção do proletariado

Como o proletariado podia retomar seu ascenso e explorar a crise com o imperialismo para elevar a luta das massas e conquistar a direção do conjunto dos trabalhadores? *“(1) foi essencial orientar o impulso anti-imperialista para os Comitês patrióticos na fábrica, tendo em vista, principalmente, o controle sobre os lucros dos capitalistas e a necessidade de unir todas as zonas vizinhas e manifestações pelo treinamento e armamento da população. Havia que explicar a oficiais e soldados que o Porto Argentino estava politicamente perdido se não se adotasse uma política revolucionária contra o imperialismo. Esses Comitês patrióticos deviam servir: 1) para organizar os corpos de delegados e as internas; 2) para impor de fato o funcionamento dos sindicatos, tomando por base a exigência de que se mobilizem contra o imperialismo e que defendam os trabalhadores contra a carestia e o desemprego...Em estreita relação com essa tarefa, reivindicamos o fim das intervenções, a plena liberdade de organização política e sindical, a liberdade de todos os presos e a vigência dos direitos constitucionais; 3) dizíamos que a democracia formal e inconsequente não pode conduzir vitoriosamente a luta con-*

tra o imperialismo, nem atenuar (não dizemos eliminar) a miséria das massas e a prostração da nação. A conquista da democracia política efetiva está ligada a duas questões: o armamento dos trabalhadores e a derrota do imperialismo, é justamente com essas duas reivindicações que se deve defender a convocatória de uma assembleia constituinte soberana. Somente desenvolvendo a luta contra o imperialismo, para organizar e armar o proletariado, será possível avançar a luta pela derrocada da ditadura militar; 4) a realização plena gestação. Tornava-se necessário pôr em pé as organizações de classe do proletariado e travar a batalha para expulsar a burocracia sindical; 5) A potenciação do despertar anti-imperialista; as divergências inevitáveis entre a burguesia e a pequena-burguesia, provenientes do agravamento da crise e da direitização da primeira; a luta à morte contra o polo burguês; o levante do proletariado; deviam conjugar-se com a tática política e conformar a frente revolucionária anti-imperialista”.

A política das organizações que se reivindicam do trotskismo

O grupo “O Trabalho” do Brasil pronunciou-se a favor da Argentina, mas sintetizou sua posição na bandeira “Nem Thatcher, nem Galtieri”, deslocando-se dessa forma a posições



do imperialismo. Este erro seguramente nasce da confusão política e também de sua capitulação diante do governo “socialista” francês (que apoiaram “criticamente”). O governo que foi o principal aliado europeu dos piratas. Embargou o envio dos Exocet ao Peru para que não chegassem nenhum reforço à Argentina, e cumprir rigorosamente o bloqueio contra a Argentina, para quebrá-la em todos os terrenos.

O problema político desta guerra não se reduz ao fato de que opõe uma nação opres-

sora a uma nação oprimida, pois uma das características concretas é que o governo desta última é uma ditadura imposta, oportunamente, pelo próprio imperialismo, de indiscutível filiação burguesa e antioperária.

Esta é uma contradição objetiva desta guerra e não se evitará apoiando uma Argentina “pura”, composta pelo “povo”, não contaminada pelo regime político que a governa. O apoio à nação oprimida deve ser incondicional, o que significa: independente do governo que se circunstancialmente a dirige. Qualquer outra colocação equivalia admitir que a derrota do país submetido pelas mãos do imperialismo pudesse ser conveniente para a causa do proletariado mundial.

Ocorre que o resultado historicamente progressivo desta guerra (e não somente para os trabalhadores argentinos, mas também de todo o mundo) seria a derrota da Inglaterra pelas mãos da Argentina, inclusive sob a forma de uma derrota de Thatcher pelas mãos de Galtieri. A derrota de Thatcher seria um extraordinário golpe em favor do proletariado britânico, do povo da Irlanda e do conjunto das nações oprimidas, e não

seria nenhum esforço para a ditadura Argentina, pela simples razão de que a derrota imperialista significaria a quebra da base de sustentação insubstituível deste regime.

A OCI da França não entendeu o que significava se colocar no campo da nação oprimida se apoiar o governo burguês ou ditatorial desta. Não apoiar a ditadura não é colocar um sinal de igualdade entre ela e o imperialismo, mas combater todo o esforço que se faz por confundir, mesclar ou identificar os objetivos, os métodos e os interesses do proletariado, nesta guerra com os da ditadura ou da burguesia, e, desta maneira, preparar as condições para que o proletariado se convença e convença a maioria nacional da necessidade de conquistar a direção da guerra anti-imperialista, derrocando, oportunamente, o governo burguês, civil ou militar, de turno. Não apoiar a ditadura é não apoiá-la contra o proletariado, pois isto equivaleria apoiar a conduta política e militar do conteúdo de classe que a ditadura invariavelmente dá a esta guerra.

Em uma guerra nacional, a participação decisiva do proletariado como classe rompe os limites do regime político imperante (controle operário, treinamento militar e armamento da população!). Ocorre que o não apoio à ditadura como regime e o apoio prático a sua guerra contra a frota imperialista constituem os pilares da política revolucionária. Colocar Thatcher e Galtieri no mesmo plano é, do ponto de vista internacional, um crime político, que reforça os prejuízos democrático-imperialista do proletariado dos países avançados e debilita a determinação da luta anti-imperialista do proletariado das colônias e semicolônias.

O avanço e os golpes da frota inglesa abriram a possibilidade de um compromisso político que se baseasse no armamento extensivo aos trabalhadores e no chamado à solidariedade militar da América Latina. A crise que a perspectiva de uma derrota podia abrir no exército colocou a possibilidade nesse sentido, e é por isso que chamamos a manifestar sobre os quartéis com a bandeira de treinamento militar e armamento dos trabalhadores.

A colocação de que não seria admissível nenhum tipo de compromisso com a ditadura era, nem mais nem menos, que condenar o proletariado à passividade. A classe operária somente pode obter as armas por uma de duas vias: por uma revolução ou como consequência de uma enérgica pressão sobre o exército, por meio de manifestação de massa. Portanto, o único caminho era participar energeticamente na luta por dar à guerra um caráter nacional.

O grupo brasileiro mencionado denunciava o governo do Brasil por não apoiar militarmente a Argentina e reivindicava que fosse imediatamente efetivo esse apoio. Que contradição! A quem o governo brasileiro daria as armas se não a Galtieri?

Para a OCI francesa, o essencial da política revolucionária no momento atual seria defender “abaixo Galtieri”. Não se pode esquecer que a preocupação desta gente é ficar de bem com a opinião pública parisiense – esta bandeira é um êxito seguro, quando permite esquivar-se da responsabilidade do imperialismo francês.

Somente conquistando uma posição efetiva e independente na guerra, poderia se colocar a derrubada da ditadura na ordem do dia. Para acabar com Galtieri, era preciso lutar contra Thatcher.

As reivindicações democráticas têm uma importância crucial para a mobilização dos trabalhadores, e se imporão efetivamente na medida em que a mobilização se desenvolva. Mas afirmar que a democracia formal, como regime político, significa, em qualquer circunstância, um progresso para a luta contra o imperialismo é uma postura antioperária. É não somente se esquecer do caráter de classe da democracia, mas também sua função desmobilizadora. Não somente é verdade o contrário: a luta contra o imperialismo permitia conquistar uma real democracia política, sendo que a defesa em abstrato do regime



parlamentar (eleições), independente das posições políticas das distintas classes nesta guerra, e, em particular da burguesia democratizante, corresponde ao interesse do imperialismo de instrumentalizar um golpe ou uma mudança “democrática”.

A bandeira “abaixo a ditadura” foi deslocada relativamente pela de “abaixo a frota britânica”, guerra total (internacional, política

e econômica) contra o imperialismo. Abaixo a ditadura não é senão outra versão de “Nem Thatcher, nem Galtieri”. Nessa etapa, havia que encontrar o caminho para intervir com posições próprias no conflito, desenvolvendo a confiança em suas próprias forças e ganhando a maioria da nação.

A luta contra a ditadura não fica suspensa em nenhum momento: toma a forma da luta contra o seu verdadeiro amo e denuncia a capitulação do governo militar diante do imperialismo. Assim, se vai abrindo caminho novamente à bandeira de “Abaixo a ditadura”.

A recuperação da soberania das Malvinas não será resolvida nas assembleias das Nações Unidas, mesmo que continuem votando por décadas que a Inglaterra deve negociar com a Argentina. As Ilhas Malvinas têm uma grande importância econômica e militar para o imperialismo.

As Malvinas serão recuperadas como parte da luta da classe operária e dos oprimidos de toda a América Latina por libertar-se do jugo imperialista, acabando com o domínio das multinacionais sobre os ramos vitais de nossa economia, apoderando-se de nossos recursos naturais. Serão recuperadas no marco da conquista dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

O golpe e a repressão bestial foram planejados pelo imperialismo, o ianque em particular, como parte de uma operação de alcance continental

A intelectualidade do cone sul afirma que em meados do século XX o mundo passou por um conjunto de mudanças sociopolíticas influenciadas pelo pós-guerra e o reordenamento das relações internacionais a partir da criação de dois grandes pólos de poder no mundo: o bloco oriental, liderado pela ex União de República Socialistas Soviéticas (URSS) e o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos. O que configurou uma estratégia voltada à aplicação de uma política sistemática de se opor a qualquer ideia dissidente, que teve expressão no seu próprio país com o Plano Mc Arthur. Que, por extensão, se ampliou para o restante das semicolônias, no continente latino-americano.

Os Estados Unidos fortificaram o seu domínio criando a Doutrina de Segurança Nacional. Com esta “ideologia” - como dizem alguns acadêmicos - enfrentaram a chamada Guerra Fria, definindo tarefas específicas às Forças Armadas da região. Como “ideologia”, reconhecia as suas origens em uma visão bipolar do mundo onde o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, supostamente representava o “bem”, a civilização, a democracia e o progresso, enquanto que a União Soviética estava do lado do “mal”, representando o atraso e a ditadura, inimigo este que acabaria com as liberdades e direitos individuais caso se concretizasse sua instauração - o comunismo.

O modo de repressão que o imperialismo desenvolve em todo o mundo para defender os seus interesses é uma política

contrarrevolucionária para manter seu sistema de dominação imperialista, que sabe completar com suas políticas conciliadoras, contrarrevolucionárias e pequeno-burguesas do estalinismo, do foquismo, da social-democracia, etc. para conter e desviar as tendências revolucionárias dos oprimidos.

Com a Doutrina de Segurança Nacional nasceu também a **Escola das Américas**, em 1946 no Panamá, que foi um dos centros de treinamento de oficiais latino-americanos em técnicas de tortura, guerra e contra-insurgência.

Para o imperialismo, as políticas nacionalistas e frente-populistas que se aplicaram nas semicolônias, ainda que sejam um freio ao programa verdadeiro do proletariado em luta pelo

seu poder, não são confiáveis no sentido que possam efetivamente contê-lo e derrotá-lo, apesar de acentuar as suas políticas repressivas. Além disso, essas políticas são um obstáculo para a implementação plena de sua orientação econômica.

No caso chileno, o proletariado começou a romper a camisa de força de origem reformista que o limitava como classe (papel este cumprido pela Unidade Popular). Essa foi a causa da brutal e sanguinária repressão a um proletariado em ascensão, que começava a romper os limites estabelecidos tanto pela burguesia quando pelo estalinismo contrarrevolucionário.

Parte dos fundamentos ensinados na Escola das Américas foi retirado do Manual de Torturas da CIA, criado em 1963, conhecido pelo código secreto “Kubark”, cujos ensinamentos foram postos em prática no Vietnã e ensinados na Escola das Américas, primeiro a oficiais venezuelanos, que os aplicariam contra os camponeses para conseguir por meio do terror impedir o apoio destes ao movimento guerrilheiro.

A predominância de governos favoráveis aos interesses estadunidenses foi sacudida pelo triunfo da Revolução Cubana, em janeiro de 1959. O imperialismo ficou de prontidão para evitar que outra Cuba aparecesse em “seu quintal”.

O Brasil é um exemplo de como se articularam os planos de repressão sob a supervisão militar dos Estados Unidos. O governo brasileiro, encabeçado pelo general Eurico Gaspar Dutra, criou a **Escola Su-**

perior de Guerra (ESG), pela Lei 785 de 20 de agosto e 1949 como um “*instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional*”. Utilizando como modelo o National War College de Washington D.C., Golbery do Couto e Silva e vários militares brasileiros foram treinados nestas escolas militares para defender a chamada Doutrina de Segurança Nacional, que alinha o país aos interesses geopolíticos do governo de Washington, ao capitalismo e aos valores representados por ele.

O então capitão de Exército Golbery do Couto e Silva foi em



1944 aos Estados Unidos para estudar na famosa escola militar de guerra em Fort Leavenworth, onde frequentou um curso de Inteligência Estratégica e Informação. Em 1947, foi designado para o cargo de Instrutor brasileiro da Comissão Militar, em Assunção no Paraguai, onde permaneceu até 1950, formando militares de vários países, transmitindo os ensinamentos recebidos nos Estados Unidos.

Regressou ao Brasil para servir novamente ao Estado Maior do Exército como Oficial Adjunto do chamado Departamento de Informação, cuja tarefa consistia em preparar as decisões estratégicas sobre a organização e o uso das Forças Armadas. Na época em que o General Távora comandava, Golbery era um formulador e teórico da Escola Superior de Guerra e desenvolveu a tese da união estatal com o setor privado para fortalecer a segurança nacional. O que exigiria a criação de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com uma série de objetivos nacionais permanentes. Esta adaptação da Doutrina de Segurança Nacional guiaria a ditadura implantada no Brasil em 1964 e garantiria o alinhamento com o bloco ocidental, contra a União Soviética.

Golbery foi figura chave na conspiração pela derrubada do presidente Getúlio Vargas em 1954. Promovido a general em 1964, Golbery do Couto e Silva participou ativamente da articulação dos militares no Brasil que promoveu a derrubada do presidente João Goulart. Dois meses depois foi criado o **Serviço Nacional de Inteligência (SNI)**, organismo central de mando e planificação da repressão da ditadura. O SNI, presidido por Golbery, dirigiu os órgãos de atuação militar, era subordinado somente ao presidente ditador e posteriormente **foi parte da Operação Condor**.

João Batista de Oliveira Figueiredo esteve sempre ao lado de Golbery: inclusive antes do golpe de 1964, organizaram juntos o Serviço Federal de Informação e Contra Informação (SFI-CI), trabalhou no Conselho de Segurança Nacional, na criação do SNI e estiveram em quase todos os governos da ditadura brasileira. O General João Figueiredo dirigiu o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) de março de 1974 a junho de 1978 e era, portanto, responsável por este órgão de poder quando foi criada oficialmente a **Operação Condor**.

Consequentemente, o coronel chileno da Força Aérea Mario Jahn, diretor adjunto da DINA, entregou pessoalmente o convite de seu chefe, o coronel Manuel Contreras, a Figueiredo para participar da “Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional”, em Santiago no Chile, em novembro de 1975, mas este não compareceu.

No Chile, também havia sido criado o **Serviço de Inteligência Militar (SIM)** no governo de Eduardo Frei Montalva, além do primeiro **Grupo Móvel de Carabineiros**, que foi integralmente mantido pela frente popular de Salvador Allende.

O ex-sargento Marival Keys Canto, que testemunhou por meio de um comunicado à Comissão Nacional da Verdade de St. Paul Rubens Paiva, denunciou que entre 1971 e 1973 o *modus operandi* e os crimes da repressão, em particular do DOI-CODI/II Exército de São Paulo, foram protagonizados por agentes uruguaios, chilenos e argentinos que receberam capacitação em técnicas de interrogatório e tortura nas dependências do DOI-CODI. Declarou que as aulas eram teóricas e práticas com o uso de presos políticos brasileiros como cobaias vivas. Estes cursos para oficiais tinham uma duração de dois anos, duração que coincide com a declaração que fez um militar da ditadura chilena na televisão, quando disse que ele estava no Brasil antes do ano de 1973 querendo se esquivar da responsabilidade na tortura e desaparecimento de pessoas que ocorreram em um lugar chamado Tejas Verdes.

Em 19 de outubro de 1975, começaram no Uruguai as manobras militares hemisféricas UNITAS. No dia seguinte, reuniu-se em Montevideu a 11ª Conferência de Exércitos Americanos (CEA), com a participação de chefes militares de 15 países

do Continente. Na reunião, se reafirmou a cooperação regional entre os Exércitos para combater a subversão “gerada pela ação do marxismo e do comunismo internacional”. Foi ali que o comandante-em-chefe das Forças Armadas argentinas, tenente general Jorge Rafael Videla, declarou na reunião sua infame frase: “Se for preciso, deverão morrer na Argentina todas as pessoas necessárias para alcançar a segurança do país”.

À Doutrina de Segurança Nacional e ao suposto contexto geopolítico global da Guerra Fria se somou, como o outro lado da moeda, a política de **economia neoliberal** promovida pela doutrina da chamada Escola de Chicago. No Chile foi o laboratório do modelo, que se exportou ao mundo inteiro. Quem primeiro adotou este modelo foi a Inglaterra; razão do agradecimento e proximidade que manifestou Margaret Thatcher por Pinochet, bem como pela colaboração deste na Guerra das Malvinas.

O **Plano Condor** foi formalizado em uma reunião das Forças Armadas sul-americanas em Santiago no Chile entre os dias 25 de novembro e 1 de dezembro de 1975, nas dependências utilizadas pela Direção de Inteligência Nacional (DINA), organismo repressivo do governo de Pinochet que funcionou entre 1974 e 1980. Neste encontro, participaram representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, enquanto o Brasil só participou como observador e se integraria ao Plano Condor formalmente em 1976. A ata de encerramento da Primeira Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, datada de 29 de novembro de 1975, tem as assinaturas de: “pela Argentina, Jorge Casas, Capitão de Navio; pela Bolívia, Carlos Mena, Major do Exército; pelo Chile, Manuel Contreras, coronel do Exército; pelo Uruguai, José Fons, coronel do Exército; e



pelo Paraguai, Benitos Guanes, coronel do Exército". O nome de Condor foi uma sugestão da delegação uruguaia em homenagem ao país anfitrião que "utilizava o condor como símbolo nacional" (McSherry 2009, 146).

Este marco formal tem como precedentes diversas reuniões e encontros prévios entre os organismos de inteligência dos países envolvidos, como as **Conferências dos Exércitos Americanos** (CEA, desde 1965), o **Seminário de Polícia sobre a Luta Anti-subversiva no Cone Sul** (Buenos Aires, 1975), entre outras. Repressões, exílio, detenções prolongadas sem julgamento, migração de militantes de maneira clandestina e não controlada. Toda uma época aguda de mortes e torturas que ficou marcada com a figura dos desaparecidos e dos bebês sequestrados.

Assim nasceu o chamado **Plano Condor, Operativo Condor ou Operação Condor**, que foi a existência de uma conspiração criminosa entre os serviços "secrets de segurança" do Paraguai, Argentina, Chile, Brasil, Uruguai e Bolívia. O plano consistia em controlar, deter e até eliminar sistematicamente os "subversivos" e implementar um serviço de inteligência coordenado que controlasse as atividades destes grupos identificados como "insurgentes". Para atingir estes objetivos, não existiam fronteiras ou limites institucionais. O número de executados ou desaparecidos somente nesta parte do continente americano superaria os 50.000.

Como última opção, as burguesias respaldam ou toleram as "frentes populares" (como ocorreu no Chile), mas enquanto não se radicaliza a política do proletariado, enquanto serve para contê-los. Quando a burguesia compreende que já não lhes serve, apela diretamente às ditaduras fascistas para esmagar a revolta popular, a burguesia as financia. Democracia e ditaduras militares são formas de dominação da burguesia, de sua ditadura de classe.

Também se provou que os Estados Unidos financiaram e prestaram assistência técnica às ditaduras associadas ao Operação Condor. A **Agência Central de Inteligência (CIA)** norte-americana forneceu equipamentos de tortura, capacitou na fabricação de bombas e no intercâmbio de informação e de prisioneiros à margem da legalidade. Entre as primeiras vítimas fatais da Operação Condor figuram o General chileno Carlos Prats e sua esposa, mortos em setembro de 1974 em Buenos Aires, Argentina; o Coronel uruguaio Ramón Trópoli, em dezembro de 1974, em Paris, França; e o chanceler chileno Orlando Letelier, assassinado em setembro de 1976, em Washington, EUA.

Era claro o objetivo de quem deveria ser eliminado: os subversivos. Então tinham de desenvolver a estratégia para a realização deste propósito. O Coronel Contreras propôs então um Sistema de Coordenação de Segurança para materializar o intercâmbio de informações, que consistia em: 1) contar com um banco de dados similar ao da Interpol, mas dedicado aos subversivos; 2) implementar um sistema de comunicação moderno e ágil que permitisse cumprir com rapidez e pontualidade na entrega da informação; 3) efetuar constantes reuniões de trabalho com o objetivo de avaliar os serviços prestados pela Oficina de Coordenação de Segurança, entre outros assuntos.

Até a década de 1970 era inimaginável um acordo regional-militar, tendo em conta os receios dos exércitos nacionais em

materia de soberania, com um alto grau de desconfiança por conflitos recentes surgidos entre alguns dos países da região - argumenta um acadêmico. O que os unificava era um inimigo comum, os oprimidos que se rebelavam e que se contagiavam do fervor revolucionário e se comunicavam através das fronteiras, também os unificava sua subordinação ao imperialismo norte-americano, como agente mundial da opressão.

O **Plano Condor** trabalhou para se infiltrar nas organizações revolucionárias e se especializou nos métodos de tortura para quebrar os seus prisioneiros, para transformá-los em delatores. Buscava chegar a toda a rede de militantes e simpatizantes das organizações. Armou todos os tipos de provocações para justificar as intervenções repressivas.

As ações foquistas, à margem da maturidade política das massas, de sua consciência e organização, facilitaram as ações repressivas, no sentido de encontrar uma justificativa para as suas ações. Ainda hoje florescem grupos deste tipo no Chile, como é o caso de núcleos que se reivindicam anarquistas e a única coisa que se propõe a fazer é assustar, eles desprezam a causa do proletariado. Para o sistema capitalista, é necessária a existência destes grupos, que na prática parecem apolíticos e que jamais se submetem à disciplina militante operária, suas ações terminam sendo nefastas, reacionárias à causa revolucionária.

O caso argentino é mais ilustrativo, mesmo antes do golpe de Estado de 24 de março de 1976, as Forças Armadas argentinas haviam orquestrado a organização e o funcionamento de uma estrutura ilegal, cujo propósito era levar adiante o plano clandestino da repressão. Esse plano seria implantado mediante a violação massiva e sistemática dos direitos humanos dos setores sociais que - por sua postura ideológica, sua militância política, sua participação em movimentos sociais, seu enquadramento em organizações sindicais ou estudantis combativas -, eram definidos como inimigos a serem aniquilados. Esta definição incluía aqueles que, por qualquer outro motivo, aparecessem enfrentando a ordem que se buscava manter, conforme os postulados da Doutrina de Segurança Nacional. Os sequestrados eram conduzidos a lugares especialmente adaptados, situados dentro de unidades militares ou policiais, ou dependente delas, conhecidos posteriormente como "**centros clandestinos de detenção**" (CDD), que adotaram dois tipos de funcionamento: como "**lugares de reunião de detidos**" (LRD), com capacidade de alojar, torturar e assassinar grandes quantidades de presos, e como "**lugares transitórios**" (LT), que funcionavam como primeiro lugar de detenção, de onde os detidos/desaparecidos eram levados a outros lugares. Já antes do golpe, funcionaram CCD, como a Escolinha de Faimallá (em Tucumán) e o Campito (dentro das instalações militares de Campo de Maio, na Grande Buenos Aires). Também em 1975, funcionou o CCD na sede da empresa siderúrgica Acindar em Villa Constitución, província de Santa Fé, firma da qual José Alfredo Martínez de Hoz era diretor geral, que logo virou ministro da Economia e, como tal, era o verdadeiro chefe civil da ditadura.

Este modelo se reproduziria logo em plantas industriais como a da Ford em General Pacheco, província de Buenos Aires, com a função primordial de deter os ativistas sindicais que formavam comissões internas nestas fábricas.

A utilização de mecanismos desumanos (substituição dos nomes por números, aplicação de torturas e outros tratos cruéis, privação da visão, nenhuma ou pouca alimentação, privação de todo o contato com o exterior, condições climáticas extremas), somadas ao clima de terror e à incerteza sobre o destino final, buscavam privar os prisioneiros de sua identidade política, social e subjetiva. Vários destes CCD foram utilizados para os prisioneiros vítimas do **Plano Condor**, como Automotores Orletti (na Capital Federal), Pozo de Banfield e Pozo de Quilmes (na província de Buenos Aires) ou La Polaca na província de Corrientes. Alguns postos de fronteira cumpriram um papel relevante, já que neles se realizaram capturas de quem ingressava no país ou tentava escapar dele (como por exemplo Passo de los Libres, em Corrientes, fronteira com Uruguai no Brasil). As embaixadas e sede consulares nos países integrantes do Condor também tiveram funções de relevância:

principalmente no Brasil, onde as representações em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro operaram como parte da coordenação repressiva.

Depois de tantas décadas de história repressiva, coordenada, centralizada, treinados pelos EUA, é necessário condenar quem trabalha para ocultar estes fatos. Os meios de comunicação contribuíram fortemente para a manipulação ideológica da informação, querendo determinar na sociedade quem são os “inimigos”: nos anos 40/50, a União Soviética (“Guerre Fria”), nos anos 60 o “comunismo” que assediava o nosso continente, no ano 2000 o “terrorismo internacional” e nestes últimos anos o “terrorismo religioso”. Na realidade, o inimigo que se combate são as lutas populares e especialmente o proletariado e a tentativa de levantar o seu programa, sua ditadura e sua revolução. Os grandes meios de comunicação ocultam ou deformam a luta de classes com subterfúgios de todo tipo, desde as notícias diárias e os programas de televisão, mas a sua principal tarefa é ampliar o terror na população, terror que paralisa.

Hoje os “Planos Condor” se verificam na dureza da Lei antiterrorista instalada em todo o mundo pelo Pentágono, logo após a queda das Torres Gêmeas, em 2001. Esta história de combate ao proletariado insurgente na América Latina e

as consequentes Ditaduras não terminaram. Quando foram criados todos estes programas de repressão e “guerra” à subversão, por parte do imperialismo, apontavam um suposto inimigo externo que podia contaminar os povos e havia então que extirpá-lo por qualquer meio, mas com a instauração e a ratificação por parte dos países da Lei Antiterrorista, já não somente se contempla um “inimigo externo”, mas também “inimigos internos”. No caso particular do Chile, este inimigo é expresso pelo Povo Mapuche, tanto que Bachelet em seu primeiro mandato (2006-2010) recorreu ao pentágono pedindo ajuda para terminar com o conflito entre o Estado do Chile e o Povo Mapuche. E assim se criou um “plano” desde o Império, denominado **“Plano ou Operação Paciência”**, para acabar com o “terrorismo” Mapuche. Muitos mapuches têm sofrido a acusação de terroristas pelo que deveriam ser condenados à prisão, pois o Estado cada vez mais se sente amea-

çado e invoca a **Lei de Segurança Interior de Estado**, que se estende a lutadores sociais, e será mais evidente nas cidades se em breve aprovarem a Lei de Controle de Identidade.

O Plano Condor e sua implementação pelo imperialismo contou com a colaboração das direções estalinistas, social-democratas e nacionalistas que não alertaram e ajudaram a preparar



as massas para enfrentar as burguesias locais, que se entregaram servilmente ao imperialismo e colaboram estreitamente com ele para reprimir os oprimidos. Contribuem desta forma com as trágicas derrotas que o movimento operário mundial sofreu.

Que terrível lição nos mostram os governos, suas Forças Armadas e seus serviços de inteligência, trabalhando conjuntamente com os Estados Unidos, durante décadas, deixando de lado suas disputas menores, para se concentrar na tarefa central de derrotar as lutas populares.

Nossa política, pelo contrário, se cimanta no marxismo, não inventamos nenhum remédio milagroso, porque o marxismo é a única doutrina que baseia suas análises da realidade e nos permite conhecer a causa da derrota e preparar conscientemente a vitória futura e duradoura, em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

**Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!
Construamos o Partido Mundial da Revolução Socialista!
Viva o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!**

Nota: os dados foram recompilados do informe: “A 40 años del Plan Cóndor” De las coordinaciones represivas a la construcción de las políticas públicas regionales en derechos humanos. Publicação da Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH), sob a coordenação e compilação do instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL, setembro de 2015.

O golpe não esteve voltado contra a guerrilha

“O marxismo exclui, por sua própria essência, a possibilidade de uma pacífica e gradual transformação da sociedade capitalista em socialista (...) contudo, nos parece que ultimamente se tem tergiversado o sentido marxista da revolução social, correspondendo à ultra esquerda essa tergiversação”.

Guillermo Lora, Massas 413 (agosto de 1972)

O foquismo foi o eixo de discussão de toda uma época de crescimento da luta de classes. Atravessada por essas discussões, as mais variadas organizações defenderam a conformação do foco armado. Pretensos trotskistas, estalinistas, maoístas, nacionalistas burgueses, entre muitos outros, alçaram suas bandeiras. O triunfo da Revolução Cubana em 1º de janeiro de 1959 marca a fogo este período. Na Argentina, com a proscrição do peronismo e em consonância com um crescimento da combatividade da classe operária e pequena burguesia, começa a gestar uma incipiente experiência guerrilheira. Na década de 1960, vastos setores da classe operária e demais oprimidos se radicalizaram no calor destas experiências históricas.

Che Guevara, em seu livro, “A Guerra de guerrilhas”, coloca as teses fundamentais da guerrilha pequeno-burguesa. Com maior ou menor apego, as organizações foquistas a tomaram como receita mágica para sua militância. “1) *as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército*; 2) *Nem sempre é preciso esperar que se deem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode criá-las*; 3) *Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo*”. Regis Debray, marxista francês que acompanhou por algumas semanas Guevara na Bolívia, dá o embasamento teórico do foco insurrecional. “*O partido de vanguarda pode existir sob a forma de foco guerrilheiro. A guerrilha é o partido em gestação*” (Revolução na Revolução, 1967) e depois ampliaria afirmando que “*a mais decisiva das definições políticas é pertencer à guerrilha, às forças armadas de libertação, por meio das é possível chegar ao foco político a partir do foco militar, mas é impossível chegar ao foco militar a partir do foco político*”.

Na Argentina, os primeiros movimentos guerrilheiros já nascem como guerrilha rural. Os Uturuncos (na língua quechua “homem tigre”) são a primeira experiência foquista. Nascidos de uma fração do “Peronismo Revolucionário” de John William Cooke, junto a militantes do Partido Socialista da Revolução Nacional e ex-militantes da Aliança Libertadora Nacionalista, atuavam em Santiago de Estero entre dezembro de 1959 até sua queda em janeiro de 1960. O Exército Guerrilheiro do Povo entra em cena no final de 1963 em Orán, Salta, sob a responsabilidade do jornalista Ricardo Masetti, sendo liquidado em março de 1964 pela Guarda Nacional. A diferença do primeiro, de programa marcadamente peronista (“Regresso para o país do General Perón”), o EGP estabelecia sua atividade política em coordenação com a estratégia revolucionária do Che, a Tricontinental e a futura OLAS. Em 1968, enquanto a classe operária evoluía para um ascenso de mobilizações e protagonismo na cena política, aparece novamente em Tucumán o foquismo. Vinculado a militantes da resistência peronista, as FAP de Taco Ralo cairiam um ano depois, frente à superiorida-

de militar das Forças Armadas e da polícia.

A proscrição e o exílio do líder, ao redor do qual muitas guerrilhas se formavam, não era alheio a essa realidade. É Perón quem em “Cristianismo e Revolução”, nº 29, afirma: “*Eu tenho fé absoluta em nossos meninos, que aprenderam a morrer por seus ideais. E quando uma juventude aprendeu e alcançou isso, já sabe tudo o que uma juventude esclarecida deve saber... temos uma juventude maravilhosa*”. Para conseguir a volta de Perón, os Montoneros se manifestam. Foi o sequestro de Pedro Eugenio Aramburu, implicado na “Revolução Libertadora”, que derrubou e proscreeu o peronismo, ação essa que lhes deu fama e conhecimento público. As ações dos Montoneros seriam fomentadas pelo próprio Perón, denominando-as “formações especiais”. Seriam usadas como moeda de negociação frente à ditadura militar de Lanusse e sua proposta de GAN.

Em 1965, se funda o outro partido na Argentina, que durante os anos 1970 ganha grande transcendência. Convergiriam para a sua fundação a FRIP (“Frente Revolucionária Indoamericano Popular”, de Santucho) e PO (“Palavra Operária”, de Nahuel Moreno). Assim se conformou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), sendo reconhecido como seção da IV Internacional. Os que se auto enganavam como trotskistas, eram influenciados também pelo foquismo. Outras guerrilhas menores, como o OCPO (Organização Comunista Poder Operário), FAL (Forças Armadas de Libertação), FAR (Forças Armadas Revolucionárias), FAP (Forças Armadas Peronistas) tiveram menor ou maior protagonismo nos anos 1970.

PRT-ERP

Alguns meses depois do Cordobaço, em outubro de 1969, uma reunião do CC encabeçada por Santucho prepara as linhas para o que seria a “*guerra revolucionária*”. Diferentemente das outras organizações mencionadas no artigo, a “*colocação da luta armada irrompe no PRT de então não através de estudantes ou intelectuais revolucionários influenciados pela experiência revolucionária de outros países. Surge da experiência direta das massas operárias argentinas*” (“A história de PRT-ERP”, Daniel de Santis). Tal experiência tinha a ver com sua penetração no seio do proletariado e da pequena burguesia oprimida de Tucumán, fundamentalmente. Não sem árduos debates, é finalmente em 1970, em seu V Congresso, que se aprova a constituição do Exército Revolucionário do Povo (ERP). Para isso, foi necessária a expulsão do partido da fração de Moreno, assegurando que nesta nova etapa “*a estratégia militar será a guerra popular e prolongada*”.

O PRT desencadeará uma política frenética de ataques a delegacias, sequestros, “justiçamentos”, cerco de regimentos, entre outros. Para o PRT, a despeito de como havia chegado

à luta armada, *“La guerrilha não marginaliza as massas de seus objetivos, e sim lhes demonstra um método de luta que eleva seu nível de consciência mais eficazmente que as distribuições de panfletos. A guerrilha não é um substituto, mas um estimulante... a classe operária sente que a guerrilha apoia sua ação”*. É esta a essência infantil das resoluções do V Congresso, e, portanto, eixo de toda ação posterior.

Alternaram-se durante os anos 1973 e 1975 algumas importantes vitórias com alguns fracassos militares. Podemos mencionar o exitoso ataque ao Regimento 141 de Córdoba, ao Comando de Saúde na Capital e o assalto à base de cavalaria blindada do Azul (segunda em importância, depois da do Campo de Maio). Na fábrica de explosivos de Vila Maria, apesar de 3 baixas, conseguem um importante carregamento, que será recuperado prontamente pela polícia de Córdoba. Em 1974, se lança à criação da “Companhia de Monte, Ramón Rosa Giménez”, em Tucumán, apesar de contar com um importante trabalho político-sindical na Província. A instalação da guerrilha é utilizada pelo governo de Isabel Perón. Talvez seja este exemplo o que mais notoriamente responde a pergunta de: *“A quem esteve dirigido o golpe?”* Mediante o decreto de aniquilamento 261/75, se intervém na Província com o “Operação Independência”. O artigo primeiro do decreto afirma que: *“O Comando Geral do Exército começará a executar as operações militares que sejam necessárias para efeitos de neutralizar e/ou aniquilar ou atacar os elementos subversivos que atuam na província de TUCUMAN”*.



A guerrilha rural não contava com mais de 40 ou 50 militantes, no entanto Tucumán se converteria em uma espécie de laboratório da futura ditadura militar. Primeiro, Acdel Vilas e, depois, o General Bussi, encaminharam para centro clandestino de detenção, na periferia de Famaillá, mais de 2.000 pessoas, durante quase 10 meses, tempo que durou a operação. Eram os operários do sindicato da FOTIA, da empresa Grafanor, do engenheiro San José, do engenheiro Santa Lucía, entre outros, aqueles que verdadeiramente estavam na mira do governo.

Mas será em Monte Chingolo onde o ERP sofrerá o golpe de morte. Esta foi a ação mais importante da guerrilha na Argentina e a derrota mais desastrosa. A operação, que levou vários meses de planejamento, contou com a participação de mais de 200 militantes. Os Montoneros tinham advertido a direção do PRT que um militante – Jesus Ranier “O osso” Abrahamson – era um infiltrado que tinha tentado agir previamente nas FAP. A advertência foi negligenciada. Dias antes da operação, foram invadidas várias casas e sequestrado e torturado o responsável pela operação, o comandante Pedro.

Tão grandes eram as esperanças que o PRT depositava em Monte Chingolo, que o levou a desvalorizar os indícios da profunda derrota que sofreriam por não contar com mínimas medidas de segurança. O desespero de tomar o armamento para salvar uma Campanha Tucumana (que já tinha sido varrida), ou a crença de que se tivesse ocorrido a vitória em Monte Chingolo *“outro teria sido”* o panorama político, empurraria o PT aprofundar o desvio militarista. Dizia Santucho em uma fala aos militantes na véspera de Monte Chingolo: *“Será a maior ação revolucionária na história da América Latina. Maior por sua envergadura que o assalto de Fidel em Moncada. Desmoralizar as Forças Armadas lhes atrasará seu plano para tomar o poder. As armas que haveremos de recuperar servirão para consolidar uma zona livre em Tucumán”*.

“A conquista do objetivo militar teria uma imediata e importante ressonância política, apresentaria a guerrilha do ERP como uma opção de poder diante do povo (...) uma ação revolucionária de tamanha envergadura, se resultasse exitosa, obrigaria os militares a uma maior preparação, e, seguramente, poderia ter alentado a mobilização das massas, o que também dificultaria os planos do inimigo”. Em linhas gerais, as palavras de Daniel de Santis nos mostram o profundo subjetivismo que levou ao aventureirismo foquista mais puro, as teses centrais do guevarismo. A derrota em Monte Chingolo, em dezembro de 1975, deixaria claro que a guerrilha já estava virtualmente eliminada. Poucos meses depois, a queda da direção do PRT seria o golpe definitivo na maior experiência foquista da história argentina.

Montoneros

Surgido do seio da pequena burguesia estudantil nacionalista, católica e anticomunista, Tacuara será o núcleo de fundação dos Montoneros, em 1968. Mais especificamente é o Movimento Nacionalista Revolucionário Tacuara, com uma confusa reivindicação do peronismo, do castrismo e do guevarismo, junto com o Comando “Camilo Torres” e a Tendência Revolucionária Peronista, aqueles que constituiriam os pilares dos Montoneros. Um pouco mais adiante, Descamisados se somará ao mesmo. Do sequestro de Aramburu à tomada da Calera, de um virtual desaparecimento, passam a um crescimento exponencial, que os converte na organização de maior poder de convocatória, em princípios dos anos 1970.

Mediante as agrupações “de superfície”, Os Montoneros alcançarão uma ligação com as massas. São a JP, a JTP nas fábricas e bairros, UES nos secundaristas, o Movimento Popular Villero, a JUP nas Universidades, organizações que levam a cabo essa tarefa. Sem poder (nem querer) apartar-se de seus antecessores, sua estratégia política fica reduzida a vagas reivindicações condicionadas inteiramente pela volta de Perón, para *“a tomada do poder e o desenvolvimento do socialismo nacional”*. Ou seja, procurava-se conseguir o poder para entregá-lo à principal arma que tinha a burguesia para zelar a propriedade privada dos meios de produção: Juan Domingo Perón. Suas ações contra o Exército, a Polícia ou os burocratas sindicais tinham como objetivo forçar o retorno do líder justicialista.

Nas eleições de março de 1973, conseguem mediante o FREJULI e apoiando Câmpora no governo (e Perón no poder) que uma série de deputados aliados e governadores chegassem ao poder. Os Montoneros tinham assim uma função de

primeira ordem no cenário político nacional: atuar como dique de contenção à independência política da classe operária. Deslocava o caminho revolucionário para o caminho das ilusões reformistas. Em momentos decisivos, lhe outorgou o tempo necessário que requeriam as Forças Armadas para preparar seu golpe contrarrevolucionário.

Não estava colocada a luta armada (quando passam à clandestinidade) como uma forma de luta pelo poder, de insurreição. A luta armada seria, portanto, utilizada apenas somente como carta de negociação para colocar-se nas disputas interburguesas. Os Montoneros com Perón em vida se negaram a enfrentar o Pacto Social, se negaram a ir mais além de sua caracterização de que *"Perón estava cercado"* e seu papel era o de *"romper esse cerco"*. Desta forma, a organização que tinha conseguido arrastar milhares para Ezeiza, para as portas da CGT, para a Praça de Maio, ou para o estádio de Atlanta, para escutar Firmenich, assentava as bases de sua própria destruição. A tragédia dos Montoneros consistiu no conflito de sua própria existência com seus objetivos previamente traçados e a marcha das massas, dirigida pela classe operária com seus objetivos históricos. As massas, esforçando-se por libertar-se da névoa mística e ideológica do peronismo, estavam à margem dos Montoneros, que procuravam se conciliar com estas duas forças antagônicas. Foi a ausência da direção revolucionária, do Partido Revolucionário, profundamente enraizado na classe e nos demais oprimidos, que possibilitou aos Montoneros contribuírem para inviabilizar esta tarefa histórica. É preciso ressaltar que foi o seu papel desempenhado na luta de classes que os condenaram a ser totalmente varridos da realidade política. Os questionamentos à Lei de Associações Profissionais ou a Reforma do Código Penal não podiam superar seus limites indefensáveis. Comportavam-se como o Movimento Sindical Combativo de Córdoba, representando a Luz e Força e o SMATA, que com as críticas atacavam os setores burocráticos e de direita, mas não atacavam Perón (05/02/1974).

Apesar da contundência das palavras de Perón, Os Montoneros não ultrapassariam os limites que o líder havia demarcado. Continuaria trabalhando pela *"unidade nacional"*, eufemismo utilizado para subordinar as massas à ditadura do Capital. *"Aqueles que querem a pátria socialista têm cinco partidos dessa tendência. Eu mesmo posso apresentá-los porque tenho alguns amigos em todos eles"*, foram suas palavras em fevereiro de 1974, em uma reunião com os deputados do PJ. Seria a antessala do 1º de Maio de 1974 na Praça. Diante dos gritos de

"Que acontece? Que acontece, general? Está cheio de gorilas o governo Popular!" Perón completaria o quadro. Aqueles que tinham servido como passaporte para permitir a volta ao país, *"a juventude maravilhosa"*, passavam a ser *"esses estúpidos que gritam"*, os *"imberbes"*, que pretendiam ter mais méritos que outros.

Apesar da incorporação das FAR, se evidenciava um afastamento dos Montoneros da luta de classes. Em 8/09/1975 foram declarados fora da lei, por isso passaram à clandestinidade. No entanto, as organizações de massas, os agrupamentos *"de superfície"* continuam agindo sem acatar a ordem da Condução Nacional. Os Montoneros realizam, por seu lado, algumas ações militares a mais em 1975, com o objetivo de cercar o Regimento de Infantaria 29 do Monte, o sequestro dos irmãos Born, o assassinato do policial Vilhar ou o ataque ao Hércules C-130 das Forças Armadas, que transportavam guardas para Tucumán. Essa volta para o heroísmo individual, para o foquismo, significou uma vitória do inimigo, à margem da efetividade que tiveram de conseguir. Igualmente se passou com o PRT-ERP que, ao afastar seus quadros sindicais, delegados e organizadores de sua frente de massas, se traduziu em derrota para o conjunto da classe operária. Esses quadros classistas pertenciam à classe em seu conjunto, eram fruto de anos de lutas.

Outras organizações

O PCR surge como uma ruptura majoritária da Federação Juvenil Comunista e de setores do velho PC. Colocam a ruptura com o pacifismo deste último e sua traição ao Che na Bolívia.

Terão, em princípio, uma posição contrária à volta de Perón, lançando a consigna de *"Nem golpe nem eleição: Revolução"*. Logo mais, depois de seu 3º Congresso em 1973, se autocriticaram por *"desvios trotskistas"* e passaram a caracterizar Perón como a expressão política da burguesia patriótica e democrática. Depois da morte de Perón, apoiarão o



governo de Maria Estela Martínez de Perón, considerando-o como um governo da burguesia nacional, em contraposição aos possíveis golpes Pró-Russo e Pró-Ianques. Tais posições os levam a ausentar-se das Jornadas de Junho/Julho de 1975, boicotando a primeira Greve Geral contra um governo peronista.

A OCPO se forma a partir da organização *"O Operário"*, o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionário), *"Orientação Socialista"* e outros grupos minoritários do sindicalismo classista de Córdoba. Considerava o PRT-ERP como a organização armada ideologicamente mais próxima, ainda que criti-

cassem sua hipertrofia militar. Integraram a Frente Anti-imperialista pelo Socialismo (FAS), que realizou concorridíssimos congressos convocados pelo PRT. Foi duramente perseguido pela repressão, com o fim de suas atividades em 1977. Suas numerosas ações armadas tentavam ligar-se com sua atividade sindical. Teve ativa participação na conformação das coordenadoras interfabris e nas jornadas de 1975.

As FAL foram produto da conjunção de dissidentes do PC e do PCR, mais um pequeno grupo de Praxis (auto proclamados trotskistas, ligados a Silvio Frondizi). Apesar de argumentar a favor da construção do partido político, acaba subordinando esta tarefa à ação pela ação. Ao contrário de muitas outras experiências foquistas no país, sustentavam que a destruição do imperialismo era possível se se derrotassem as burguesias nacionais que o sustentavam. Acabaram confluindo, em grande parte, com o PRT e outra com a OCPO.



As Forças Armadas Revolucionárias (FAR) surgem do PC, PS, alguns reformistas e estalinistas. Concebem a luta armada como um fim em si mesma e não delimitada por uma estratégia revolucionária: *“Sabemos que a luta armada é o único modo de questionar a fundo o poder capitalista cujo único argumento político decisivo é a força bruta... Sabemos, portanto, que nossas ações armadas na medida em que enfrentam totalmente o poder burguês e na medida em que ajudam a definir os passos de uma estratégia de libertação, são já uma expressão política dos interesses objetivos da classe trabalhadora”* (“Documento de atualização política”, FAR). O interessante deste grupo é que percorrem o caminho inverso dessa época. Passa de uma suposta reivindicação do marxismo para concluir integrados ao peronismo, isso é, aos Montoneros. *“O peronismo sintetiza o nível de consciência mais alto alcançado pela classe operária e pelo povo da Argentina”*. Assim as FAR “marxistas” passam com armas e bagagens para a tenda dos nacionalistas católicos, disfarçados de socialistas.

O oposto fariam as Forças Armadas Peronistas. Nutrindo-se de posições castro-guevaristas, continuam reivindicando a ideologia burguesa que alenta o próprio Perón. Foram o braço armado do Peronismo de Base (ramo sindical do movimento peronista). Suas consignas não excediam as de *“Perón volte”* *“Lute e volte”* ou *“Perón ou morte”*. O “socialismo para Perón” se demonstrou inviável, utópico e reacionário. Quando se convertem seu mágico líder em seu carrasco e inimigo, a grande

maioria enquadrados na FAP-17 ingressam no PRT, em 1974. *“Hoje compreendemos com clareza que a classe operária é potencialmente revolucionária por sua condição de classe explorada e não por ser peronista, que mal pode definir-se como um movimento de Libertação Nacional e Social, quando este está hegemonizado política e economicamente pela burguesia e que o general Perón, foi consequente em seus 30 anos de vida política, expressando lúcida e coerentemente o projeto burguês”* (Extraído de “El Combatiente” n° 145, 27/11/1974)

Conclusão

O foco guerrilheiro foi o pretexto utilizado pelos distintos governos de turno. Serviu, muitas vezes, de justificativa para ganhar a opinião pública, para turvar as discussões. Se a onda repressiva continuou sob os distintos governos burgueses, não foi precisamente para curvar a Tendência ou outras organizações foquistas. Não! A valiosíssima vanguarda operária surgida dos Cordobaços, Rosariaços e Vilhaços, entre outros, foi o principal objetivo repressivo desses governos.

Guillermo Lora redige “Foquismo mascarado. Notas sobre um documento revelador”, no afirma: *“Uma coisa é que a ação das massas adquira, em certo momento, a forma da luta armada, e outra que esta se reduza à atuação de pequenos grupos de ativistas estranhos aos explorados. O foco armado não tem lugar na tática - e de maneira nenhuma na estratégia, porque o partido não pode buscar como sua finalidade o jogo bélico - da vanguarda operária, porque constitui sua própria negação e passa a ser um elemento dissolvente de sua construção”*.

Em uma reunião da presidente, Isabel Perón, com os comandantes militares, se decidiu *“encarar a luta contra a guerrilha instalada nas fábricas”* (22/11/1975). Como se vê, com a justificativa da luta contra a subversão, muito longe se encontrava o ataque específico contra as organizações guerrilheiras. Pelo contrário, a repressão utilizou o pretexto desta para cortar a hidra mais venenosa, que golpeava o capital onde mais lhe doía, nas próprias entranhas da produção capitalista. O líder radical Balbín a denominaria *“A Guerrilha Fabril”*.

Videla, realizando uma síntese da ação de Monte Chingolo, durante 1976, asseguraria que sua situação era de uma *“impotência absoluta (...) com uma enorme incapacidade dos grupos subversivos de transcender ao plano militar”* (31/01/1976, Clarín). As Forças Armadas compreendiam a situação na qual se encontravam. A burguesia, como classe dominante, sabia o perigo corria caso a classe operária não fosse derrotada. *“O exército tem ganhado a guerra contra a subversão”*, dizia já em 09/03/1976 o general Reynaldo Bignone. Restava o mais importante.

O foquismo não possui programa, é o reformismo armado. A ação terrorista, individual, ou de um grupo, é uma forma de violência que, à margem da consciência das massas e sob qualquer situação política, se transforma em ação contrarrevolucionária. A ação pela ação é um sintoma inconfundível de radicalismo pequeno-burguês. O foquismo se opõe à construção do Partido Revolucionário. A experiência foquista desviou enormes energias da classe, as utilizou mal com uma estratégia incorreta. Não só não ajudou na luta pela independência política do proletariado, como se levantou como uma barreira em seu caminho.

A classe operária foi a única que enfrentou a ditadura

Entre 1973 e 1975, a classe operária conquistou uma melhoria nas condições de vida. Entre 1970 e 1975, a maioria dos sindicatos argentinos aumentou a sua quantidade de filiados, de 30% para 50%. O desemprego diminuiu de 6,6% em 1972 para 2,3% em 1975.

Do Cordobaço em diante se abriu uma etapa de ascenso da classe operária que se caracterizou não somente pela reivindicação salarial como também por um profundo questionamento da ordem burguesa. Nas fábricas, as comissões internas enfrentavam a patronal, questionando os ritmos de produção e os níveis de lucro. Uma enorme geração de dirigentes classistas e combativos confluía na mobilização e organização de Coordenações Interfábricas. A burocracia sindical era encurralada por este movimento e o próprio peronismo foi questionado nas históricas jornadas de junho e de julho de 1975.

Diante deste quadro, o imperialismo começou uma dura ofensiva. O projeto da grande burguesia financeira para a “re-organização nacional” não se iniciou em 24 de março de 1976, mas alguns anos antes com a aparição da Aliança Anticomunista Argentina (conhecida como *Triplíce A*), a Operação Independência e o plano econômico do ministro Celestino Rodrigo. No entanto, este processo se efetivará a partir do momento em que as Forças Armadas tomam o poder e o mantêm exclusivamente, sem freios.

O símbolo da força operária e da resistência nas fábricas foi a Comissão Interna. Tanto para os empresários como para a ditadura, o delegado sindical personificava os problemas básicos com os quais eles teriam de se chocar na campanha pelo aumento da taxa de exploração. Qualquer introdução de esquemas de incremento do ritmo da produção, ou seja, aumento da exploração, se veria potencialmente anulado na prática por uma classe operária organizada tendo a sua comissão interna à frente. É por esta razão que um ano antes do golpe se iniciou uma onda repressiva - dirigida pelas Forças Armadas e garantida por dois decretos de novembro de 1975, assinados pelo presidente interino Ítalo Luder - dirigida a sufocar “o terrorismo industrial”, a “guerrilha fabril”.

Ainda que a de 1976 não tenha sido a primeira ditadura, nunca na história argentina a classe operária sofreu um embate tão sangrento como o desatado entre 1976 e 1983. Assim, entre 1976 e 1977 foram realizadas diversas medidas e “atos de serviço”, que significaram o desaparecimento ou morte de numerosos delegados e ativistas sindicais, a detenção de dirigentes, a ocupação dos lugares de trabalho por grupos armados e uma onda de terror destinada fundamentalmente a preparar o caminho para a destruição do movimento operário organizado e a imposição do plano econômico de Martínez de Hoz.

Ao mesmo tempo, entrevistaram na CGT e nos principais sindicatos do país, que reuniam 75% dos trabalhadores sindicalizados. A burguesia argentina foi cúmplice da Ditadura. Com este processo de perseguição e mortes, os militares conseguiram eliminar fisicamente o melhor da vanguarda. Valiosos quadros políticos foram assassinados. Isto sem dúvida significou uma derrota, dezenas de organizações que reivindicavam

a revolução e o socialismo foram quebradas pela ditadura e hoje em dia abandonaram a propaganda revolucionária, resurgindo “mais democratizadas”. Lamentavelmente, a classe operária na Argentina ficou órfã de direção política como resultado deste processo sangrento, mesmo com todas as limitações que tinha essa direção.

Apesar disto, a ofensiva repressiva não conseguiu romper completamente a solidariedade entre os trabalhadores. A classe operária na Argentina tem dado amplas mostras de que a solidariedade de classe é uma parte fundamental de sua experiência, podemos mencionar: a Semana Vermelha e a Semana Trágica, a Patagônia Rebelde, a resistência à proscricção do peronismo, o Cordobaço, entre outras. Toda uma herança que se entrelaça com o desenvolvimento histórico do país.



Com base nas experiências históricas forjadas sob ditaduras anteriores, particularmente a de 1955-1958, se aplicaram métodos de luta e organização de acordo com a repressão desfechada e a ausência de organização legal. Os resultados se fizeram sentir: no final de 1976, a Renault anunciou que sua produção havia caído 85%; na siderúrgica Dálmine 30% das chapas saíam fissuradas; 25% dos automóveis que a General Motors produzia continha avarias; na Peugeot, se sabotava em série a produção de motores; no Frigorífico de Reconquista foram danificados os congeladores de carne para exportação; em SOMISA, os operários oxidavam sistematicamente as grandes placas de aço; na fábrica da Ford foram destruídos motores de 30 Ford Falcon encomendados pela Polícia Federal; no Frigorífico Swift toneladas de carne destinadas à exportação foram inutilizadas ao serem furadas as câmaras frigoríficas; na Mercedes Benz um dia desapareceram todos os instrumentos de medição; em Dálmine de Campana foi incendiado um cabo de alimentação para altos-fornos; em Kaiser Córdoba a introdução de parafusos nos motores provocou a destruição de unidades e a produção baixou a 10%; nas obras hidrelétricas de Salto Grande foi interrompido o fornecimento de água a uma máquina que realizava a mistura, provocando o endurecimento do cimento em seu interior o que causou a suspensão do trabalho durante duas jornadas; em Sudamtex de Capital Federal foram feitos cortes em rolos de tecidos e cordões de fios

causando enormes prejuízos para a empresa; em Ciudadela sanificaram os trilhos de trem de Sarmiento.

Em todos estes casos, é notável o nível de solidariedade, audácia e unidade demonstrada pelos trabalhadores. A isto se pode adicionar a desenvoltura para lidar com a repressão. No final de 1976, o Exército socorreu a fábrica Peugeot que se encontrava em greve. Ao chegar, os soldados foram enfrentados pelos 5.000 operários aos gritos de “Argentina! Argentina!”, que posteriormente passaram a cantar o hino nacional. Diante de semelhante demonstração, os militares se viram obrigados a negociar. Assim, os operários impuseram a libertação de seus ativistas sequestrados.

Entre outubro de 1976 e março de 1977, ocorreram diversas jornadas de luta dos trabalhadores do sindicato dos eletricitários. Entre os quais houve greves de braços cruzados, sabotagem da produção, paralisações, destruição de máquinas e passeatas, a mais significativa foi a de 26 de janeiro de 1977, onde milhares de operários se mobilizaram para a sede do sindicato na Capital.



Durante 1978, se calculam cerca de 4.000 conflitos. Os principais foram os de portuários (julho), Fiat (outubro), e Swift Rosario (outubro). Se realizou a primeira ocupação de fábrica durante a ditadura: Aceros Olher, em março. Em abril, a fábrica Alpargatas realizou uma paralisação por tempo indeterminado, decidida em uma assembleia com 3.800 trabalhadores. De abril a julho, ocorreram outras três ocupações de fábrica: Cura Hnos, IME e La Cantábrica. Em setembro, os operários ocuparam a sede da Swift Berisso.

O mais valioso das lutas do movimento operário durante esses meses foram as lições deixadas. Era possível enfrentar a ditadura desde que se fornecesse alvos para a repressão. A unidade, solidariedade e firmeza dos trabalhadores era a chave da resistência. Isto só podia ser garantido pela organização clandestina da base. Para se preservar da repressão, o que sobreviveu das Coordenações adotou um caráter clandestino, reunindo-se bem longe dos locais de trabalho. Era preciso evitar métodos e formas organizativas que indicassem com facilidade quem eram os dirigentes. Assim, com base da experiência e do exemplo, são realizados de 1976-1978 uma série de formas de luta que se ajustaram a uma correlação de forças desfavorável e a repressão selvagem: operação tartaruga, operação padrão, sabotagem e com a progressiva acumulação de força grevista e manifestações.

Contudo, a resistência durante estes primeiros anos poucas vezes se generalizou a ponto de se constituir em uma crítica concreta às relações de produção capitalistas e à ditadura. Deve-se destacar que esta consciência de classe traduzida em experiência, tradição e solidariedade se combinaram para gerar resultados distintos dos esperados pelo regime militar.

A burocracia sindical entrou a partir de 1976 em um período de negociação e colaboracionismo com a Junta Militar. Entre as Forças Armadas e a burocracia sindical havia algo em comum: ambas se sentiam profundamente ameaçadas pelas tendências classistas e combativas que surgiram no sindicalismo entre 1960 e 1975. É conhecido o papel traidor dos dirigentes da CGT, que se encarregaram de delatar os mais valiosos ativistas das fábricas.

Hugo Moyano, atual secretário geral da CGT, foi, desde 1973 a 1983, fundador da JSP (Juventude Sindical Peronista) de Mar del Plata e delegado de sua direção nacional, secretário geral do sindicato de caminhoneiros e da CGT regional de Mar del Plata e concluiu sua carreira antes de se projetar no plano nacional, como presidente do Partido Justicialista da mesma cidade. Durante esse período, a JSP e a CGT da cidade balneária estiveram estreitamente ligadas à CNU (*Concertación Nacional Universitaria*), um grupo de ultradireita peronista parte da *Tríplice A*. O chefe da CNU/*Tríplice A* em Mar del Plata, Ernesto Piantoni, era assessor legal das organizações comandadas por Moyano que mantinham reuniões semanais. Publicavam matérias contra delegados e militantes de partidos de esquerda que posteriormente eram assassinados. Estes grupos protagonizaram o Massacre de Ezeiza, perseguiram e assassinavam militantes e dissolviam assembleias armados de correntes.

A publicização de documentos do Batalhão 601 durante 2011 revelou que Gerardo Martínez, histórico dirigente da UOCRA, fez parte da inteligência do Exército contra a classe operária.

Casildo Herrera, que foi secretário geral da CGT sob o governo de Isabel Perón, foi ao Uruguai em março de 1976, onde foi consultado por jornalistas que lhe perguntaram: Como está Buenos Aires? E Herrera respondeu: “...Ah, não sei: eu me borei...”. Provou a verdade da brutal ideia que quando o barco está afundando os ratos são os primeiros que o abandonam. Acusado de ser interlocutor externo de Massera desde a Espanha, regressou à Argentina em 1983 e tentou ingressar no sindicalismo, mas sem êxito. Neste caso, a sua covardia não lhe permitiu seguir na nova carreira.

Entre 1976 e 1977, se realizaram uma série de reuniões e diálogos entre a burocracia sindical e representantes da Junta Militar, em particular com os generais Roberto Viola e Carlos Dalla Tea. Em primeiro de abril de 1976, se reuniram 50 sindicalistas para esboçar uma resposta sindical ao golpe. Em um momento em que se descarregava uma repressão brutal sobre os ativistas e a base sindical, a burocracia tomou duas posições: 1) formar uma comissão assessora da intervenção da CGT com o suposto fim de condicionar suas decisões; 2) criar uma comissão de enlace que mantivesse relações com o interventor da CGT.

A onda grevista de 1977 provocou grandes contradições entre a burocracia sindical, pressionando-as a tomar uma posição se não de enfrentamento ao menos de crítica morna frente às

medidas econômicas e repressivas da ditadura. Todos os sindicalistas eram plenamente conscientes que essas lutas haviam se desenvolvido por fora das estruturas orgânicas dos sindicatos. A classe operária mostrava a sua capacidade para o trabalho clandestino escapando ao controle da burocracia. Embora ainda com muita debilidade, continuava latente o problema da legitimidade dos dirigentes sindicais que teve a sua máxima expressão durante o Cordobaço.

O desenvolvimento dos conflitos operários vai modificando o papel da burocracia com relação ao regime. Assim, esta passa de um aberto colaboracionismo à Jornada de Protestos Nacionais em 1979 e a CGT de 1981. O surgimento de medidas de força desde as bases levará a burocracia a tratar de freá-las, mas nesta tarefa devem assumi-las e impulsioná-las para impedir que fujam ao controle.

Para o regime, era evidente, já em meados de 1978 e princípios de 1979, que a repressão não havia alcançado o desejado êxito. Apesar de sua profundidade e extensão, apesar de ter “*ganhado a guerra contra a guerrilha*”, não conseguiram dominar completamente os trabalhadores. Durante 1979, o sequestro de ativistas sindicais, longe de desarmar os trabalhadores e desorganizá-los, foi motivo para que se retomassem as mobilizações. As Forças Armadas tiveram de ceder em vários casos e liberar os ativistas sequestrados. Inclusive como demonstrou a Jornada de Protestos Nacionais que contou com o apoio de pequenos e médios empresários afetados pelo plano econômico, o movimento operário organizado conseguiu mobilizar outros setores sociais em oposição ao regime.

O movimento operário foi ganhando lentamente uma margem de ação e conformando suas próprias “liberdades democráticas” diante da ilegalidade que o regime impunha a qualquer atividade política.

Algumas dessas medidas inclusive tiveram de ser convocadas por setores da burocracia sindical, demonstrando a pressão que as bases exerciam para oferecer resistência às medidas econômicas e políticas da ditadura.

Em 1979, o movimento operário retomou formas de luta como ocupações de fábricas, greves por tempo indeterminado, mobilizações como as da Swift e San Miguel de Tucumán que não puderam ser realizadas em 1976 e 1977, o que demonstra claramente um relativo fortalecimento da classe operária. A partir de 1979, se nota uma aceleração no processo de mobilização, começam a ocorrer paralisações surpresas de curta duração e níveis de organização muito altos que permitem conseguir desde as bases uma grande efetividade. O fato das ações serem tomadas de surpresa dificultava a repressão porque não se dava tempo para atuar.

A pequena burguesia argentina estava completamente desarmada diante da ditadura. As organizações que se declaravam “guerrilheiras” foram esmagadas organizativa e militarmente.

Em 1981, a crescente agitação entre os trabalhadores evidenciou que sua situação se tornara uma das principais preocupações do regime militar, inclusive maior do que o problema econômico. Em 22 de julho, a SMATA e a CGT impulsionaram uma paralisação nacional que teve uma alta adesão. A Polícia Federal informou que um milhão e meio de trabalhadores haviam acatado ao chamado da CGT. Muitos pequenos e médios

comerciantes fecharam suas portas em apoio à paralisação. Este ascenso se manifestou com mais contundência em 7 de novembro na marcha por “Paz, Pão e Trabalho” a San Cayetano, marcando, ainda, que a resistência operária já obrigava outros setores a passarem para a oposição de forma mais ativa. A marcha foi organizada pela CGT e contou com o apoio de alguns partidos políticos. Convocou mais de 50.000 pessoas e foi corretamente descrita como a “marcha da bronca”.

Os manifestantes marcharam do estádio de futebol do Vélez Sarsfield até a Igreja de San Cayetano, gritando em coro consignas contra o regime e denunciando os desaparecimentos.



Logo depois da marcha e cedendo à pressão popular, os cinco partidos políticos, nucleados na Multipartidária (PJ, UCR, PI, PDC, MID), assumiram a questão dos desaparecidos.

Esse plano de luta desenvolvido pela CGT que culminou com a mobilização de 30 de março de 1982, em frente à Casa do Governo, na capital federal, marcou claramente que o movimento operário havia ferido a ditadura. A importância desta mobilização é que deixou claro vários aspectos. Primeiro de tudo, que o terror e a repressão não conseguiram conter completamente a luta operária, ainda que tenha separado as bases de sua vanguarda mais consciente. Segundo, como resultado do anterior, os trabalhadores retomaram às ruas mais uma vez enfrentando as forças repressivas. Terceiro, a mobilização exemplificou como o movimento operário se constituiu no motor da resistência anti-ditatorial, impulsionando outros setores sociais, tanto a luta de rua quanto medidas coletivas de força.

Poucos dias depois, começou a Guerra das Malvinas. Sem dúvida, que a derrota na Guerra acelerou a tendência para o fim da ditadura militar. Mas também não há dúvida de que o processo de resistência operária desenvolvia a partir de março de 1976, que culminou com a mobilização de março de 1982, representa a base material da conquista das liberdades democráticas e da derrota da ditadura. É sobre esta base que a burguesia, de acordo com o imperialismo, assumiu a “saída democrática”, para impedir que a classe operária impusesse a sua própria saída à ditadura militar.

(Os dados utilizados foram extraídos do livro: “Oposición obrera a la Dictadura” de Pablo Pozzi. Editorial contrapunto, 1988).

Participação da ditadura brasileira nos golpes militares da América Latina

É de especial importância para a política revolucionária conhecer as relações entre o golpe militar de 31 de março de 1964 no Brasil e o de 24 de março de 1976 na Argentina. Doze anos separam um do outro. Neste espaço de tempo, foram desfechos golpes na Bolívia (18 agosto de 1971), Uruguai (27 de junho de 1973) e Chile (11 de setembro de 1973). O Paraguai ainda conservava a ditadura do general Alfredo Stroessner, que se instalou no poder com o golpe de 1954 e que o deixou em 1989. Em 1968, o general Juan Velasco Alvarado desfechou o golpe no Peru, destacamos dos demais golpes pelo fato de ter um caráter nacionalista. Os regimes militares instalados na Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina entre 1971 e 1976 tiveram características fascistas.

A derrubada do governo nacionalista de João Goulart, no Brasil, resultou não apenas de uma conspiração interna de setores das Forças Armadas, mas também da intervenção dos Estados Unidos nos bastidores da política brasileira. Essa combinação está presente nos golpes de caráter fascizante. É necessário observar que a particularidade do movimento militar de 1964, chefiado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, no início, não evidenciou traços fascizantes. Foi no governo Emilio Garrastazú Médici (1969-1974) que emergiram as características de um regime voltado a uma ação sistemática de destruição física dos partidos de esquerda e de brutal repressão às lideranças sindicais e populares. Correspondeu ao momento em que as esquerdas se lançaram à resistência armada, influenciada pelo castro-guevarismo e maoísmo.

É neste momento, também, que os Estados Unidos avançaram em sua política de ataque ao nacionalismo e de combate aos movimentos revolucionários na América Latina. A derrubada do governo de Juan José Torres, na Bolívia, foi apoiada pelo Brasil, que não apenas participou das conspirações como entregou armas ao general Hugo Banzer. Nas eleições uruguaias, novembro de 1971, o governo brasileiro agiu abertamente contra a “Frente Ampla”, encabeçada pelo general nacionalista Liber Seregni, ameaçando com intervenção militar caso vencesse. A resistência direitista e o consequente golpe do general Augusto Pinochet, no Chile, foram diretamente alimentadas pela ditadura brasileira. A derrubada do governo nacional-reformista de Salvador Allende se tornou estratégica para a consecução da política norte-americana de barrar qualquer variante de governo nacionalista, que dificultasse o combate do imperialismo à revolução cubana, ao levante de massas e à projeção da orientação castro-guevarista de organizar a guerrilha (foquismo). Está aí por que, a forma, os meios, o conteúdo da política e suas consequências sociais foram típicas de um golpe fascista.

Nesse aspecto fundamental, nos parece que Pinochet sintetizou características políticas e sociais que não são próprias dos regimes latino-americanos. Os traços fascistas, na realidade, refletem a intervenção imperialista. O fascismo é uma criação do capital financeiro, ou seja, da época do capitalismo imperialista. Não é, portanto, nativo dos países semicoloniais. Observa-se que os golpes militares contra governos nacionais

(nacionalistas, reformistas) são produtos da intervenção internacional das potências. A derrubada de Torres consignou a característica fascizante, necessária para fechar caminho à revolução proletária. Não por acaso, se dirigiu, sobretudo, contra a Assembleia Popular, influenciada pelo Partido Operário Revolucionário (POR). A derrubada de Allende, por sua vez, objetivou esmagar as tendências revolucionárias do proletariado e do campesinato que avançavam no sentido de expropriar a burguesia e superar o governo de frente popular, incapaz de romper com a classe capitalista.

A orientação do imperialismo de varrer com a vanguarda por meio extermínio colocou em um patamar mais elevado as características fascistas no Chile – mais de 3 mil mortos e 37 mil presos e torturados, superando o golpe de Banzer. Na Argentina, o golpe chefiado pelo general Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Massera e brigadeiro Orlando Agostí alavancou a escalada fascista – 30 mil mortos, dos quais 10 mil desaparecidos e 340 campos de concentração e extermínio. O horror da ditadura militar argentina só tem paralelo com a do Chile, na América Latina. A descrição das prisões, assassinatos, torturas, estupros e rapto de crianças expôs suficientemente as consequências dos golpes fascistas.

Os movimentos que se dedicaram a apurar os crimes da ditadura, tanto os da Argentina quanto os do Chile, puderam cumprir em grande medida essa tarefa democrática. No entanto, é preciso ir às causas e analisar as características dos golpes fascistas na América Latina. Sabe-se que tal qual na Bolívia de 1971 e no Chile de 1973, na Argentina de 1976, também, se gestava o movimento revolucionário do proletário, que vinha desde 1968. Nas entranhas das democracias e dos governos democrático-nacionalistas fermentaram-se os golpes. As Forças Armadas, que constituem um dos pilares da ditadura de classe da burguesia perante as massas, deixam de responder ao governo constitucional e passam a atender a uma fração da burguesia vinculada ao capital monopolista e à orientação do imperialismo. O regime democrático já não serve aos interesses gerais e particulares dos exploradores, que necessitam sufocar o movimento das massas e impor pela força o recuo da luta de classes. As Forças Armadas se tornam um instrumento da burguesia monopolista e se colocam sob a direção do imperialismo. É o que explica o caráter sui-generis das ditaduras fascista em países semicoloniais. Na sua essência, está a necessidade da burguesia nacional de conter a luta do proletariado por sua emancipação e a emancipação de todos os explorados.

No momento em que os governos constitucionais e a democracia burguesa, seja ela mais ou menos raquítica, estejam ameaçados pelo desenvolvimento da luta de classes, a sua fração antinacional e a alta oficialidade das Forças Armadas revelam sua subordinação ao imperialismo. As características fascistas do golpe, portanto, são a expressão do domínio do capital financeiro sobre as semicolônias. Quanto mais profundo for o vínculo das Forças Armadas com o imperialismo e quanto mais a estrutura econômica do país estiver determinada pelo capital monopolista, maior a possibilidade do golpe militar ser

fascista. Evidentemente, essa relação depende da capacidade de luta do proletariado, de sua independência política e de seu lugar no movimento de maioria nacional.

Notamos que a pouca resistência dos explorados ao golpe militar de 1964, no Brasil, permitiu que a ditadura ocultasse inicialmente suas tendências fascistas, que se manifestarão no governo de Garrastazu Médici, que a princípio parecia responder tão somente à luta das organizações de esquerda armada. O proletariado estava derrotado e o movimento de massa da pequena burguesia havia refluído. O regime não corria nenhum perigo diante de uma esquerda fragmentada que em seu desespero recorria a métodos de luta distantes e marginais do proletariado. Ocorre que não se tratava apenas de liquidar as tentativas de organizar a guerrilha no Brasil. Estava colocada uma situação convulsiva na América Latina.

Os Estados Unidos se empenharam em derrotar todas as forças que se colocavam direta ou indiretamente em defesa de Cuba. Havia que dar um basta ao movimento castro-guevarista que se manifestava em vários países. A consolidação da ditadura militar no Brasil foi importante para os Estados Unidos atuarem junto às frações burguesas pró-imperialistas e às Forças Armadas. Quando se diz consolidação da ditadura brasileira significa a extinção das últimas trincheiras de resistência operária e estudantil em 1968 e a limpeza nas Forças Armadas de militares nacionalistas, consagrando-se a doutrina ditada por Washington de “Segurança Nacional”.

O Brasil estava, assim, em condições de ser um braço dos Estados Unidos para manejar golpes militares, como de fato o fez na Bolívia, Chile e Argentina. A possibilidade de intervenção das Forças Armadas e dos órgãos de segurança, em especial o CIEEx (Centro de Informação do Exterior), que funcionava agregado ao Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), nas crises de governos do Cone Sul, deu condições aos Estados Unidos de se utilizarem de ações secretas para derrubar governos. Ainda que não se tenha revelado toda extensão do intervencionismo norte-americano por intermédio do Brasil, há suficientes informações do lugar que ocupou o governo do general Garrastazu Médici nos golpes militares.

Em dezembro de 1971, o ditador esteve nos Estados Unidos a convite do governo Richard Nixon. Comprometeu-se a assumir a responsabilidade de insuflar e apoiar as frações pró-imperialistas e golpistas na América do Sul. A ideia fundamental de Nixon era a de que os Estados Unidos deveriam antes de iniciar qualquer intervenção direta atribuir tal responsabilidade às forças locais, no caso o Brasil poderia ser utilizado como ponta de lança. Neste momento, havia ocorrido o golpe de Banzer, na Bolívia. O Uruguai e o Chile se apresentavam como dois grandes problemas. Os Estados Unidos ofereciam os serviços da CIA, recursos e armamentos. Bastaria que o Brasil fizesse sua parte ocultando as mãos do imperialismo.

Diante da vitória eleitoral da Unidade Popular – aliança estratégica entre o Partido Socialista e o Partido Comunista no Chile – iniciou-se um trabalho de sabotagem econômica e política da qual o Brasil participou intensamente. Empresários brasileiros chegaram a financiar a organização fascista “Pátria e Liberdade”. Estreitam-se os laços das agências de inteligência do Brasil, Chile e Argentina. A Embaixada do Brasil em Santiago serviu como porão onde militares e políticos conspiravam e

organizavam o golpe.

O vitorioso golpe militar de 1964, no Brasil, serviu de laboratório para o intervencionismo norte-americano na América Latina. Concretizou a tese de que antes de uma intervenção militar direta em um país latino-americano, como ocorreu na República Dominicana, em abril de 1965, a melhor via seria a dos próprios governos da região sufocarem os processos revolucionários. A invasão da República Dominicana ocorreu em uma situação em que se gestava uma guerra civil entre a direita oligárquica pró-imperialista e a esquerda radical nacionalista, representada pelo Partido Revolucionário Dominicano. O governo Castelo Branco concordou em compor as forças intervencionistas, lideradas pelos Estados Unidos, sob a máscara legal da Organização dos Estados Americanos (OEA), que deu cobertura à violação da autodeterminação do país, constituindo a “Força Interamericana de Paz”, em 1965. O fundamento doutrinário do imperialismo se concentrava na estratégia de esmagar qualquer movimento que pudesse transformar o país em “uma nova Cuba”. Foi o caso da República Dominicana.

Os Estados Unidos pressionavam os Estados a se unirem e a se centralizarem sob a orientação geral de que a estabilidade no continente era fundamental para os interesses da burguesia de cada país e, em especial, dos Estados Unidos. Após a segunda guerra mundial, os governos norte-americanos estabeleceram uma política mais ofensiva de subordinar a América Latina a sua diretriz mundial contrarrevolucionária, que se denominou “Guerra Fria”. Qualquer insurgência servia ao comunismo. O próprio nacionalismo burguês passou a ser tomado como um risco para o capitalismo. O “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”, de 1947, refletia essa orientação. Nos anos 50, o governo Harry S. Truman, amparado na “Lei de Segurança Mútua”, de 1951, lançou o “Programa de Assistência Militar (PAM).

A Argentina foi um dos últimos países a assinar um “Memorandum de Entendimento”, em maio de 1964, no qual constam o “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”, um pacto que obriga o governo a garantir a “estabilidade econômica e política”, promover a “capacidade de defesa” e participar de um “programa cooperativo”. No entanto, a partir daí, empenhou-se em levar adiante os objetivos do imperialismo. Na 3ª Conferência Interamericana Extraordinária, de fevereiro de 1967, realizada em Buenos Aires, apresentou uma proposta de constituir na OEA uma “Junta Americana de Defesa”, que acabou não sendo aprovada. Na Oitava Conferência dos Exércitos Americanos, de setembro de 1968, realizada no Rio de Janeiro, foi discutida a integração econômica e a militar no sentido de uma unidade continental. Dever-se-ia caminhar progressivamente para um “Sistema Militar Interamericano”. O general Alejandro A. Lanusse, comandante do exército argentino, se destacou na defesa dessa linha. Como se pode ver, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca não era propriamente um tratado, mas uma imposição da doutrina imperialista de segurança a toda a América Latina, que garantia a intervenção dos Estados Unidos por cima das fronteiras nacionais.

Sob o governo do general Dwight D. Eisenhower (1953-1961), os Estados Unidos realizaram uma grande ofensiva mundial para impor a sua hegemonia, o que se refletiu profundamente na América Latina. Em sua diretriz constavam a

instalação de bases militares e armamento dos Estados nacionais, supervisionados pelos Estados Unidos e condicionados por leis que ditavam os tratados. Diante de tais exigências, as Forças Armadas dos países latino americanos passaram a depender, em grande medida, das tais “cooperações”, do financiamento, da formação de oficiais e treinamentos militares. De forma geral e homogênea, introduziu-se e consolidou-se a doutrina imperialista de “segurança nacional”. A influência do nacionalismo nos meios militares seria extirpada. Esse fator passou a ser fundamental para a gestação de golpes militares fascizantes.

A Revolução Cubana de 1959 serviu de chama para o imperialismo penetrar a fundo sua cruzada anticomunista na América Latina. Tratava-se, desse momento em diante, para o imperialismo, de travar uma guerra de posição em cada país sob a bandeira de “segurança interna”. A doutrina militar dos Estados Unidos e os métodos de ação de seus órgãos de inteligência foram introduzidos nos aparatos dos Estados latino-americanos e nas suas Forças Armadas. Ao lado da ofensiva militarista e da doutrinação das Forças Armadas latino-americanas, o governo John F. Kennedy lançou em 1961 a “Aliança para Progresso”. Baseava-se no pressuposto de que o desenvolvimento econômico e social autossustentado dos países latino-americanos, principalmente dos mais pobres, se encarregaria de dissolver a influência do comunismo e de desviar os levantes revolucionários das massas, em particular, dos camponeses miseráveis. A “Aliança para o Progresso” permitiria aos Estados Unidos carrear recursos para os governos que enfrentavam o acirramento da luta de classes e, por seu intermédio, desenvolver as diretrizes militares do imperialismo.

A ideologia do imperialismo de “preservar a ordem democrático-constitucional, manter a segurança interna, contribuir com a defesa coletiva de acordo com as capacidades econômicas e militares da América Latina e promover o desenvolvimento econômico”, como previa o general Robert J. Wood, Diretor de Assistência Militar do Departamento de Defesa, esteve na base do golpe militar no Brasil e nos subsequentes golpes na Bolívia, Chile e Argentina.

Como se pode observar, a utilização dos métodos da violência contrarrevolucionária tem um precedente histórico, que não deve ser desprezado. Em nome da democracia e do desenvolvimento econômico, o imperialismo orientou o curso da contrarrevolução nos países semicoloniais pela via dos golpes fascistas. O banho de sangue na Argentina expressa a decomposição geral do capitalismo e a barbárie moderna.

O encadeamento da sequência de golpes militares que se abriu com a derrubada do governo João Goulart, no Brasil, demonstra que em cada situação esteve presente a política internacional desenvolvida pelos Estados Unidos na América Latina. O Brasil e a Argentina por serem as semicolônias mais desenvolvidas e mais poderosas militarmente estiveram enfronhados nos golpes militares da Bolívia, Uruguai e Chile. E, por sua vez, o Brasil contribuiu com o golpe fascista do general Videla, na Argentina. O êxito do golpe de características fascistas no Chile alimentou e encorajou as forças contrarrevolucionárias argentinas. Nota-se que nenhum desses golpes são genuinamente nacionais. Pelas contradições internas de cada país foram golpes nacionais, mas pelo seu conteúdo foram gol-

pes internacionais, imperialista. O fato dos Estados Unidos coordenarem, direta ou indiretamente, as forças da reação latino-americanas coligadas e se ocultarem por trás delas não elimina o caráter intervencionista dos golpes.

A ditadura militar brasileira ganhou importância para os Estados Unidos implementarem seus planos. Tratava-se não apenas de um governo militar, mas de um governo militar de uma potência regional, que nesse sentido estava à frente da Argentina, cuja capacidade do nacionalismo peronista mantinha-se viva. Lyndon Johnson, que ocupou a presidência após o assassinato de Kennedy em 1963, deu continuidade à conspiração golpista que se gestou no Brasil. A retribuição dos militares brasileiros viria na forma de adesão à política geral de intervenção norte-americana na América Latina. A reunião do general Garrastazú Médici em 1971 com Nixon marcou a orientação do Brasil como instrumento dos golpes fascizantes.

A escabrosa “Operação Condor”, que se oficializou em novembro/dezembro de 1975, no Chile, decorreu de experiências realizadas entre as agências de informação de governos latino-americanos, sob o auspício da CIA. A ditadura brasileira é considerada a sua precursora. A atuação do Centro de Informação do Exterior (CIEEx), constituído em 1966, objetivou controlar, seguir, perseguir, sequestrar e torturar os opositores que foram exilados e banidos do Brasil. O CIEEx estabeleceu uma rede de relação com os serviços de segurança do Chile, Argentina e Uruguai. Ações coordenadas foram realizadas para sequestrar militantes de esquerda e opositores nacionalistas. A decisiva participação do Brasil e da Argentina no golpe do Chile sedimentou as bases para a criação do Plano Condor, claramente uma organização destinada a materializar o terrorismo de Estado. Na Argentina, essa organização clandestina e paramilitar foi às últimas consequências, com os sequestros e assassinatos. O atentado terrorista que matou o ex-senador do Uruguai, Zelman Micheli e o deputado Héctor Gutiérrez Ruiz, em maio de 1976, indicou a ausência de qualquer limite à sanha da reação pró-imperialista. Em primeiro de junho, também em Buenos Aires, foi assassinato o general Juan José Torres, presidente boliviano deposto no golpe de Banzer.

O conjunto desses fatos e das características desses golpes demonstram que a utilização dos métodos de terrorismo de Estado compõe os seus traços fascistas. As raquíticas democracias burguesas cedem lugar a governos totalitários. Para implantá-los é preciso sufocar sem piedade o movimento das massas e trucidar a vanguarda revolucionária. No Chile e na Argentina, o terrorismo de Estado foi levado ao extremo.

O balanço desse período é necessário para a revolução proletária na América Latina. Há muitos estudos e publicações sobre os golpes militares e a violência contrarrevolucionária. Certamente, nunca é demais denunciar a responsabilidade do imperialismo pelos horrores praticados pelos militares e organizações paramilitares. É o que estamos também fazendo neste balanço dos 40 anos do golpe na Argentina. As informações aqui contidas e analisadas foram extraídas de várias fontes, que cumprem a tarefa de denúncia. É preciso, no entanto, ir além e procurar as causas de tamanha barbárie.

Chegamos a uma caracterização geral de que a falência das democracias na América Latina e dos governos nacionalistas, bem como os subsequentes golpes militares, é produto da de-

composição mundial do capitalismo, que corresponde à sua fase superior imperialista. O atraso econômico, a polarização entre as classes e o saque imperialista colocam estruturalmente em constante entre a oposição a revolução e a contrarrevolução. Essa é uma característica mundial do capitalismo que se transformou em imperialismo e este em antessala do socialismo. A revolução e a contrarrevolução nos países semicoloniais, como evidencia a experiência latino-americana, passam por golpes militares fascizantes. Estes se gestam diante do agravamento da luta de classes e triunfam diante da ausência de uma poderosa direção revolucionária.

Os golpes fascizantes interrompem o processo de combate das massas à burguesia, o seu Estado e ao imperialismo que pode desembocar em uma guerra civil, uma guerra entre a burguesia que se bate por conservar o poder e o proletariado que luta por conquistá-lo. Quando o imperialismo diz que é preciso unir as forças da reação latino-americana para que não se tenha uma nova Cuba está se referindo precisamente a essa lei histórica. Antes que a luta de classes se transforme em guerra civil em torno do poder do Estado, a burguesia apoiada no imperialismo recorre ao golpe fascista. Está aí por que a denúncia e a caracterização dos golpes como fascistas exigem demonstrar que se trata do enfrentamento entre a contrarrevolução burguesa e a revolução proletária, ainda que esta não estivesse suficientemente madura devido à ausência da direção revolucionária.

O golpe militar na Argentina, pelas características do terrorismo de Estado, bem como o do Chile, é exemplar. A burguesia recorreu ao extremo da violência contrarrevolucionária para interromper o desenvolvimento do proletariado argentino, que tendia a se emancipar do nacionalismo peronista, cuja experiência se esgotava. Em certa medida, esse fenômeno esteve presente no golpe da Bolívia, que teve por antecedente a revolução de 1952 e que estava diante de um duplo poder representado pela Assembleia Popular, em cujo seio se encontrava a política do Partido Operário Revolucionário (POR). No Chile, a classe operária, os camponeses e camadas da classe média urbana demonstravam seu descontentamento com os limites impostos pelo governo de Unidade Popular, incapaz de golpear a burguesia monopolista. Os Cordões Industriais erguiam-se como embriões da revolução proletária. Faz parte desses antagonismos o campesinato que se choca com a grande propriedade latifundiária e se que se torna susceptível à unidade revolucionária com o proletariado.

A intervenção do imperialismo por cima das fronteiras nacionais tem em sua base a ampla penetração dos monopólios na estrutura econômica dos países latino-americanos e a imposição das condições de saque pelo capital financeiro. As frações da burguesia latino-americana obrigatoriamente têm de se apoiar no imperialismo e renunciar a autodeterminação da nação oprimida para enfrentar a aguda luta de classes e lançar-se à contrarrevolução por meio de golpes fascistas.

rem-se à contrarrevolução por meio de golpes fascistas.

O nacionalismo burguês em si não é a causa fundamental dos golpes, uma vez que preserva a grande propriedade dos meios de produção e não chega a uma ruptura completa com o imperialismo. No entanto, não deixa de ser um obstáculo aos interesses dos monopólios e se mostra débil diante do proletariado que passa a ameaçar o poder da burguesia. Está aí por que em sua essência os golpes militares fascizantes se voltam contra a possibilidade da revolução proletária.

A questão não se restringe a um país ou à América Latina. O avanço de ações e medidas contrarrevolucionárias na América Latina, no período de 60 e 70, compõe a ofensiva mundial do imperialismo contra as conquistas do proletariado na União Soviética, no Leste Europeu, na China e em Cuba. Eis por que os golpes fascistas se caracterizam como anticomunistas. O estalinismo, por seu lado, contribuiu para essa estratégia geral do imperialismo, promovendo os governos de conciliação de classes, como o de Allende, e submetendo-se a governos nacionalistas, como no Brasil. O que levou os partidos estalinistas a oscilarem à esquerda e à direita, conforme a situação. A fusão do castrismo com o estalinismo impossibilitou que Cuba respondesse aos ataques dos Estados Unidos e à hostilidade da burguesia latino-americana com o internacionalismo proletário. Era inevitável o fracasso da luta armada foquista erroneamente confundida com a guerrilha.

Na América Latina, desse período, as massas avançavam em suas reivindicações e agudizavam as crises políticas provocadas pelas divisões interburguesas. No entanto, as principais direções estavam vinculadas ao estalinismo, ao castro-guevarismo e ao nacionalismo.

Não havia, portanto, como o proletariado assumir a direção da maioria oprimida expressando a política do partido revolucionário. Não se pode compreender em toda a sua extensão as razões dos golpes fascistas e sua projeção até hoje sem considerar a política das direções e a crise de direção revolucionária. A III Internacional Comunista havia sido liquidada por Stálin e a IV Internacional havia se dissolvido, de maneira que parte de suas seções se submeteram ao castro-guevarismo. Sem o Partido Mundial da Revolução Socialista e sem um poderoso movimento latino-americano sob o programa do Estados Unidos Socialistas da América Latina não havia como os explorados colocarem de pé uma frente única anti-imperialista e quebrar a espinha dorsal dos golpes militares.

Sem dúvida, um balanço dos golpes militares e, em particular, o golpe da Argentina, exige não apenas a demonstração de seu caráter fascista como também um ajuste de contas programático com o estalinismo e o castro-guevarismo. Nosso objetivo com este balanço é o de constituir os partidos revolucionários, marxistas-leninistas-trotskistas, e dar um passo à frente na reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional.

24 de março de 2016 – MASSAS – 45



Traição do Partido Comunista, que praticamente selou sua extinção política

Reproduzimos vários parágrafos de um folheto do PC sob a forma de perguntas a Orestes Ghioldi, realizada em novembro de 1977, por ocasião do 60º aniversário do Partido; da reunião do CC que homenageia Arnedo Álvarez, em 1980; da intervenção de Athos Fava, encerrando a IX Conferência Nacional, junho de 1981.

Nota-se o tom de colaboração e cumplicidade com a ditadura genocida por parte da direção do PC no momento da mais sanguenta repressão contra o movimento operário, a pior da história da Argentina, que, aliás custou a vida de vários militantes de seu Partido (25 assassinados, 500 sequestrados - dos quais 105 não apareceram -, 1400 presos políticos, numerosos exiliados).

Nunca aparece a definição de “ditadura” em seus documentos, nem a colaboração dos partidos burgueses com o golpe e com a ditadura, nem as denúncias sobre a proscrição do movimento operário, a ilegalidade de suas organizações e o sequestro de milhares de militantes operários e jovens.

Sob a colocação de que setores pinochetistas poderiam tomar o poder, os estalinistas apoiaram os fascistas. Para o PC, sempre poderia ter alguém pior para justificar seu apoio a quem está no governo. Essa fórmula foi mantida até o fim da ditadura.

Nunca caracterizaram a ditadura como sendo imposta e mantida pelo imperialismo, sempre os estalinistas atribuíram a um setor pinochetista como correia de transmissão do imperialismo que ameaçava o governo de Videla. Não relacionaram o golpe na Argentina com os da Bolívia, Uruguai e Chile, porque negaram que fosse um golpe orquestrado e financiado pelo imperialismo ianque.

A política do Partido Comunista foi uma extensão da política aplicada pela ex-URSS, de reconhecimento e apoio internacional à ditadura.

Dizia Ghioldi, em 1977: “o PC atualmente levanta a bandeira da unidade nacional democrática que serve para fundamentar um governo de transição cívico-militar, de transição para um regime democrático verdadeiro, estável, com conteúdo social”.

Ghioldi lembrava: no 14º Congresso do PC, realizado em agosto de 1973, dizia o informe que apresentou Arnedo Álvarez, “tão rico pela sua análise político-social, pela flexibilidade da tática que propunha, como pelo seu conteúdo ideológico. Temos nos esforçado na última etapa do governo de Perón por empurrar seu lado democrático e de independência nacional; esforçarmo-nos a dar à Multipartidária um caráter estável; combatemos ardorosamente a camarilha capitaneada pelo nefasto López Rega e sua criminoso Tríptico A; propusermos uma saída institucional à crise em que se encontrava o governo de Isabel”.

“Muito se avançou no entendimento e na melhor compreensão entre os partidos democráticos, aumentaram suas ações comuns paralelas, porém ainda que não conseguimos vencer as resistências para um amplo acordo unitário. Persistimos em nossas propostas, procuramos ganhar para isso as massas e seus dirigentes, convencidos de que é o único caminho progressista transitável para assegurar a con-

vivência democrática dos argentinos” (dito no ano da repressão mais dura contra o movimento operário).

Perguntado sobre o pensamento dos comunistas no que diz respeito às Forças Armadas e à Igreja, Ghioldi responde quanto à Igreja “consideramos especialmente a colaboração na luta pela democracia e a convivência, os direitos humanos, os direitos sociais e a liberdade de consciência”. Isso quando a Igreja estava jogando um papel decisivo na manutenção da ditadura e perseguindo os setores religiosos vinculados aos movimentos populares.

“No que diz respeito às Forças Armadas, no 12º Congresso do partido, deu precisão à política perante às Forças Armadas. Consideramos que não haverá transformações progressistas sem a participação das Forças Armadas ou, pelo menos, de uma parte substancial dessas. A defesa nacional não se limita à defesa das fronteiras; fundamentalmente requer o desenvolvimento econômico independente, o desenvolvimento da indústria pesada, uma política populacional e a solução radical da questão agrária. Sabemos que as Forças Armadas foram forjadas durante muito tempo pelas ideias anticomunistas, mas sabemos também que cedo ou tarde se livrarão dos prejuízos anticomunistas. Também os setores civis deverão se libertar das ideias do antimilitarismo vulgar. O imperialismo ianque quis transformar as Forças Armadas de América Latina em força pretoriana de repressão contra seus próprios povos. É o papel fundamental da Junta Interamericana de Defesa. Não há que ocultar que, nesse sentido alguma coisa conseguiram, mas sua política tem experimentado também fracassos e, definitivamente, se fará em pedaços diante da tendência histórica para a unidade interna e latino-americana dos povos, incluindo os setores democráticos e progressistas das Forças Armadas. No que se refere a nosso país, as tradições sanmartinianas¹ não estão mortas, como não estão mortas, mas sim vigentes as tradições de Mosconi², Sabio e outros. As correntes mais reacionárias que ainda se erguem nas Forças Armadas e que sonham com um pinochetazo³ não têm futuro. O percurso histórico confirmará esse ponto de vista, quaisquer que sejam as oscilações circunstanciais”.

Diante da pergunta de como interpretar os acontecimentos de 24 de março e o que nos espera no futuro. Os estalinistas respondem: “o Partido Peronista e os partidos políticos democráticos não souberam então dar à crise política uma solução institucional, pela qual vinha lutando nosso partido”.

“A interpartidária atinou reunir-se quando a situação era irreversível. A coordenação dos partidos democráticos e uma atitude justa para com as Forças Armadas, assim como delas para com os civis, poderiam ter assegurado uma solução democrática e positiva, sem supressão das garantias constitucionais. É o que podia ser, mas não foi”.

“Criou-se então uma situação original, inédita, como dissemos alguma vez. O governo das Forças Armadas não dissolveu os partidos políticos; limitou-se a suspender suas atividades. Sabemos que seus porta-vozes, dentre eles o mais destacado, o presidente da nação, disseram que o imperativo que tínhamos pendente é o da unidade nacional”. A seguir, Ghioldi cita textualmente o seguinte: “a liberdade, a democracia plural, a justiça social, o desenvolvimento econômico, a liberdade de consciência e de cultos e uma política exterior

independente que afirme nossa soberania” é o mesmo programa colocado pelo general Videla em uma reportagem feita no jornal Clarín, de 30 de janeiro de 1977. Nessa mesma reportagem, rejeitou as experiências corporativistas e afirmou “somente as Forças Armadas não irão resolver todos os problemas que atingem a pátria”.

“É claro que não se pode ignorar que no seio das Forças Armadas e fora delas há algumas correntes que procuram uma saída corporativa e que sonham com um pinochetaço. Também não se pode ignorar que atuam grupos armados em substituição das forças normais de segurança”. Os estalinistas fizeram tal afirmação quando se sabia que todos os grupos armados agiam coordenados pelas forças de segurança.

“Nessas condições, o mais sensato foi determinar qual era e é o inimigo principal para a maioria do povo argentino: o perigo de um pinochetaço, as intrigas da CIA em função da política exterior estadunidense, que cobiça o Atlântico Sul”.

“Em tais circunstâncias, a tarefa fundamental era impedir o pinochetaço, criar as condições para estabelecer um regime de convivência democrática, propiciar, como transição à plena normalidade constitucional, um governo cívico-militar de ampla coalizão democrática. Para esse objetivo, o instrumento mais apto é o diálogo proposto pelo presidente Videla”.

O apoio explícito do Partido Comunista argentino ao ditador Videla, mais claro é impossível.

“Que ninguém se equivoque. A tendência geral do processo argentino – não nos referimos a suas oscilações, mas a sua

tendência geral- caminha para a democratização profunda, para importantes mudanças na estrutura econômica, para a libertação nacional e social. Por enquanto, os setores pinochetistas, embora fizessem muito dano, não conseguiram se impor. Concordamos com o presidente Videla quando diz que o principal perigo que ameaça as Forças Armadas é o imobilismo: este pode dissimular-se por trás de projetos de laboratório, cuja execução se daria no ano 2000. É pura utopia”. E continuando aconselha: “a maneira de criar um clima de verdadeira e sólida unidade nacional democrática é iniciar sem mais tardar o diálogo prometido. Caso contrário, se imporá um perigoso monólogo que alimenta o imobilismo e a solidão do poder. O diálogo é troca de opiniões entre todas as forças políticas e setores da sociedade Argentina. É a decidida procura de um acordo nacional, que assegure um desenvolvimento democrático normal”.

Ao contrário do que pensavam os estalinistas, a única política verdadeiramente democrática era a de reorganizar-se para derrubar a ditadura, não fazer nenhum pacto e nenhum diálogo com os assassinos.

*“A situação nacional continua sendo de extrema gravidade. Uma política econômica que tende à concentração de capitais em mãos da oligarquia latifundiária e dos monopólios está asfixiando o país. Fa-
lemos sem eufemismos: o plano Martinez de Hoz- ao concentrar em*

poucas mãos o poder econômico - afeta os fundamentos da sociedade Argentina e arrasta a República para o abismo”.

“Nessas circunstâncias, a lógica indica a necessidade da unidade nacional, cujo caráter deve ser democrático e avançado. É necessário e possível elaborar um projeto ou programa de consenso cívico-militar, ao redor do qual se aglutinaria a imensa maioria da Nação”.

O PC, assim, reproduz insistentemente a colocação da unidade nacional com os militares da ditadura e com os partidos patronais que a apoiam. Mais à frente, insiste na tese etapista ao assinalar: *“que a origem das sucessivas crises políticas e das frustrações sociais é a crise da estrutura econômica social, baseada na subsistência do latifúndio e no controle das finanças e dos ramos essenciais da economia pelas transnacionais e multinacionais. Essa estrutura obsoleta deve ser substituída por outra progressista, se se quer que a nação se projete para um destino de grandeza. Há que trocar a fisionomia do campo e assegurar que as finanças, os ramos decisivos da economia e o comércio exterior sejam controlados pelo Estado democrático. Desde 1930, nós comunistas temos nos pronunciado contra os sucessivos golpes e contragolpes de Estado e temos promovido a consigna de fechar esse ciclo. Visando a esse objetivo, apregoamos um*



programa democrático de desenvolvimento multilateral independente. Em outras palavras: não dependente das diretrizes do Fundo Monetário Internacional. Esse programa é o da revolução democrática, agrária e anti-imperialista. Analisando a fundo os preceitos programáticos de outros partidos e forças, chegamos à conclusão de que, articulando uma ampla junção de forças, é possível

que triunfe a dita revolução pela via pacífica”.

Esse é o ponto mais alto de abandono do marxismo: atribuir aos partidos burgueses a tarefa de levar adiante um programa de revolução democrática, agrária e anti-imperialista, nesta época; que os militares pudessem assumir esse programa; e que além disso se realize pela via pacífica.

Em julho de 1980, em uma reunião do Comitê Central do PC, realiza-se uma homenagem a Arnedo Álvarez, e diz: *“Álvarez comprovava ultimamente como cresce rapidamente a indignação das massas trabalhadoras. Advertia que a Junta Militar equivocava-se supondo que as massas serão passivas perante a desagregação crescente da situação e recomendava aos militantes que não se deixassem surpreender pelos acontecimentos que se gestavam. Na reunião de janeiro de 1980, referiu-se à reivindicação geral do pleno restabelecimento das liberdades democráticas. Percebia, perante os novos aspectos que se manifestavam, que se abria uma nova etapa, estão criando as condições para a ação coordenada de todas as forças democráticas e progressistas. Abriu-se, pois, a possibilidade de lutar com êxito pelo Convênio Nacional Democrático que propiciamos; isso exige intensificar a luta pela mais ampla frente nacional, democrática (...) O movimento empresarial se pronuncia cada vez mais ríspidamente contra a política econômica de Martinez de Hoz e levanta consignas nacio-*

nais; os partidos políticos democráticos em plena atividade, apesar do impedimento política, reclamam insistentemente a normalização constitucional, o estabelecimento do Estado de direito e outras reivindicações democráticas; a Igreja tem um relevante papel na defesa dos direitos humanos e na luta por solucionar alguns problemas socioeconômicos do povo. Todas as correntes da democracia argentina podem e devem confluir para formar uma grande corrente nacional única”.

O PC se propõe atualizar a “Proposta à Nação”, de novembro de 1979, “sublimando duas ideias centrais: 1) a necessidade de criar um clima adequado para que possa florescer a convivência democrática dos argentinos; 2) a necessidade de chegar a um Convênio Nacional Democrático entre todas as forças progressistas, civis e militares, para tirar o país da crise global que o atinge. Nos anos 80, haverá pujante luta pela unidade sindical sem exclusões e pela criação da grande frente nacional democrático”.

“Nos conhecidos documentos dos radicais [da União Cívica Radical, N.T] e dos peronistas flutua a ideia da necessidade da convergência ou unidade de ação. Em tais documentos políticos comparece, embora não com suficiente precisão ainda, a ideia de que o polo civil ou o polo militar, por si sós, não solucionarão a crise atual. A situação exige a convergência cívico-militar, sem hegemonias inaceitáveis, pois a experiência política da Argentina demonstra incontestavelmente que a existência de um segundo poder é um sério fator de desestabilização. A convergência cívico-militar pressupõe a elaboração comum de um programa ou projeto nacional que expresse a vontade atual da maioria dos argentinos de viver em uma verdadeira democracia, de defender o patrimônio nacional e a soberania, de conservar a paz”.

“A evolução dos acontecimentos, com seus aspectos negativos, pode induzir alguns camaradas a pôr de lado a nossa política de diferenciar as correntes existentes nas Forças Armadas, seria um grave erro. A convergência cívico-militar não foi para Álvarez e para o Comitê Central do PC uma consigna de circunstâncias. Hoje, é mais necessária que ontem”.

“Não escapava a Arnedo Álvarez que a reação fascista está muito ativa. Reflete-se no desenvolvimento de uma intensa ação antidemocrática, elitista e na intensificação de uma acirrada campanha antisoviética e anticomunista. Seu objetivo é impor ao país um regime ditatorial total, de tipo fascista, baseado na preeminência das autodeterminadas classes superiores da sociedade. O processo de diferenciação no seio das Forças Armadas continua, pois, a se manifestar, embora nem sempre apareça claramente na superfície”.

Athos Fava, no fechamento da IX Conferência Nacional, em 1981, afirma: “a emergência nacional reclama com urgência - além de medidas conjunturais - um programa ou projeto que se projete a obter o renascimento nacional através da consolidação de uma democracia renovada com autêntico conteúdo social”.

“A promoção de um grande movimento nacional anti-imperialista é uma necessidade porque o setor mais agressivo do imperialismo ianque pretende submeter incondicionalmente a Argentina, exigindo o restabelecimento pleno da nefasta política de Martínez de Hoz, elaborada na verdade pela Trilateral”.

“Promover um amplíssimo movimento organizado pela vigência plena da constituição nacional e pelo fim do estado de sitio. A realização desta tarefa aproximará o Convênio Nacional Democrático, que - como consta no informe - deixou de ser uma consigna meramente propagandística, pois entrou no período de sua construção prática. No percurso de esta conferência, não se deve diluir esta ideia”.

“O mais importante, a tarefa fundamental que temos à nossa

frente é a de contribuir para articular a resposta da democracia às provocações da reação obscurantista e do imperialismo. Nesse sentido, damos grande importância à convocatória da direção nacional da UCR na qual anuncia que proximamente realizaria uma ampla convocatória de forças políticas e sociais, sem exceções, para trocar ideias sobre o gravíssimo momento atual e elaborar um projeto comum ‘para resgatar a democracia’”.

“Promovemos a união mais ampla ao redor das consignas: pela vigência da constituição nacional e pelo levantamento do Estado de sitio. A luta dos comunistas contra o fascismo, pela democracia, é permanente, lúcida e ardorosa. Victorio Codovilla colocava sempre com energia o problema da defesa das liberdades públicas. Mas não permanecia ali. Tinha de se conquistar a democracia e logo desenvolvê-la até o fim, premissa para a passagem à etapa socialista da revolução”.

“Cabe colocar que o processo iniciado em março de 1976 vem-se esgotando e que, de distintos ângulos, se procura uma difícil saída. A última declaração da UCR assinala o caminho para a melhor solução possível. Ou se conquista uma verdadeira abertura democrática, ou se consoma um golpe de Estado. Não esqueçamos que a reação pinochetista, pequena em número, mas soberba e agressiva porque conta com o apoio do imperialismo, mostra-se muito ativa. Devemos continuar alertando o povo sobre o perigo de uma virada à direita. Um golpe de Estado pode ser um salto para um regime de tipo fascista”.

O informe de Fava dedica um capítulo a resenhar a atividade do PC desde a última Conferência Nacional, realizada em fins de 1975. Pretende dar início a justificativa do desastre político de sua orientação.

“A situação criada depois de março de 1976 foi inédita e colocaram-se novos problemas para o movimento democrático e anti-imperialista. Tinha-se frustrado o processo popular iniciado em 1973 e havia-se consumado o movimento militar que se apossou do poder. O movimento militar era de composição heterogênea. Nele participavam militares elitistas e elementos francamente reacionários. Também participavam militares que almejavam restabelecer o sistema democrático. Para adotar uma posição, tínhamos de compreender a originalidade da situação”.

“Na situação concreta criada em março de 1976, formulamos as seguintes questões: devíamos considerar que o fascismo havia triunfado? Chegamos então à conclusão de que embora elementos fascistas participassem do poder, não se podia afirmar que estávamos diante um governo ‘de facto’ de tipo fascista”.

“Devíamos pôr todos os integrantes do novo poder no mesmo saco, ou diferenciá-los? Não se pode vencer sem aliados, mesmo que sejam transitórios, vacilantes e condicionais. Não se pode considerar o bloco das classes dominantes como um único todo, sem fissuras”.

“Devíamos levar em conta ou não a nova relação de forças criada? Não poderíamos deixar de levar em conta que o movimento popular acaba de sofrer uma dolorosa frustração (...) e que toda frustração gera confusão, desorientação e desânimo, por um período por vezes prolongado”.

Oscar Arévalo, em dezembro de 1982, diria: “o avanço da ação operária e popular conseguiu em 1982 abrir uma profunda fissura. Pôs na encruzilhada o chamado processo de reorganização nacional e um amplo espaço para a atividade política, sindical, estudantil, cultural, etc. Então, a sociedade inteira disse, basta ao regime de fato!, condenando assim a gestão governamental dos seis anos transcorridos desde março de 1976, que acentuou tanto a crise econômica, quanto os problemas políticos e sociais mais graves”.

“Agora vivemos um momento de definição quando se luta por ampliar a abertura alcançada, afirmar o curso para uma consulta eleitoral legítima e voltar à prática constitucional republicana, mediante a conquista de uma democracia estável e verdadeira”.

“(…) não somente temos de deixar para trás e para sempre este ciclo do ‘processo de reorganização nacional’, impondo o exercício da Constituição Nacional, mas é preciso colocar à luz as raízes da prolongada instabilidade do país, a causa dos sucessivos e reiterados golpes de Estado reacionários, a fonte de sua estagnação econômico-social e das distorções políticas marcantes desde a década de 30”.

Nota-se o esforço permanente do PC de levar até os partidos burgueses, para a saída democrática, a luta operária e popular que procurava acabar com a ditadura (que os estalinistas continuariam chamando de “processo de reorganização nacional”, como se auto definia a ditadura genocida).

Fernando Nadra, membro do Comitê Central do PC, diria sobre o golpe de 1976:

“Falar claro é afirmar, categoricamente, que, por razões que exporemos, o PC cometeu, dentre outros, dois graves erros: sustentar que entre os militares golpistas de 1976 havia pinochetistas e não pinochetistas, ou democráticos, sem advertir que as diferenças internas eram secundárias e que não alteravam a unidade das Forças armadas, em sua política genocida; e por sua vez propor, sobre essa base, a possibilidade de uma convergência cívico-militar, que constituía uma aberração política (...) O XVI Congresso formulou uma severa crítica à posição partidária e o Comitê Central expôs em seu informe de abertura uma séria autocrítica a respeito (...) Formulei uma extensa autocrítica pessoal em duas páginas centrais do jornal *Que Pasa*, sete meses antes do XVI Congresso, (...) Há que dizer que demoramos a compreender, e, portanto, a reconhecer desvios oportunistas de direita, tão graves como diluir nossa vocação de poder, não caracterizar uma ditadura fascista, inclusive, chegar a colocar expectativas em setores como os videloviolinismo [refere-se Videla e Viola, N.T.], que nos fatos encabeçaram a revanche do inimigo de classe contra as forças revolucionárias, contra a classe operária e o povo (...) Para compreender melhor o acontecido, se poderia fazer menção aos famosos ‘informes reservados’, do aparelho de informação partidária, que chegavam parcialmente, ou tergiversados. Vendiam uma imagem de um conflito interno das Forças Armadas, entre pinochetistas e não pinochetistas, enquanto ambos prendiam, torturavam e desapareciam com as pessoas. **Ninguém na fechada direção foi capaz de advertir e submeter à prova**, e menos ainda o Secretário Geral, Athos Fava, e de organização, Jorge Pereyra, aos quais cabia a principal responsabilidade, ambos integrantes do poderoso Secretariado nacional por mais de 20 anos”.

Essa autocrítica como a da maioria dos dirigentes estalinistas foi limitada, não foi às raízes de tamanha traição, não revisou as bases ideológicas, que expressavam o abandono do marxismo-leninismo. O próprio Nadra escreveu um livro, em 1976, intitulado “Reflexões sobre o terrorismo”, onde dizia: “A Argentina atravessa um dos momentos mais difíceis e complexos de sua história. Vivemos uma situação inédita. O assassinato político massivo (mais de mil, nos primeiros meses do ano e continua) comove preocupa o presidente general Videla e o episcopado da Igreja Cató-

lica e extravasa para o exterior deformando a imagem que se tem de nosso país, ao mostrar uma das facetas de nosso panorama político: a do terror”. “É claro que nosso primeiro problema, o problema vital, diríamos, é o do terrorismo de ambos os lados, e todos os argentinos – povo e governo – devemos nos unir para encontrar uma solução imediata, se queremos salvar a república de cair nas mãos de uma sangrenta ditadura pinochetista ou na catástrofe de uma guerra civil, que dividiria os argentinos por muitos anos. É preciso enfrentar e vencer o terrorismo, abrindo uma perspectiva democrática, progressista e independente”. “Não é tarefa fácil, naturalmente, nem pode ser obra de um setor, de um partido político ou do governo ao lado do povo. A luta contra o terrorismo só pode alcançar a vitória se o povo, as Forças Armadas e o governo coincidirem – com a ativa participação do conjunto – em um programa comum de salvação nacional. (texto reproduzido por Ullises Gorini).

O Partido Comunista deve mudar seu nome. Manchou definitivamente as bandeiras do comunismo, do marxismo-leninismo. Sua traição é irreversível. Aqui e em todo o mundo. É produto de sua política estalinista, de “coexistência pacífica”, de “revolução por etapas”, de “frentes populares” com a burguesia, de “socialismo em um só país”, de liquidação da III Internacional, que tem levado à destruição de grandes conquistas revolucionárias da humanidade, abrindo passagem à restauração capitalista nos Estados onde o capitalismo tinha sido apropriado.

Sua política burocrática, pacifista e pró-burguesa levou centenas de seus militantes, enojados por sua política, a abraçarem o foquismo, como via para superar a crise de direção, iludidos com o castro-guevarismo, identificado com o triunfo da revolução na Cuba, sem advertir que o reformismo armado tampouco era a via para resolver a ausência da direção revolucionária.

Não se deve confundir o Partido Comunista com os comunistas. Os comunistas verdadeiros são aqueles que continuam travando a luta pela revolução social, como única via para começar a transformar a sociedade e construir o socialismo, até a sociedade sem classes, até o comunismo, acabando definitivamente com a exploração do homem pelo homem.

Notas:

1. Refere-se a um suposto setor que expressaria as tradições nacionalistas e democráticas do general San Martín, liderança militar da Revolução de Maio e do processo de libertação de Chile, Peru e Colômbia.
2. Na presidência de Marcelo T. de Alvear, o general Mosconi foi nomeado Diretor Geral de *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (Jazidas Petrolíferas Fiscais, YPF), cargo que exerceria por 8 anos. Dedicou grandes esforços para aumentar a exploração e desenvolvimento da indústria petrolífera. Colocou-se pelo monopólio estatal da exploração, extração e processamento do petróleo. Era contrário à exploração e extração de petróleo por empresas estrangeiras no país.
3. Refere-se ao golpe de Pinochet no Chile e aos métodos fascistas que instaurou sua ditadura.



A política dos revolucionários e a dos revisionistas

Para entender a atuação da IV Internacional (e de cada um dos que se autoproclamavam como seus continuadores), é preciso avaliar a trajetória anterior que os levou a tomar as suas posições. Pode-se perceber uma coerência, um fio condutor, com as análises que foram sendo feitas no interior de cada uma das correntes. É o morenismo, finalmente, a fiel expressão da miséria a que se pode chegar os revisionistas do trotskismo, os que abandonam o método marxista para mergulhar nas práticas mais desonrosas do oportunismo.

“O principal obstáculo na transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa diante da grande burguesia, os laços traidores que mantém com esta, ainda em sua agonia. (...) Massas de milhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução. Mas, a cada vez, chocam-se com seus próprios aparelhos burocráticos e conservadores”. Assim se expressou Trotsky no “Programa de Transição”. O curso da história quis que aquelas palavras fossem uma notável crítica aos revisionistas de toda espécie, que destruiriam política e organizativamente a IV Internacional.

A Revolução Cubana de 1959 gerou no seio da IV Internacional uma nova revisão de sua linha programática. Em 1963, o acordo em relação à revolução cubana, liderada por Fidel, atuou como elemento unificador para formar o Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Junto a esta foi se produzindo uma progressiva adesão aos princípios do “guerrilherismo” (foquismo), com Ernest Mandel, Livio Maitan e Nahuel Moreno à frente (ainda que com diferenças entre eles). Este processo teve seu ápice em 1969 com a elaboração de um documento sobre a situação latino-americana no IX Congresso da IV Internacional.

Neste congresso ocorreu a divisão entre uma maioria (Pablo, Mandel, Maitan) e uma minoria (Joseph Hansen do SWP e Moreno) que questionava essa linha, embora tivesse apoiado aqueles até as vésperas do congresso. O PRT argentino havia se dividido em “O Combatente” (Santucho) e “A Verdade” (Moreno), a primeira sendo reconhecida como seção oficial, com vínculos mais fortes com o guevarismo. O papel da internacional foi, basicamente, estimular a criação ou o fortalecimento (nos casos em que estes já existiam) de grupos latino-americanos afins à sua tática foquista (que será analisada brevemente adiante). Assim eram criadas artificialmente seções à margem do processo real da luta de classes em cada país. Tudo era substituído pela necessidade da “guerra de guerrilhas prolongada”. Foi a sua política adotada na Bolívia e na Argentina que melhor mostraram o seu caráter criminoso. *“A guerra de guerrilhas chegou a ter como forma de organização do movimento de massas nos povos coloniais a mesma importância que em seu momento tiveram os soviets depois da revolução russa”* (“Minuta apresentada ao CC em 23 de março de 1969, PRT A Verdade. Citado de “El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina” Ernesto González).

Paralelamente, outro polo aglutinador foi surgindo no seio

da IV Internacional. Alheios ao revisionismo pablista e morenista e apoiando-se nas extraordinárias lições da história do POR boliviano, surgiu em 1972 o CORQI, agrupando o POR, Política Obrera (como antecessora do Partido Obrero) e a OCI francesa. Em seus cinco anos de funcionamento, sua atividade se veria entorpecida pela dura repressão que ocorreu sobre as organizações na América Latina e pelas miseráveis posições tomadas pelo lambertismo da OCI.

Anos depois, o POR, PO, CEMTCH (Chile), OTR (Peru), OQI (Brasil) e PP (Venezuela), junto com os que se somariam posteriormente, como Socialismo Revolucionário (Uruguai) e Liga Obrera (Palestina), formariam a Tendência Quarta Internacionalista (TQI), em 1979. Defendeu em sua origem a independência em relação ao SU e ao CORQI. Chegaram a realizar 4 conferências latino-americanas, se editou uma revista teórica chamada “Internacionalismo” e se avançou na gestação de alguns documentos que contribuíram para fortalecer suas seções nacionais. No entanto, a falta de elaboração programática e a tendência caudilhesca e de dupla militância por parte do Altamirismo, levou o POR a não gastar energias *“em uma organização que já manifestava deformação organizativa”* (“O POR e a IV Internacional”, Atílio de Castro). Foi a revisão da linha programática de Política Obrera nas vésperas da queda da ditadura e a negação de assimilar a experiência do POR boliviano como patrimônio da revolução latino-americana que levaria ao estancamento e posterior dissolução da TQI. Política Obrera, a partir da década de 1980, impulsionou a formação do Partido Obrero, que terminará se degenerando em um partido burocrático, oportunista e eleitoreiro... processo que continua até os nossos dias.

Diante da Ditadura Militar, o problema do nacionalismo burguês

A política de Nahuel Moreno e da IV Internacional são dois lados da mesma moeda do revisionismo. O morenismo mostrou no país as nefastas consequências do abandono do marxismo. A época da Ditadura Militar deve ser analisada como um corolário de várias décadas de erros táticos, derivados de uma debilidade estratégica, isto é, da falta do programa revolucionário, da fragilidade no momento de utilizar o método marxista para compreender a realidade do país. Ainda que existissem choques ou discussões no seio da IV Internacional entre morenistas, mandelistas, pablistas e lambertistas, o comum a estas correntes é a sua debilidade quanto ao método. Encarnam a penetração dos interesses de outras classes alheias ao proletariado, dentro dos partidos que se autoproclamam trotskistas. É uma necessidade do partido revolucionário derrotá-los politicamente, baseando-nos na experiência, para se constituir em vanguarda consciente e organizada da classe operária.

Livio Maitan (trotskista italiano, teórico do SU) se encarregou de redigir as teses que marcariam a atividade da IV Internacional diante dos acontecimentos políticos da década posterior, que tiveram tão nefastas consequências. Vale a

pena analisar as suas principais teses para mostrar os desvios das posições marxistas. O nono congresso defendeu em seus 21 pontos sobre a América Latina uma posição estranha ao trotskismo. O campesinato era definido como o novo sujeito revolucionário, sendo a pequena burguesia quem proveria os quadros do movimento (tese 13). Magicamente, “descobria-se” o papel que podem jogar os estudantes e a pequena burguesia na guerra de guerrilhas prolongada (tese 15). Este nefasto congresso colocou como eixo de sua análise as condições técnicas e geográficas-militares em detrimento das socio-políticas (ponto 17). Entregando-se ao guevarismo, concluiu com a necessidade de se integrar na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) (ponto 21), defendendo que “a guerra de guerrilhas podia, de fato, estimular a dinâmica revolucionária, ainda que inicialmente a tentativa pudesse parecer vindo de fora ou unilateralmente” (ponto 18). Esta política não teria sido tão criminosa se ela não tivesse sido cumprida ao pé da letra na maioria das seções que integravam o SU. “O SU, entre eles o infalível E. Mandel, se especializou em descobrir em todo nacionalista ou populista com algum êxito trotskistas camuflados ou instintivos” (“Revolución y foquismo” G. Lora, p. 35). O mesmo Moreno colocava Fidel Castro à altura de Lênin e Trotsky (“Dos métodos frente a la revolución latinoamericana” 1964).

Em 1971, Maitan se vangloriava que: “As organizações que se dedicam à luta armada têm ganhado bastante influência e têm levado a cabo ações espetaculares (...) a luta de classes na Argentina chegou ao nível do enfrentamento armado e que a ditadura militar só pode ser combatida mediante a violência revolucionária” (“Historia del Trotskismo”, p.252).

Moreno, como integrante da maioria do SU, devia dar um conteúdo teórico aos disparates práticos. Tal estupidez recaiu sobre as teses fundamentais do marxismo-leninismo-trotskismo. “A vida pôs em evidência as lacunas, omissões e erros do programa da revolução permanente (...) O dogma de que a única classe que pode cumprir as tarefas democráticas é a classe operária é falso. Setores da classe média urbana e o campesinato são, em determinadas ocasiões, os dirigentes revolucionários ...assim como descobrimos que não somente a classe operária pode dirigir a revolução, mesmo se pode dizer dos movimentos políticos; não somente os operários podem organizar e dirigir as primeiras etapas revolucionárias, podem fazê-lo os movimentos políticos (...) podem fazê-lo os movimentos democráticos ou agrários (...) o marxismo ocidental se esqueceu da luta armada, método permanente das massas que incorpora a luta de classes, um fator novo, que é especificamente original: a geografia que varre a classificação das regiões maduras e imaturas”. (“A Revolução Latino-Americana, N. Moreno, 1962)

Assim, o morenismo na Argentina passou por sua etapa de raivoso antiperonismo gorila - depois de ter se integrado ao peronismo (“sob a disciplina do General Perón e do Comando Superior Peronista”, estampado na imprensa que editavam sob o nome Palavra Obrera) - pela etapa foquista no partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e chegou à véspera da Ditadura Militar como centrista eleitoreiro. Foi no período de abertura democrática, no começo dos anos 70, que iniciou esta

nova virada. A iminente volta de Perón o levou a prometer um apoio ao justicialismo, com a condição de que as candidaturas operárias chegassem a 80%. Evidentemente, o nacionalismo burguês não poderia ser superado desta forma. “Avanzada Socialista”, o jornal morenista neste momento, expressava: “Para que vem Perón? Tomara que seja para impor candidatos operários lutadores e não para pactuar com a oligarquia” (A.S. 8/11/1972).

A atividade do partido revolucionário na Argentina deve girar em torno da superação do nacionalismo burguês. O peronismo apareceu em cena algumas vezes com distintas roupagens. Uma tentativa importante e destacada de avançar neste sentido foi tomado pelo CORQI, em geral, e pelo POR Boliviano, em particular: “O aspecto indiscutivelmente progressista do nacionalismo burguês se encontra na mobilização que gera, certamente não com o objetivo de libertar os explorados, mas sim apoiando-se neles para potencial-se frente ao imperialismo... deve-se distinguir a possibilidade da realização das tarefas democráticas dentro do capitalismo que leva implícita a mobilização anti-imperialista das massas da nação oprimida e a inevitabilidade de sua frustração” (...) “O peronismo autêntico, a JP, os montoneros, são agrupamentos sem futuro porque se empenham em reviver um movimento superado pela história” (“La revolución latinoamericana”, G. Lora 1975). Política Obrera se formou em grande medida ao redor dos documentos e ideias do trotskismo boliviano.

Nas eleições de 1973, mediante uma manobra legalista, o morenismo encontrou todas as possibilidades de atuação legal no Partido Socialista Argentino. Havia chegado a um acordo com a social-democracia argentina, assim se desprendia a última peça do marxismo que podia permanecer. Conseguem concorrer às eleições conformando o PST. A ditadura do proletariado foi substituída por vagas consignas de

“Governo operário e popular” que “assegure a libertação nacional e a construção revolucionária do socialismo”. Chamou à construção de um “polo operário”, no qual todo operário autêntico podia ser incluído na cédula eleitoral (“aproveitem de nossa legalização jurídica”).

Um ano depois, quando assumiu Cámpora, o PST, com o dirigente Coral à frente, deu apoio crítico às medidas do governo, com a justificativa de sempre e quando fossem a favor do operário. O SU reivindicou apoio crítico ao novo governo, definindo-o como uma “consequência de grandes mobilizações de massas e das valentes ações da vanguarda”. A referência era explícita ao PRT-ERP. Assim se percebe como as linhas fundamentais de atuação não tinham diferença de fundo. A política do morenismo e do pablismo foi dois desvios do trotskismo.

A tendência majoritária do SU, em vez de autocriticar-se por suas posições diletantes, apresentou em 1973 um novo documento sobre a América Latina para o X Congresso, em 1974. Defendeu que a estratégia da luta armada para tal situação foi correta. “Sem uma preparação sistemática do armamento das massas, todo projeto de luta pelo poder contra o ‘partido militar’ das burguesias latino-americanas é irresponsável e se converte em uma armadilha sangrenta”. O papel do nacionalismo burguês (Perón



na Argentina, Ovando, na Bolívia, Velasco Alvarado, no Perú, etc.) nem sequer foi mencionado, o que desarmava politicamente as suas seções que deviam centrar-se exclusivamente no “armamento das massas”. Por sua vez, o PRT (O Combatente) com a formação do ERP sintetizou tudo o que deveria ser feito pela maioria do SU na hora de construir o partido. A crítica que faria poucos meses o PRT à Internacional passaria despercebida. “*Por que nos separamos da IV Internacional?*” É o documento elaborado por Santucho onde a Internacional é acusada (retomando críticas estalinistas) de estar integrada por “aventureiros contrarrevolucionários” e de “carecer de orientações corretas relacionadas com a luta armada”. Assim, concluía toda uma política estranha ao método marxista.

Para os pablistas, os grupos esquerdistas da América Latina, como o MIR no Chile, PRT argentino, ELN boliviano, Vanguarda Revolucionária no Perú, Tupamaros uruguaios, FALN na Venezuela, etc., “*sob a influência da experiência cubana, dos textos de Che, e também com frequência das teses do movimento trotskista, assim como de sua própria experiência de luta, se pronunciaram, ao longo dos anos 60, por uma estratégia de revolução permanente*” (“Revolución Permanente en América Latina” G. Rossi 1974). Tais disparates eram afirmados pelos teóricos do SU.

Na Argentina, em março de 1974, o PST participou junto com outros 7 partidos (UCR, PRC, PSP, PI, UDELPA, PDP e o PC) no chamado “bloco dos 8”, de uma reunião com Perón, na qual se elaborou um documento comum “*em defesa das instituições*”. O PST o caracterizava como “*um verdadeiro ‘contrapeso democrático’ da ofensiva direita do governo; que se caracterizava justamente pela utilização sistemática das ‘instituições’ contra o movimento operário*” (“Historia del Trotskismo”, p.260). As refutações posteriores do jornal - três meses depois de ter publicado em... no mesmo jornal! - e a tergiversação da história pouco importam. O PST se repetiria como farsa poucos meses depois, em uma reunião com Maria Estela Martínez de Perón (Isabelita). Sustentou a mesma atitude miserável de esforçar-se pela “*institucionalização*”. O mesmo Perón que havia criado a *Tríplice A* e seus continuadores, como Isabelita, eram indicados pelo morenismo para restabelecer a figura da institucionalidade burguesa. Depois da morte de Perón, quando Coral, representando o PST, integra a “Multisetorial”, dizendo que lutariam “*pela continuidade deste governo, porque foi eleito pela maioria dos trabalhadores argentinos e porque permite o exercício de algumas liberdades democráticas*” (A.S. 15 de Octubre de 1974).

Em junho/julho de 1975, a classe operária alcançaria um altíssimo nível político-organizativo com as greves operárias e as Coordenações Interfábricas. Sem entrar em detalhes (ver artigo correspondente), é preciso indicar que atitude teve o PST frente às mesmas. “*Que renuncie a Presidente e os Ministros. Que o Congresso convoque uma constituinte. Um sindicalista (do Partido Justicialista, NDA) para a presidência interina*”, assim se expressava o antimarxismo, com essa frieza defendiam a sua política. Em novembro do mesmo ano, com o assassinato do oficial Rolando Sileoni (Diretor de inteligência do Ministério da Defesa) chegou a defender a solidariedade “*com a dor de seus familiares e colegas*” (A.S. 19/09/1975). É difícil encontrar uma passagem tão vergonhosa como essa, que serviu aos inimigos do proletariado, na história do trotskismo. Posteriormente, haveria uma intervenção na Multisetorial convocada pelo governo em ruínas: “*nós consideramos que é positivo o início deste tipo de reuniões*”. Embora o golpe fosse preparado abertamente, o

PST não foi capaz de denunciar esta política de ocultamento, de confiança nos setores da burguesia. Não pôde sentir o mau cheiro da farsa democrática, quando compartilhava o mesmo recinto com ela. Como veremos, menos ainda puderam sentir o cheiro da ditadura militar quando esta foi posta em suas narinas. O papel que o PST cumpriu foi o de “conter a luta de classes e manter o movimento operário nos estreitos limites da democracia burguesa” (“Curso de formación política colectiva: La IV Internacional”, POR Sección Argentina).

Diante da inevitabilidade do golpe militar, o PST ainda duvidava do mesmo: “*O peronismo já não é mais útil. Será liquidado agora mediante um golpe de estado, como é vox populi enquanto escrevemos esta nota, ou se esperará uns meses para consegui-lo eleitoralmente, como quer Balbín?*” Tudo isto escrito em 21 de março de 1976, isto é, 3 dias antes do próprio golpe. O que para qualquer observador mediano era “vox populi”, para o PST ainda existia a possibilidade eleitoral. Esta possibilidade, como linha de atuação política, continuará sendo mantida ainda com o golpe militar. O morenismo não percebeu a crueza do golpe e de seu caráter ultra-reacionário até vários anos depois. A miopia política o privou de uma caracterização que se desprendia inclusive da própria perseguição e extermínio que sofriam os seus militantes. Toda posição política tem o seu corolário prático. Esta cegueira política conduziu abnegadas camadas de militantes aos mais desastrosos resultados.

Ao mesmo tempo, contrariando as posições sustentadas pelo PST, Política Obrera afirmava: “*Nenhuma ilusão fora da mobilização operária, nenhuma confiança nos partidos patronais nem na burocracia, nem nas Multisetoriais burguesas como defendem os foquistas e reformistas. A preparação golpista, que ameaça arrancar pela raiz as conquistas operárias e democráticas deve ser a oportunidade para reconstruir a frente única de toda a classe operária, quebrada pela burocracia ao estatizar os sindicatos*” (Prensa Obrera, nº256, “Cómo luchar contra el golpe” 16/02/1976).

Na sequência dos desastres que levaram a sua política no IX e X Congressos, a maioria do SU (TMI) teve de expressar que “*era falso e ilusório tentar ganhar às novas correntes revolucionárias por meio de uma estratégia que tomava a forma de uma conquista pelo exemplo (das ações armadas)*”. Essa foi toda a conclusão tirada de anos de política liquidacionista. Assim, tão longe podia ir a IV Internacional, assim tão hipócrita podia ser... assim, de imediato, ao mesmo tempo, seria varrida do cenário político. “*Os pablistas (...) confundiram a atividade de grupelhos armados com a insurreição e a apresentaram como ‘a única via possível para a libertação da América Latina’*” (“Contribución a la historia política de Bolivia”, G. Lora, p. 472).

A Ditadura Militar de 1976

A atividade de Política Obrera durante a ditadura se baseou na preservação de sua militância, da correta caracterização do momento que se vivia e da passagem de boa parte da mesma à clandestinidade. Acompanhou quase desde o primeiro momento a atividade dos movimentos de desaparecidos e presos. Inclusive, chegou a realizar enormes campanhas contra a detenção de presos políticos, entre os quais o caso mais ilustrativo foi o de Pablo Rieznik, naquele momento militante da UJS, sequestrado em 1977. Fruto da mobilização, foi posteriormente libertado.

O PST chegou a afirmar que “*em linhas gerais se tem respeitado os delegados operários. Mas algumas prisões, algumas demissões,*

certas ameaças e a persistência de um terrorismo de ultradireita, cuja autoria não foi esclarecida, deixam em aberto a possibilidade de uma perseguição generalizada contra o ativismo operário” (“Cambio” maio de 1976).

“La Yesca”, outro jornal editado pelo PST durante a ditadura militar, disse que a “ditabranda” de Videla, era “a ditadura mais democrática do Cone Sul”. Anos mais tarde, em meio ao boicote que muitas organizações a nível internacional fizeram ao Mundial de Futebol de 1978 em plena ditadura (boicote inclusive de renomados jogadores de futebol, como por exemplo do holandês Johan Cruyff), o PST via como algo progressivo que “A esposa do presidente Videla também participou deste fato positivo e de grande avanço da mulher. Ela também foi ao campo” (“Opción”, julho de 1978). O boicote foi visto como uma “tática equivocada e utópica pelos exageros e impressões sobre a realidade repressiva que sofremos”.

Em meados de 1977, Política Obrera realizou o seu segundo Congresso. Caracterizou que “o golpe militar de 24/03 constitui um movimento de reação política, pois sua função é liquidar o ascenso revolucionário iniciado em 1969 e cujo ponto mais alto teve lugar em junho/julho de 1975. (...) A vitória do golpe significou uma importante derrota política da classe operária, pois foi alterado seu ascenso político e provocou a perda de grandes conquistas e do direito de organização”.

Durante as discussões prévias a III Conferência de 1977 do CORQI, a OCI francesa de Pierre Lambert (que dava cada vez mais mostras da aproximação com o revisionismo da LCR francesa) utilizou uma manobra contra Política Operária. A OCI defendia, mediante uma atitude de sectarismo incurável, que os sindicatos eram burgueses e por isso deviam ser destruídos. Com esta manobra, se propunha a capitalizar a IV Internacional em seu proveito, e assim possibilitar a unificação com o Pablismo. O trotskismo revisionista, alheio à concepção de partido-programa, buscou sempre de maneira desesperada o número de militantes, em detrimento da delimitação política. O desespero pequeno-burguês do crescimento quantitativo é comum entre aqueles que se autoproclamam de trotskistas. Deixam de lado, abandonam, evitam a clarificação estratégica e a elaboração programática. PO foi acusada em 1978 pela OCI de “agente do fascismo, cães de guarda de Videla e Pinochet”. A participação do POR, sob a direção de Guillermo Lora, estabeleceu o conteúdo político de classe destas espúrias acusações contra o PO, defendendo a ruptura imediata com o CORQI.

Enquanto isso, um congresso do PST, em 1980, elaborou finalmente uma revisão de toda a linha partidária. Pequenos esboços haviam sido desenvolvidos em um documento de 1978, onde se recharacterizava a ditadura militar como “bonapartista de características ultra-reacionárias”, devendo considerar na luta contra esta a “burocracia sindical como nosso principal aliado”. A partir do Congresso do partido, se colocou pela constituição de uma “frente cívica” em defesa da constituição de 1853, consigna extraída das fileiras do radicalismo.

Desprezível foi a atitude em 1981 quando defendeu que durante a ditadura militar havia faltado a consigna de anistia. Tal infortúnio foi imediatamente repudiado pelas organizações de direitos humanos (“nem esquecimento nem anistia, aparecimento com vida”). Faziam essa defesa novo jornal chamado... “Anistía”. Como não podia ser de outra maneira, não tardou a desaparecer. Pode-se afirmar que o morenismo não tem dado absolutamente nada ao movimento revolucionário (mais que

tergiversações e revisões programáticas que o afastam justamente do marxismo). Estamos seguros de seu nefasto papel como teórico da linha política que recorria a Alfonsín (“ponto final” e “obediência devida”) e Menem (com o indulto).

Previera-se um ascenso das massas no ano de 1982. A classe operária reafirmava o seu lugar de protagonista na luta contra a ditadura militar. A crise econômico-financeira levou a uma grandiosa mobilização contra o governo de fato instaurado em 24/03/1976. Política Obrera se posicionou em sua imprensa pelas “manifestações de massas e greves ativas para acabar com a miséria e a ditadura”, prognosticando “uma crise maior do governo, incluída a caída de Galtieri”. Esta mobilização aconteceu em 30/03/1982. A desesperada política da ditadura militar a respeito da Guerra das Malvinas lhe daria um último sopro de ar, ao mesmo tempo que a derrota acelerou o processo de liquidação



da ditadura militar.

A queda de Galtieri, posterior à derrota nas Malvinas, com a consequente mudança de comando, com Bignone à frente da ditadura militar, gerou uma nova política nas fileiras do morenismo. Foi Moreno quem destacou este fato como “uma revolução democrática triunfante” com a possibilidade de lutar diretamente por “impor uma revolução socialista do tipo de outubro”. Nahuel Moreno acrescenta: “a chamamos de revolucionária, porque como toda revolução democrática, derrota um regime contrarrevolucionário ou reacionário, para impor uma etapa de amplas liberdades democráticas, que abre a perspectiva de conseguir postos governamentais por meio das eleições” (“Argentina, una revolución democrática triunfante”, N. Moreno, ano 1983). O daltonismo político foi uma característica inconfundível do farsante Moreno durante a ditadura militar argentina.

A consequência de todos estes desvios dos morenistas e pablistas, autodenominados continuadores da IV Internacional, foi o desarmamento político e organizativo da classe operária. A nula capacidade de prognosticar situações da luta de classes e o vergonhoso seguidismo ao democratismo burguês ainda hoje são uma constante. A superação da crise histórica de direção não será com estas organizações, mas sim sobre elas, sobre seu revisionismo, sobre sua superação ideológica, combatendo suas posições pequeno-burguesas. Reivindicamos, portanto, a história do POR, sua consequente luta contra toda tendência que quis fugir da elaboração do programa. Luta paciente e persistente contra todas as tentativas de percorrer atalhos nesta árdua tarefa de reconstruir a Quarta Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista.

A importância da luta dos organismos de “direitos humanos”

O relevante papel político dos diversos organismos de “direitos humanos” na Argentina - antes, durante e depois da ditadura genocida de 1976 - destaca-se como parte da luta dos explorados pela identificação e punição aos assassinos e torturadores. Sua importância na apuração do terrorismo de Estado e na punição aos responsáveis expressou a luta da população contra os crimes do Estado burguês. E serviu de apoio ao combate em outros países contra os genocidas de América Latina.

O balanço do golpe militar, da resistência, da decomposição da ditadura e do massivo movimento por responsabilizar o Estado pelos 30 mil mortos e desaparecidos exige o reconhecimento do lugar dos organismos de direitos humanos, suas contribuições e contradições.

Projeção e surgimento dos diferentes organismos de “direitos humanos”

Com a instauração da ditadura em 1976, os direitos democráticos, civis e políticos foram abortados. As garantias constitucionais, jurídicas e legais foram submetidas à justiça militar ou diretamente negadas pelo avanço do terrorismo de Estado. Em condições de violência contrarrevolucionária, de esmagamento em sangue das tendências combativas da classe operária, de intervenção militar nos sindicatos, de brutal repressão contra o movimento estudantil e popular, projetaram-se os organismos de “direitos humanos”.

A LADH (Liga Argentina pelos Direitos do Homem) foi criada em 1937, como resultado da ação jurídica coletiva de um grupo de advogados que representava presos políticos e vítimas de perseguição ideológica por parte do Estado.

O SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça) foi formado em 1974, por um grupo de advogados ligados à Igreja Católica e à Teologia da Libertação.

A APDH (Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos) surgiu em 1975 como resposta ao terrorismo de Estado e à ação da Tríplice A. Trata-se de uma Associação Civil formada por advogados, dirigentes de partidos políticos de esquerda e representantes sindicais, focada em organizar ações legais e denúncias políticas em face dos sequestros, torturas e assassinatos realizados pelo Estado e seu aparelho repressivo. Formou-se ao redor do objetivo de promover os “direitos humanos” e o respeito aos princípios e direitos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Nacional.

Em fevereiro de 1976, padres e pastores, junto a bispos da Igreja Católica e Protestante, formaram o MEDH (Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos) para acompanhar os familiares e as vítimas do terrorismo de Estado. Contava com o apoio do Conselho Mundial das Igrejas.

Depois do golpe militar, surgiram novos organismos. Iniciava-se um período histórico que imporia novos objetivos e métodos de trabalho aos organismos de “direitos humanos”. Na cidade de La Plata, surgiu uma seção da APDH dedicada a reunir informação e desenvolver medidas legais para esclarecer o destino dos detentos e desaparecidos pela ditadura.

Em meados de 1976, forma-se a Associação de Familiares de Desaparecidos e Detentos por Razões Políticas, que tinha por objetivo organizar os familiares dos presos e desaparecidos. Será essa associação o primeiro organismo de “direitos humanos” a se reu-

nir com uma delegação de Anistia Internacional e que realizará a primeira denúncia do terrorismo de Estado de alcance internacional. Além disso, realizavam manifestações públicas e apresentavam notas públicas em jornais e embaixadas, assim como medidas jurídicas coletivas. Sua primeira manifestação pública foi brutalmente reprimida: 350 familiares de desaparecidos e detentos, assim como jornalistas estrangeiros, foram presos.

Em 8 de dezembro de 1977, foram sequestrados onze dos integrantes de Mães da Praça de Maio, dentre eles a presidenta da organização recém criada, Azucena Villaflor, duas mulheres que tiveram uma intervenção decisiva na constituição do movimento: María Ponce de Bianco e Esther Ballestrino de Careaga, e duas freiras francesas. Em 30 abril de 1977, havia se fundado a organização Mães da Praça de Maio, como resultado da organização das mães de militantes desaparecidos (embora vinham ocupando a Praça há vários meses). Seu lema “Aparição com Vida” simbolizou a luta contra a ditadura pelo esclarecimento do paradeiro dos detentos-desaparecidos.

Esse mesmo ano, em outubro, formou-se a Associação Civil das Avós da Praça de Maio, focada na busca e restituição dos filhos de desaparecidos nascidos nos centros clandestinos de detenção.

O CELS (Centro de Estudos Legais e Sociais) constituiu-se em fins de 1977 e objetivou realizar ações legais, jurídicas e institucionais rápidas para denunciar as violações aos “direitos humanos”, documentar sobre os casos de terrorismo de Estado, organizar um arquivo sobre casos de tortura, sequestros e desaparecimentos e proporcionar ajuda jurídica e legal aos familiares dos presos e desaparecidos.

“Julgamento e Punição”

Por iniciativa do governo de Ricardo Alfonsín (1983-1989), a poucos dias de assumir a presidência, em dezembro de 1983 se formou a CONADEP (Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas). Realizou um informe que demonstrou o genocídio e a política sistemática de desaparecimentos de pessoas promovida pelo terrorismo de Estado. O que, em um contexto de aumento de ilusões democráticas, de manifestações de massas e de ódio popular contra a miséria, a pobreza e o desemprego, resultantes das medidas econômicas da ditadura, e das contínuas manifestações massivas dos organismos de “direitos humanos”, projetaram o informe da CONDAEP.

Essas circunstâncias ajudariam, por sua vez, consolidar uma base social para impulsionar os julgamentos contra os genocidas e as denúncias contra a impunidade do Estado e suas instituições. É nesse marco que surge a consigna de “Julgamento e Punição”, que expressava a vontade de punir aos responsáveis da ditadura, chocando com a política dos partidos burgueses e a Igreja, que pretendiam a impunidade dos genocidas.

Nesse período surgem organismos não estatais, dentre os quais um dos mais destacados é o EAAF (Equipe Argentina de Antropologia Forense), impulsionado pelas organizações de “direitos humanos”. Trata-se de um grupo de cientistas que aplica a ciência forense na investigação dos casos de repressão e violação dos “direitos humanos”. Fundado em 1984, tem por objetivos recuperar e identificar os restos mortais dos desaparecidos e as vítimas do terrorismo de Estado, a restituição de seus restos aos familiares, ex-

por evidência nos processos penais e, finalmente, formar e treinar equipes forenses de outros países.

O avanço da impunidade impulsiona mais uma vez a luta pelos “direitos humanos”

O aquartelamento de algumas frações da hierarquia e dos quadros médios das Forças Armadas (o primeiro na Páscoa de 1987, dois em 1988 e o quarto dos chamados “cara-pintadas” em 1990) tinha como objetivo deter os julgamentos aos repressores e que se garantisse a impunidade tal como a prometida pelo governo.

Todos os partidos burgueses e também o PC (Partido Comunista) e o PS (Partido Socialista) assinaram em 1987 a “Ata de Compromisso Democrático”, reconhecendo as exigências dos militares de que havia níveis diferentes na responsabilidade da repressão, aderindo às bases dos Indultos, a Lei de Obediência Devida e do Ponto Final.

Os partidos da burguesia não pretendiam desarticular as estruturas repressivas que necessitavam manter erguidas como um instrumento de controle e de repressão social. A direita peronista, por sua vez, pressionava para que não se apurassem os crimes dos anos 70.

Por outro lado, as apurações e denúncias, dos organismos começaram a estabelecer os elos de responsabilidade de setores civis com o golpe e o terrorismo. Vinha à luz do dia as relações econômicas e políticas de empresários, juízes, funcionários, sindicalistas e de civis sob a ditadura.

A evidência da permanência dessas estruturas e de seus agentes no Estado, em um quadro de crise econômica (1989), de recomposição do movimento operário e popular e de avanço das manifestações de massas, serviu para dar novo impulso aos organismos de “direitos humanos”.

Diante da cumplicidade evidente dos governos, as instituições e os partidos, foi necessária a radicalização de vários organismos, sua influência de massas e sua coordenação com movimentos populares e sindicais, estabelecendo uma unidade de ação contra os governos e as instituições que garantiam a impunidade do aparelho repressivo. É nesse processo que os grupos mais radicalizados adotaram a bandeira “Se não há Justiça, há Escrache”, como HIJOS (Filhos pela Identidade e a Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio), ou as Mães da Praça de Maio. Ambos os organismos colocar-se-iam à frente denúncias que apontariam os governos, os empresários e os funcionários cúmplices e os beneficiários do terrorismo de Estado. Tal avanço permitiu, por sua vez, que as manifestações pelo “Julgamento e Punição” adquirissem caráter de massas.

Perante a impossibilidade de submeter o movimento encabeçado pelas Mães da Praça de Maio, o governo lançou a proposta de pagar uma “reparação”, uma indenização aos familiares de desaparecidos, com a vontade permanente dos governos de acabar com a luta, de pôr um ponto final. Essa medida gerou um grande debate e enfrentamento nos organismos e também nos partidos de esquerda. O setor mais politizado rejeitou as indenizações dizendo que “a vida de nossos filhos não tem preço, não reclamamos nem um tostão do Estado terrorista, o que queremos é a punição a todos os culpados”.

Quando aconteceu o infantil ataque guerrilheiro em La Tablada, no início de 1989, acompanhamos as Mães da Praça de Maio, que denunciavam a repressão e exigiam a liberdade de todos os presos. Não reconhecíamos nenhuma autoridade do Estado em reprimir, ou deter os militantes do MTP (alguns foram detidos e logo assassinados). Poucos organismos tiveram a dignidade de defender os

presos e exigir que se apurasse a repressão. Os morenistas chegaram ao absurdo de enviar telegramas de condolência aos militares feridos ou mortos na ação.

É essa atitude de princípios diante do Estado, é a atitude de recorrer sempre à ação, às mobilizações, a ligar-se com as lutas operárias, camponesas, o que deu o impulso fenomenal às Mães da Praça de Maio, a tornar-se uma referência revolucionária, por seus métodos, pela sua intransigência, perante o pacifismo e o eleitoralismo que ia ganhando cada vez mais à esquerda.

Não esquecemos a atitude de defesa dos presos da ETA e de tantos presos e perseguidos políticos do mundo, nem a discussão que abriu na ocasião dos atentados às Torres Gêmeas (EUA).

A fraqueza da esquerda e a inexistência do partido revolucionário fizeram com que não se capitalizasse essa extraordinária experiência, que chegou até convocatória do 1º de Maio, na Praça, com as bandeiras e a música da Internacional.

O que se denomina genericamente como movimento de “direitos humanos” permitiu uma diferenciação daqueles setores que se chocavam abertamente com o Estado e apelavam aos métodos de ação direta, apesar das ameaças, os atentados, as calúnias, as pressões e as medidas para isolá-los.



Sobre os traços progressivos e as contradições do movimento

A mobilização de massa, as denúncias e a politização dos organismos permitiram a unidade dos movimentos ao redor da luta democrática por “Julgamento e Punição”. Ao mesmo tempo que a crescente impunidade protegia a estrutura repressiva, impulsionava as manifestações de rua contra os genocidas e contra as instituições.

A cada passo do governo para garantir a impunidade dos crimes, era seguido de passos à frente dos movimentos, que tiveram um caráter enormemente progressivo, que serviram de canal de mobilização das massas contra a impunidade e os crimes cometidos pelo Estado burguês.

Esse desenvolvimento projetou-se posteriormente na América Latina. Ajudou constituir um movimento de “direitos humanos” internacional. Como reflexo desse processo, juízes e organismos de outros países começaram exigir a extradição de genocidas e seu julgamento internacional por crimes de “lesa humanidade”.

Suas denúncias internacionais serviram de marco para estabelecer a relação e coordenação repressiva que houve entre as ditaduras do continente. O Plano Condor foi, assim, amplamente conhecido pelas massas. Essa tarefa realizada servirá, anos mais tarde, à consolidação de organizações de “direitos humanos” com uma marcante política antiimperialista e politicamente radicalizadas.

Os movimentos foram acompanhando o desenvolvimento da luta de classes no país e na América Latina; na Argentina, foram também um estímulo a essa luta. A crise política nos anos 1980, a resistência das massas contra as medidas de ajuste dos governos e as periódicas crises econômicas ajudaram os organismos e militantes a se aproximarem das lutas operárias e populares, que buscavam apoio nos organismos mais combativos.

Isso explica por que a defesa dos sindicatos contra a repressão, a denúncia contra a burocracia traidora e cúmplice da ditadura e o apoio às manifestações e reivindicações da classe operária foram se estendendo entre os organismos.



É importante diferenciar a política dos organismos, a exemplo da APDH, dominados pelos partidos da ordem burguesa, não tiveram influência entre as massas, embora estivessem integrados por figuras políticas muito conhecidas. Esse organismo negou-se expressamente a tomar a defesa de lutadores operários perseguidos pelos governos “democráticos”, como continuação de sua política miserável diante a ditadura. Em agosto de 1976, a APDH convidou Videla a participar de um seminário sobre direitos humanos e, embora o ditador não comparecesse, enviou uma carta de saudação à iniciativa. A APDH respondeu, por sua vez, com nova carta datada em 10 de dezembro desse mesmo ano: *“por ocasião do início de sua jornada sobre direitos humanos, o Conselho da Presidência da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos teve a honra de se dirigir a vossa Excelência dando-lhe conhecer a natureza e propósitos de nossa ação, convidando-o a participar na inauguração desta jornada. Sua amável resposta de então, senhor Presidente, confirma seu interesse e preocupação, frequentemente reiterada, por este problema de transcendental importância, pois não há dúvida de que o reconhecimento e a vigência dos direitos humanos da pessoa marcam o nível do desenvolvimento humano e institucional do país”*. Dentre os assinantes desse documento estavam o ex-presidente Raúl Alfonsín, Oscar Allende (Partido Intransigente-PI) e a socialista Alicia Moreau de Justo (PS).

É necessário diferenciar também os organismos que acompanharam às “Mães” e “Famíliares” a ganhar as ruas e as Praças nas piores condições repressivas. E aos organismos que não duvidaram em pôr seus advogados para apresentar os Habeas Corpus, que visitaram os cárceres, que denunciavam os tormentos e as desaparecimentos, sem se importar a qual organização as vítimas pertenciam.

Todos eles são vitais, imprescindíveis, para a luta revolucionária. Com seus erros e suas limitações políticas, pelas organizações políticas às que pertenciam ou por terem sido empurrados à luta sem nenhuma preparação previa, sem experiência.

As palavras de ordem que erguiam o movimento se chocavam profundamente com a estrutura do Estado burguês, que não po-

deria satisfazer as exigências. Uma das consignas mais potentes “Aparecimento com vida”, denunciava que os trouxessem com vida, porque foram sequestrados e que a grande maioria não morreu em confrontos. *“Com vida os levaram, com vida os queremos”* não podia achar resposta dentro do regime, nem sob a ditadura, nem sob a democracia.

O movimento transformou-se em um verdadeiro tribunal. Perante o vácuo da Justiça e a impunidade que reinava, os assassinos não podiam sair de suas casas, estavam presos onde foram, suas faces e seus nomes eram divulgados maciçamente e denunciados seus crimes. Foi esse poderoso movimento que obrigou o Estado a processar centenas de militares, a condená-los e irem preso, contra a vontade da burguesia. Videla morreu no cárcere comum. É a sua vitória.

Esse enorme movimento ajudou abrir o caminho para que a classe operária venha a completar a punição aos genocidas. Destruindo seu Estado, expulsando o imperialismo, expropriando a classe que ordenou a guerra contra os trabalhadores, contra os oprimidos, contra a juventude. Assim, se imporá a Justiça final, a punição definitiva à classe responsável de todos os crimes da história contra os trabalhadores. Essa tarefa só poderá ser levada a diante pela classe operária.

A enorme fraqueza política da classe operária, a ausência de seu partido revolucionário, como dizíamos, não pôde impedir a manobra do kirchenrismo.

Diante do levante popular de 2001-2002 e a bancarrota do Estado, *“que se achava em chamas”*, viram-se obrigados a fazer *“outra política”*. Fizeram demagogia com as bandeiras do movimento e tomaram em suas mãos algumas das medidas que o movimento reivindicava, fazendo-lhe crer que estavam diante de um *“governo amigo”*. Assim, alguns organismos como Mães, Avós de Praça de Maio e FILHOS da Praça de Maio perderam independência perante o Estado, somaram-se a atividades políticas do governo e calaram-se diante de suas medidas repressivas. Situação que gerou novas divisões e enfrentamentos em seu seio.

É público o afastamento da filial Alto Valle (Alto Vale, nos estados de Río Negro e Neuquén) de Mães, assim como FILHOS que mantiveram sua *“independência”* ao assinalar os governos burgueses como expressão e continuidade de instituições que, no essencial, mantiveram as estruturas repressivas criadas pela ditadura.

Conclusão

A vanguarda não pode desconhecer que os movimentos de “direitos humanos” tiveram e ainda poderão ter um papel distintivo e central nas lutas democráticas. Essas conquistas expressam a mobilização de massas contra a impunidade e os crimes do Estado burguês. Os revolucionários são obrigados a intervir no seio dos movimentos democráticos e dos “direitos humanos”, para desenvolver a política da classe operária, ajudando-o a superar todas as limitações.

O proletariado não se aproveitará das instituições da burguesia, nem seus métodos jurídicos. O Julgamento e punição contra seus verdugos serão exercidos pela própria classe operária e os oprimidos, sem necessidade de órgãos ou instituições “especiais”. Nisso se resume a bandeira dos Tribunais Populares.

A luta contra a impunidade, o terrorismo e a repressão do Estado burguês, por parte do proletariado, passa pela ação direta, a autodefesa e a formação das milícias operárias. Sobre essa base se assentará o edifício organizativo dos Tribunais Populares. O que exige que a classe operária se torne independente ideológica, política e organizativamente da burguesia, construindo seu partido-marxista-leninista-trotskista.

Sob os governos kirchneristas, continuou a repressão

O governo kirchnerista foi produto das massas, que tremeu o Estado burguês. Não para desenvolver as tendências mais profundas do movimento que reivindicava “*que se vão todos*”, mas para pagar o incêndio, isto é, recuperar as instituições, o Estado, para o controle dos políticos e dos partidos patronais.

Isto explica o porquê da virada política. Era necessária outra diretriz para conter, apaziguar e desviar a fúria popular. O novo governo, com escassa legitimidade eleitoral (só alcançou 22% dos votos nas eleições de 2003), necessitava adotar uma política que diferenciase os governos anteriores. É por isso que muda os comandos militares, modifica a Corte Suprema de Justiça, restabelece as negociações paritárias, se reúne com os organismos de “direitos humanos” e trata de utilizar dessa causa que se chocou com os governos anteriores.

A esse quadro, soma-se o Congresso da Nação, em 2003, que declara nulas as leis do Ponto Final e Obediência de Vida. Alguns juízes passaram a declarar inconstitucionais os indultos referentes aos crimes de lesa humanidade e reabrem os casos. Em 15 de junho de 2006, a Câmara de Cassação Penal, o mais alto poder judicial da Argentina, considerou que os indultos a crimes de lesa humanidade eram inconstitucionais. Em 31 de agosto de 2010, a Corte Suprema de Justiça confirmou sentenças de tribunais inferiores, afirmando que os indultos não foram constitucionais e as condenações anuladas deviam agora ser cumpridas.

Até dezembro de 2015, houve 662 condenações e 60 absolvições. De todas as condenações, somente 38% foram de pena máxima, que é a prisão perpétua. 31,5% receberam sentenças que foram de 3 a 15 anos de prisão; 27%, entre 15 e 25 anos. Muitos indiciados morreram durante o processo.

Dos 925 processados atuais por delitos de lesa humanidade, 383 estão em liberdade e 542, em prisão preventiva. Dos 542 com prisão preventiva, 224 gozam de prisão domiciliar. Há 48 que vivem clandestinamente, dos quais 1 recebeu a condenação no momento em que fugia.

Estas punições e sentenças são uma conquista dos movimentos de direitos humanos e toda a população, que não podem ser atribuídos aos governos kirchneristas.

É fundamental não deixar que o kirchnerismo se aproprie da bandeira dos direitos humanos, quando se caracterizou pela repressão ao protesto social.

O governo de Kirchner sancionou as leis 26.733 e 26.734 “antiterroristas”, dizendo que não serão aplicadas contra o protesto social. Nos protestos populares contra a mineração imperialista, no entanto, se aplicou a Lei contra militantes populares. E se aplica a força policial para desalojar os moradores em luta, para defender o sagrado interesse das multinacionais e explorar o solo argentino. O discurso oficial diante dos protestos piqueteiros continha os termos dessas leis.

Os processos não apenas não foram suspensos como milhares de ativistas arcaram com novos processos legais como produto da criminalização do protesto social e como método de perseguição ao ativismo.

O kirchnerismo colocou à frente da Secretaria de Segurança da Nação Sérgio Berni, especializado em reprimir os protestos com bala de borracha, com provocações, com infiltrados (como nos protestos de Lear). A repressão brutal contra os trabalhadores da “60”, na Panamericana, em meio à campanha eleitoral, permanecerá como lembrança dos últimos meses de Cristina Kirchner no governo, que sequer respeitou os protocolos de repressão adotados por seu governo. Na greve mineira, no Rio Turbio, em 1994, (quando Kirchner governava a província de Santa Cruz), tinham se infiltrado como mé-

dico para supervisionar a saúde dos grevistas e passava ao governo as ações que os trabalhadores planejavam.

Colocou à frente das Forças Armadas o general Milani, conhecido por sua participação direta na repressão, acusado pelo desaparecimento do soldado Ledo, em junho de 1976, pela prisão ilegal de Pedro Olivera, em La Rioja, em 1977, e pela transferência de seu filho de uma prisão que funcionava como centro clandestino.

O general se vangloriava de só reprimir quando necessário e alentava a atuação dos bandos de lúmpens contratados pela burocracia para enfrentar os trabalhadores.

O assassinato do companheiro Mariano Ferreyra, militante de PO, pelos bate-paus contratados pela União Ferroviária, dirigida por Pedraza e pela direção do sindicato, que aderiram ao kirchnerismo. Estiveram presentes no ato do Dia da Lealdade, alguns dias antes do ataque. Pedraza defendia seus negócios privados, ou seja, a contratação precária de trabalhadores ferroviários para a Ferrocarril, em cumplicidade com o governo.

Sob o kirchnerismo se implantou o projeto “X” por parte da Guarda, que se infiltra nas mobilizações para filmar, anotar dados, identificar os dirigentes e persegui-los.

Por duas vezes, o companheiro Jorge Júlio López desapareceu em razão de ser testemunha contra Miguel Etchecolatz. O governo se pôs a investigar o caso na mesma força suspeita de sequestrá-lo. No entanto, não seguiram as pistas e fizeram de tudo para prolongar a busca. Até hoje não se sabe o que ocorreu com o companheiro sequestrado em 18 de setembro de 2006.

Não se investigou o Massacre da Ponte Pueyrredón, na qual estiveram envolvidos a polícia municipal, a federal, a guarda, a prefeitura, o governo nacional e estadual e os serviços de inteligência.

Não apenas não se desmantelaram os serviços de inteligência, como os mantiveram. Não se denunciou que vários estados têm acordos com a DEA e FBI. Permitiu-se que a unidade de fiscalização sob a responsabilidade de Nisman trabalhasse com serviços de inteligência locais dos Estados Unidos e de Israel, e que consultasse a embaixada dos Estados Unidos sobre os passos a seguir.

Em Las Heras toda zona foi militarizada e montaram farsas contra vários companheiros pela morte do oficial Sayago, quando reprimia brutalmente os petroleiros, em fevereiro de 2006. Três trabalhadores foram condenados à prisão perpétua, acusados pela morte de Sayago. E outros acusados por “coação agravada”.

Durante anos, se levou adiante uma brutal repressão, com vários mortos, contra a comunidade Qom la Primavera, em Formosa, por parte do governo de Formosa, Gildo Insfrán, firme aliado do kirchnerismo, quem se somou à repressão quando acamparam em Buenos Aires, negando-se o governo a recebê-los. A repressão incluiu balas de borracha, gases lacrimogênicos, polícia montada, queima de moradias e dezenas de prisões, incluindo mulheres e crianças. Um vídeo da própria polícia mostrava como a polícia a cavalo corria golpeando com violência aqueles que fugiam e mulheres e crianças caminhando em fila, chorando, para subir no caminhão da polícia e serem detidos.

Como dizíamos anteriormente, se se avançou na punição de repressores e alguns deles estão presos é fundamentalmente pela abnegada, heroica, persistente luta popular pela punição, com as organizações de direitos humanos tendo levado uma batalha exemplar. É mérito desse poderoso movimento, quase sem igual no mundo. O fato de que muitos dos organismos tenham sido cooptados pelo governo kirchnerista não deve nos fazer perder de vista o papel que jogaram no passado, nem devemos permitir que se aproprie deles.

Nossa militância sob a ditadura

O partido revolucionário é um partido essencialmente conspirativo, sob todas as circunstâncias, porque sua estratégia é a revolução social, é destruir o Estado burguês – a ditadura da burguesia –, como única via para começar a construir o socialismo. É um partido de quadros, de militantes que se preparam para dirigir a revolução, que se profissionalizam em sua tarefa militante. É a estratégia que determina todo seu programa, que dá resposta aos principais problemas do país, dos oprimidos, e é parte do partido mundial da revolução socialista, dessa estratégia decorrem as táticas com que intervém na luta de classes.

O tipo de tarefa que vem a cumprir o partido revolucionário na sociedade condiciona sua estrutura. Esse partido se organiza em células de militantes. São essas células que abrem caminho entre as massas para dirigi-las, intervindo através de agrupamentos, sindicatos, assembleias, organizações estudantis, nos bairros, círculos de simpatizantes, etc. A estrutura de células é o que permite ao partido, baseado no centralismo democrático, adaptar-se às novas situações e dar as respostas que a classe necessita. A estruturação celular do partido não é uma excepcionalidade para determinados regimes ou sob extrema repressão, é a condição que garante um partido conspirativo, de quadros, que se prepara como um verdadeiro estado-maior da classe operária.

Nosso partido reivindica em geral a militância do partido Política Operária, do qual provieram alguns de nós, membros fundadores do POR, e especialmente a militância sob a ditadura. Política Operária percorreu um caminho desde início dos anos 70 até princípios dos anos 80 junto ao POR da Bolívia na luta pela reconstrução da IV Internacional.

Como dizíamos, o partido deve adaptar-se às novas situações. Uma organização revolucionária deve ter a capacidade de poder trabalhar na mais ampla legalidade, aproveitando todas as possibilidades para chegar às mais amplas massas com a propaganda revolucionária, como também nas situações extremas de repressão, sem se deixar paralisar, assegurando o funcionamento das células, da relação com a rede de contatos e simpatizantes, da atividade nas frentes.

A questão organizativa tinha um peso enorme, devíamos passar de uma situação de ascenso das massas, de notável crescimento organizativo e de influência no ano de 1975, com greves gerais contra o governo, a uma situação de características contrarrevolucionárias. Tivemos de fazer um rápido reajuste da estrutura organizativa.

Depois do golpe, as medidas foram extremas, porque caracterizávamos que estávamos frente a um golpe contrarrevolucionário voltado fundamentalmente contra a classe operária. Esta caracterização teve grande importância para adotar as medidas organizativas correspondentes. Não estávamos frente a um episódio transitório. E o objetivo do golpe era impor um forte retrocesso às massas. As organizações que se equivocaram pagaram muito caro o erro, não preparando suas organizações diante da feroz repressão.

A burguesia, com seus ataques e ameaças, buscava paralisar a vanguarda, isolá-la das massas, bloquear o processo de radicalização social. A burguesia combinava a ação de suas forças de segurança, seus órgãos de inteligência, com a ativação dos bandos de ultradireita. Voltamos a adotar medidas rigorosas de funcionamento e segurança, para preservar as atividades e a todos os companheiros.

A regra geral era “não se voltar à clandestinidade mais do que corresponde”, caracterizando rigorosamente as atividades e os riscos e encontrar soluções para intervir. A burguesia buscava isolar os revolucionários e nós tínhamos que nos esforçar por manter os laços com as massas, em todas as frentes de intervenção.

Nestas situações extremas, é de importância fundamental a confiança nas direções, nos responsáveis, na centralização, na disciplina, na confiança em cada companheiro, confiança conquistada com muito tempo de trabalho coletivo, postos à prova na luta de classes. Disciplina que se apoiava na profunda compreensão política das ideias e em sua discussão coletiva. Apoiava-se na democracia interna, na mais ampla liberdade em torno do programa. Era de fundamental importância manter a coesão militante diante de uma situação extremamente adversa, a pior que se havia vivido, que exercia uma pressão extraordinária. A ditadura queria fazer sentir que se havia instalado para sempre. Essa coesão se ganha nos tempos “de paz”.

É fundamental a educação da militância na consciência da presença permanente do Estado, sob qualquer forma, e que os revolucionários são seus inimigos por princípio. As formas legais e democráticas do Estado podem desarmar a militância quando não são tão visíveis as formas repressivas, intimidantes. Através de seus serviços de inteligência, de seus colaboradores, de seus infiltrados, continuam trabalhando para detectar toda atividade subversiva para golpeá-la, quando considerarem necessário e possível.

O partido devia combater toda atitude ou expressão de liberalismo pessoal ou organizativo que pudesse afetar não só a um companheiro, senão a todos os que tinham relação com ele. Tínhamos cuidado com o que falávamos, com quem e onde, para não sermos delatados. Tomávamos distância daqueles amigos ou companheiros que não entendiam que a situação havia mudado e corriam riscos desnecessários. Combatíamos duramente os boatos que geravam desconfiança e divisões pessoais. Os militantes viram suas vidas pessoais transformadas, abandonaram lugares que frequentavam, os domicílios onde viviam e as relações pessoais.

Eram imprescindíveis os álibis, os “minutos”, para poder responder sem vacilação diante de um inquérito policial, sabendo que interrogavam a quantos pudessem estar juntos um por um e examinavam prontamente se coincidiam as respostas. Devíamos conhecer estritamente o necessário para a atividade e não prestar atenção ou esquecermos dos detalhes desnecessários. Devíamos identificar os lugares que estavam disponíveis para uso e respeitar categoricamente as sinalizações para saber se estavam livres para entrar. Não havia tolerância com os horários e se faltava um companheiro, se suspendia a atividade até verificar que problema tinha ocorrido.

Muitos companheiros mudaram de bairro ou de regional, ou município, ou outro local desconhecido. E outros ocuparam seus lugares. Havia que defender a estrutura partidária para manter a atividade. Numerosos companheiros tiveram de deixar suas fábricas, ou lugar de trabalho ou estudo, se estavam muito expostos frente à patronal e à burocracia.

Tomamos consciência de que muitos companheiros ficariam transitoriamente no caminho, que não suportariam as condições de isolamento, de segurança, de clausura que impunha a situação. Só se podia funcionar em condições de extrema disciplina e cuidado e nem todos estavam preparados, não somente por medo. Não aguentavam a perda de contato com a família, com amigos, com companheiros de trabalho ou estudo, ter de mudar de casa ou de trabalho, de acostumar-se a perder o nome e se identificar somente com pseudônimos na atividade interna. Em algumas frentes, nem se conhecia quem militava ou estava relacionado com o partido, porque o trabalho estava centralizado desde fora por outros companheiros enquanto não fosse conveniente que se conhecessem entre si.

Foram feitos planos para discutir com companheiros como concretizar sua saída da fábrica, quando o risco era muito grande, às ve-

zes sem poder dar satisfação aos companheiros de trabalho. Era muito doloroso deixar a frente, depois de tantos esforços para conseguir ser eleito delegado, ou para a comissão interna, ou simplesmente um ativista reconhecido e referenciado por seus companheiros. Alguns pensavam que seus companheiros veriam sua saída como um gesto de covardia, que estavam abandonando um posto de luta, e lhes pesava ter de acatar a decisão de sair da fábrica e perder contato com seus pares.

Naqueles lugares onde se havia organizado a autodefesa dos delegados, com comissões de companheiros que os protegiam, com rotatividade de casas onde se alojar a cada dia, teve de se discutir que já não era possível sustentar esse esquema, que não havia como manter a autodefesa em condições de repressão tão extensiva e violenta como se estava desenvolvendo contra a classe.

Também fizemos a discussão com valiosos quadros operários de outras correntes para que tomassem a mesma decisão. Tratava-se de entender que os quadros operários são o que se têm de mais valioso na classe, que leva anos e décadas para se formarem, que são produto de uma seleção, são o produto da tradição, da valentia, da compreensão política, da capacidade para organizar, preparar e dirigir as lutas. Havia que se preservar tudo o que se podia dessa vanguarda para as próximas batalhas. Esses quadros às vezes são insubstituíveis, porque condensam em si mesmos uma boa parte da história da classe, ainda que não sejam completamente conscientes disso. Todos esses quadros são imprescindíveis na preparação da luta para tomada do poder pela classe operária, dirigindo a maioria oprimida.

Fechamos os locais partidários e deixamos de funcionar naquelas casas ou locais sindicais ou nos bairros onde habitualmente nos reuníamos. O objetivo era não ser uma presa fácil para a repressão. Abandonar a comodidade. Tínhamos preparado um guia para responder em caso de sermos detidos e também uma linha de atuação se os grupos para-políciais viessem a nos buscar em nossa casa ou em nosso trabalho.

Havíamos adotado previamente medidas para proteger os locais diante de qualquer tipo de ataque e restringido o uso dos locais para evitar que pudesse ser detectada toda a militância da região, quando se reunia, quem se reunia. Nós treinávamos para detectar quando estávamos sendo seguidos, para acessar os lugares de encontro, como vigiar as reuniões sindicais e a rigorosidade para selecionar os convidados, para que não se infiltrasse nenhum delator. Daquela situação de semiclandestinidade, passamos à clandestinidade. Tínhamos que limpar as casas dos militantes e os lugares de reunião, não mantínhamos nada que pudesse nos ligar com a militância.

Os lugares mais sensíveis, como onde funcionava a imprensa, só deviam ser conhecidos por uma pessoa ou um mínimo de companheiros, em lugares de extrema segurança, porque a repressão buscava detectá-los para quebrar a organização. Cuidava-se até o último detalhe para a saída da imprensa e dos materiais, não jogar os restos de papel ou de estêncil, onde comprar os materiais. A imprensa era camuflada em produtos de circulação massiva para que não pudesse ser detectada.

Controlávamos quais companheiros podiam viajar, os cuidados que havia que ter com a documentação, com os companheiros que podiam estar sendo procurados pela repressão.

O partido manteve relação com os companheiros presos, com os familiares dos companheiros desaparecidos, exilados. Assim como

com os companheiros que estavam enclausurados e não podiam sequer sair às ruas, até que mudasse sua situação ou mudasse a situação do país. A imprensa entrava nas cadeias em formato miniatura, para que os companheiros detidos pudessem seguir as posições do partido e fazer trabalho político com os companheiros presos, como uma frente a mais de militância.

Cada panfletagem era como uma ação militar, cuidando até o último detalhe, como levar os panfletos, onde pendurá-los, ou em que ônibus, como chegar aos companheiros dessa ou daquela fábrica. Essas atividades eram de uma importância extraordinária para o movimento operário. Como dissera um operário peronista que trabalhava em uma fábrica mecânica: *“me chamava a atenção que de tempo em tempo apareciam panfletos colocados na parada de Italar, de Villa Tesei, onde tomava o coletivo, de madrugada, para ir à fábrica, além do que eram panfletos elaborados, bem impressos. Fazia me sentir que nem tudo estava perdido, que havia gente que continuava organizada, lutando, e me entusiasmava. Pegava uma quantidade desses panfletos e os levava escondidos em meu bolso e, quando chegava à fábrica, os metia um por um nos armários onde nos trocávamos para ir trabalhar”*.

O trabalho com os boletins de Direitos Humanos e com boletins sindicais de carácter geral e específicos por setor, permitiram ampliar o trabalho, coletivizando as intervenções, as lutas, as quais não havia como serem conhecidas de outra forma, e ajudavam a estruturar ao ativismo disperso. Permitia-nos chegar a muito mais companheiros do que com a imprensa e os materiais internacionais.



Preparamos sob a ditadura as escolas de quadros, organizamos os cursos de formação política dos futuros responsáveis pelo trabalho de formação, também os cursos para dezenas de companheiros, incluindo novos contatos que se aproximavam da organização. Organizamos o curso de “O Capital” e no ano seguinte sobre os processos revolucionários na América Central.

Como estávamos dizendo, para a burguesia sempre somos seus inimigos declarados, sob uma ditadura ou sob uma democracia,

o regime da ditadura burguesa sempre está vigente, pode estar mais frouxo ou disperso temporariamente com outros assuntos, mas sempre estamos na mira. O militante deve se profissionalizar, dominar todas as artes para poder se preservar e preservar a organização em condições de clandestinidade, modificar sua atividade assim que as condições permitam um trabalho mais amplo para tirar todo o proveito possível.

Na primavera democrática dos anos 80, logo que se deixou a longa noite para trás, se perdeu todo o temor à ditadura, e passamos a viver um dos períodos de maiores liberdades democráticas da história, pela fratura de todo o aparato repressivo, por sua crise, conflitos internos, pela vergonhosa derrota e traição das Malvinas. Essas liberdades foram conquistadas pelas massas muito antes de que voltasse a “democracia”.

Enquanto a burguesia continuar no poder, sempre poderão voltar os períodos negros, repressivos, como resposta à radicalização social, sob formas democráticas ou ditatoriais. A militância, sobretudo os mais jovens que não viveram estas experiências, deve assimilar todos os métodos de funcionamento para poder sobreviver nas piores circunstâncias.

A dissolução de Política Operária em 1984 foi um passo que pôs em perigo boa parte destas experiências vitais, necessárias, imprescindíveis para pôr em pé o partido da revolução. Tarefa à qual estamos empenhados desde o POR.

Os meios de comunicação serviram ao golpe de Estado

Os meios de comunicação têm uma importância cada vez maior no controle ideológico das massas. Através da mídia, se manipula a “opinião pública” para impor determinados temas, para ocultar questões de interesse da população, deformar, difamar e mentir. A mídia alcançou um grande poder sob a ditadura, que lhe forneceu “Papel Prensa” (maior fábrica e distribuidora de papel do país, N.E.) a Clarín, A Nação e A Razão, para que pudessem condicionar o restante dos meios de comunicação, manejando a entrega do papel. Em contrapartida, a imprensa aderiu abertamente ao aparelho de propaganda da ditadura, reproduzindo suas campanhas. Esse poder abriu as portas a múltiplos negócios e converteu-se em meios indispensáveis ao Estado, que necessitava de projetar uma enorme influência ideológica.

A imprensa teve um papel ativo no processo de desestabilização do governo de Isabel Perón. E, posteriormente, no golpe. Durante o período imediatamente anterior a março de 1976, quando foi se preparando o cenário político para a derrocada do governo de Isabel. A imprensa protagonizou uma arremetida contra o governo que se afundava no descrédito e pela ação encoberta ou aberta de outros setores da burguesia nacional e, fundamentalmente, pelo imperialismo, ao notar que o governo não podia frear a classe operária organizada e mobilizada. Os órgãos de imprensa legitimaram o pedido de “soluções drásticas”.

A alternativa do golpe necessitava contar com um grande consenso e essa tarefa foi desenvolvida desde meados de 1975 pela mídia. A ideia de que esta medida era irremediável foi instalada sob os argumentos de “desagregação Nacional” e “o caos”.

Em junho de 1975, o governo lançou um plano econômico (o qual se conheceu como Rodrigão), que sofreu resistência pelos trabalhadores. O plano fracassou completamente. A ideia de realizar uma transferência de recursos da classe operária e da maioria da população aos setores empresariais não pôde ser posto em marcha. Essa derrota do governo serviu de alarme, mostrou sua debilidade e o poder do sindicalismo não governamental, o que determinou seu fim.

As manchetes davam como certo a aproximação do golpe: “É iminente final” e “Tudo está dito”.

Muitos jornais sofreram a pressão do governo peronista, com a retirada de propaganda oficial e os obstáculos às importações de papel, tentando silenciar suas críticas. Entre esses jornais pode-se citar: o jornal Notícias, O Homem Novo, A Causa Peronista, Militância, de extração peronista; O Mundo, ligado ao ERP; A Rua, de características esquerdizantes; as revistas Satiricón e Chaupinela. Também se fechou o jornal Crônica, durante um ano. Em meados de 1975, lançou-se a campanha contra os jornais A Opinião e o Cronista Comercial. A opinião foi fechada antes do golpe.

Os depoimentos prévios ao golpe, feitos por Videla, explicando que a “subversão” não se restringia a um problema militar, que estava controlado, e que era preciso continuar lutando em outros campos da vida nacional, foram bem recebidos e qualificados de “clara definição”, “didática”, “precisa”, “que excediam à ordem castrense”. O jornal Clarín, em princípios de 1976, se aproveita do ambiente repressivo e demite os delegados sindicais.

Com os militares no poder, a maioria dos jornais deu seu apoio como porta-vozes diretos do golpe, ou limitava a repetir os depoimen-

tos oficiais quando se referiam às ações do governo. Aqueles que se tornaram oficialistas concordaram em acabar com a política econômica do governo anterior, alguns (A Razão, A Nação e A Prensa) promovendo um plano liberal e outros, uma mudança do rumo econômico.

As manchetes eram claras: “Novo Governo” (Clarín) ou “As Forças Armadas assumem o poder” (A Nação). Clarín acrescentava: “a prolongada crise política começou a ter um desenlace com o afastamento de Maria E. Martínez de Perón da presidência e uma junta militar assumirá o controle do país”.

A Nação, além disso, esclarece que “Foi rejeitada uma proposta tendente a evitar a ruptura institucional”. “As Forças Armadas assumem o governo hoje, às 5”.

A revista Carta Política era editada por Mariano Grondona, que também era colunista de O Cronista Comercial. Bernardo Neustadt dirigia a revista Extra. Editorial Atlântida publicava as revistas Gente, Somos, O Gráfico e Para Tu. Todas foram cúmplices diretos dos militares.

A revista Panorama também acompanhou servilmente a ditadura.

O jornal Buenos Aires Herald, escrito em inglês, que apoiou o golpe, publicou informes sobre o desaparecimento de pessoas, a pedido dos familiares, mantendo em seus editoriais a denúncia e a defesa dos direitos humanos, o que lhe custou a detenção de seu diretor.

Diante a realização do Mundial de Futebol, realizou-se uma campanha internacional de denúncia sobre os desaparecimentos e sequestros, o que permitiu que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos investigasse a grande quantidade de denúncias. Os meios de comunicação mais importantes na Argentina contra-atacaram, dizendo

que se tratava de uma “campanha anti-argentina”, que “os argentinos somos direitos e humanos” e perguntavam “Que procuram?”. Uma vez concluído o Mundial, festejavam com manchetes do tipo “ganhamos o mundo”.

Durante o conflito das Malvinas, toda a mídia se tingiu de nacionalismo e repetia as versões do governo. Isso quando chegavam informes de todos os lugares do mundo contrários ao que eles defendiam. De toda a América Latina se faziam advertências sobre as mentiras que a imprensa Argentina difundia. Manchetes como “Continuamos ganhando” ou “Vimos os ingleses se renderem”.

Poucos foram os jornais que enfrentaram a ditadura. Os mais duros foram a Cadeia Informativa e a Agência Noticiosa Clandestina (ANCLA), dirigidas por Rodolfo Walsh, que circulavam às escondidas. Sua forma de se apresentar era “derrote o terror, faça circular esta informação”. Daí se denunciou os “voos da morte”, como método para eliminar os corpos dos desaparecidos e a “Carta aberta de um escritor à junta militar”. Essa experiência permaneceu até o desaparecimento, em 1977, de seu diretor.

Outros escritores que se destacaram: Paco Urondo, redator nos jornais A Opinião e Crise, assassinado em junho de 1976. Haroldo Conti, que escreveu para a revista Crise, continua desaparecido.

Jornalistas exilados criaram a Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), de onde se propuseram a denunciar os crimes do governo, destinado à mídia internacional e aos Organismos de Direitos Humanos. Também merece ser nomeada a revista Humor, que com o humor gráfico converteu-se em uma mídia crítica. Que chegou ter uma elevada quantidade de leitores.

